



Plano de Compensação para o Projecto de Construção e Operação de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW e Linhas de Transmissão no Distrito do Dondo, Província de Sofala, Moçambique

VOLUME IV

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

RASCUNHO PARA CONSULTA PÚBLICA

Maio, 2023

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

Plano de Compensação para o Projecto de Construção e Operação de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW e Linhas de Transmissão no Distrito do Dondo, Província de Sofala, Moçambique.

Proposto pela Electricidade de Moçambique, E.P.

Preparado por: IMPACTO, Lda.



ASSINADO POR: Luciana Santos, Impacto, Lda.

Cargo: Directora

Maio de 2023

Este relatório foi preparado pela Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Limitada (IMPACTO, Lda.), com todo o conhecimento, cuidado e diligência nos termos do Contrato com o Cliente, incorporando os nossos Termos e Condições de Negócio padrão e tomando em consideração os recursos dedicados ao mesmo mediante acordo com o cliente. Declinamos qualquer responsabilidade perante o Cliente ou outros com respeito a qualquer assunto fora do âmbito do mesmo.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS.....	1
LISTA DE TABELAS.....	1
LISTA DE ANEXOS	2
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	3
UNIDADES	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. ANTECEDENTES.....	6
3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	6
4. QUADRO LEGAL E JURÍDICO NACIONAL	10
4.1. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.....	10
4.2. A LEI-QUADRO DO AMBIENTE (LEI N.º 20/97, DE 1 DE OUTUBRO).....	10
4.3. O REGULAMENTO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (DECRETO N.º 54/2015, DE 31 DE DEZEMBRO)	10
4.4. DIRECTIVA GERAL PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (DIPLOMA MINISTERIAL N.º 130/2006, DE 19 DE JULHO).....	11
4.5. LEGISLAÇÃO RELATIVA AO REASSENTAMENTO.....	12
5. PADRÕES INTERNACIONAIS	14
5.1. NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL	14
5.2. PADRÃO DE DESEMPENHO 1 (PD1) DO IFC	14
6. DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS RELEVANTES.....	15
6.1. COMISSÕES DE REASSENTAMENTO	15
6.2. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	19
6.3. EQUIPA DO PROJECTO.....	21
7. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PIAS.....	23
7.1. PARTES AFECTADAS.....	24
7.2. PARTES INTERESSADAS	24
7.3. INDIVÍDUOS OU GRUPOS VULNERÁVEIS.....	24
7.4. LISTAGEM DE PIAS.....	25
8. RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO	28
9. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	32
9.1. FINALIDADE DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	32
9.2. PRINCIPAIS TÓPICOS PARA DIVULGAÇÃO	34
9.3. ESTRATÉGIA GERAL PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	36
9.4. ESTRATÉGIA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS.....	52
10. RESUMO DA ESTRATÉGIA E ENVOLVIMENTO DAS PIAS.....	53

10.1.	ESTRATÉGIA E ENVOLVIMENTO DAS COMISSÕES DE REASSENTAMENTO	53
10.2.	ESTRATÉGIA E ENVOLVIMENTO DAS PARTES AFECTADAS.....	58
10.3.	ESTRATÉGIA E ENVOLVIMENTO PÚBLICO	63
11.	RESUMO DAS PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS.....	65
11.1.	ENCONTROS DIVERSOS DE TRABALHO E PARTILHA DE INFORMAÇÃO	66
11.2.	ENCONTROS PARA DISCUSSÃO DO PROCESSO DE SELECÇÃO DE ÁREAS HOSPEDEIRAS.....	68
11.3.	ENCONTROS PARA DISCUSSÃO DOS PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA ...	73
11.4.	REUNIÕES DE CONSULTA PÚBLICA	76
12.	RESPONSABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACÇÕES DE ENVOLVIMENTO DAS PIAS	
	78	
ANEXOS.....		80

Lista de Figuras

Figura 1: Localização Geográfica da central Solar Fotovoltaica e Linha de Transmissão	7
<i>Figura 2: Segmentos da Linha de Transmissão Dupla de 33kV</i>	9
Figura 3: Quadro institucional para a preparação de um Plano de Reassentamento e Compensação	16
Figura 4: Quadro Institucional e Estrutura de Comunicação para elaboração do Plano de Compensação de Dondo	18
Figura 5: Estrutura de liderança comunitária tradicional e formal.....	20
Figura 6: Tópicos de divulgação ao longo do processo de envolvimento	34
Figura 7: Sessão de Formação do CLR na Escolinha Pequenas Sementes	35
Figura 8: Sessão de Formação do CLR na sala de reuniões do Município	35
Figura 9: Reuniões comunitárias e formação das PAPs na Escola Primária Completa de Macharote.....	36
Figura 10: Resumos do envolvimento com as comissões de reassentamento	54
Figura 11: Encontro de trabalho com CDR no Município do Dondo (Maio de 2021).....	55
Figura 12: Visitas técnicas às áreas de Nhampiriri (A e B) e Milha 20 (C e D) com a CDR (Novembro e Dezembro de 2021).....	55
Figura 13: Encontro de trabalho com CLR no Bairro Macharote (A – Maio de 2021 e B – Setembro de 2021).....	56
Figura 14: Visitas técnicas às áreas hospedeiras com a CLR (Dezembro de 2021).....	57
Figura 15: Resumos do envolvimento com as partes afectadas.....	59
Figura 16: Reunião com PAPs no Bairro Macharote (A – Julho de 2021 e B – Novembro de 2021)	61
Figura 17: Visitas das PAPs às Áreas Hospedeiras (Fevereiro de 2022).....	62
Figura 18: Responsabilidade de Implementação das acções de envolvimento	78

Lista de Tabelas

Tabela 1: Identificação de PIAs do Projecto	26
Tabela 2: Resumo das necessidades das PIAs do Projecto.....	29
Tabela 3: Estratégias de comunicação para envolvimento das PIAs	41

Lista de Anexos

Anexo I – Carta de pedido e aprovação da DNDT

Anexo II – Base de Dados de PIAs

Anexo III – Matriz Geral de Envolvimento

Anexo IV – Relatório da 1ª Reunião de CP – Reunião Comunitária e seus anexos

Anexo V – Relatório da 2ª Reunião de CP e seus anexos

Anexo VI – Relatório da 3ª Reunião de CP e seus anexos

Acrónimos e Abreviaturas

ADEL	Associação de Camponeses do Vale de Mandruzi
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFs	Agregados Familiares
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
ANE	Administração Nacional de Estradas
APIEX	Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações
AQUA	Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental
ARENE	Autoridade Reguladora de Energia
CDR	Comissão Distrital de Reassentamento
CLR	Comité Local de Reassentamento
CMD	Conselho Municipal do Dondo
CP	Consulta Pública
CPR	Comissão Provincial de Reassentamento
CTASR	Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DNDT	Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial
DPDTA	Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente
DPOPHRH	Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
DPTSS	Direcção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social
EDM	Electricidade de Moçambique, E.P
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
EPDA	Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito
EPIA	Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas
FIPAG	Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água
IFC	<i>International Finance Corporation</i> (Corporação Financeira Internacional)
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia

MTA	Ministério da Terra e Ambiente
NAS	Normas Ambientais e Sociais
N/A	Não Aplicável
ONG	Organização Não-Governamental
PAPs	Pessoas Afectadas pelo Projecto
PBPGAS	Procedimentos de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social
PD	Padrão de Desempenho
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PP	Participação Pública
PPP	Processo de Participação Pública
PRM	Polícia da República de Moçambique
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
PROLER	Programa de Leilão de Energias Renováveis
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro da Política de Reassentamento
RNT	Resumo Não Técnico
SMS	Mensagem escrita
SPA	Serviço Provincial do Ambiente
SPGC	Serviço Provincial de Geografia e Cadastro
SPI	Serviço Provincial de Infraestruturas
UDAC	União Distrital de Camponeses

Unidades

Km	Quilómetro
kV	Quilovolt
MWP	<i>Megawatt Peak</i> (Pico de megawatt)
n°	Número

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório do Processo de Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas (EPIA) conduzido no âmbito do projecto de construção de uma central fotovoltaica no Dondo, ao abrigo do programa de Promoção de Programas de Leilões de Energia Renovável (PROLER).

O programa PROLER pretende lançar as bases para o lançamento de projectos de energia renovável (solar e eólica) e desenvolver a capacidade das entidades públicas envolvidas no sector energético (MIREME, ARENE e EDM) no sentido de habilitar o Governo de Moçambique a gerir todos os aspectos relacionados com o lançamento e gestão de projectos de energia renovável.

O Programa é apoiado pela União Europeia (UE) através de uma doação de fundos a administrar pela Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). Neste âmbito, o PROLER lançará concursos públicos para a construção de três centrais de energia solar (Dondo, Lichinga e Manje) e uma central eólica (Inhambane) ligadas à rede eléctrica nacional. Na sua implementação, todos estes projectos serão regidos por um Quadro da Política de Reassentamento (QPR) e um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) desenvolvidos especificamente para o PROLER.

O Projecto-piloto será a construção de uma central de produção de energia solar no Município do Dondo, na Província de Sofala. A entidade contratante será o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) de Moçambique. A construção dessa central e da linha de transmissão a ela associada provocará situações de deslocação económica, as quais terão de ser devidamente compensadas e para as quais foi elaborado um Plano de Compensação, do qual este Relatório é parte integrante.

O Plano de Compensação está apresentado em 4 volumes distintos, nomeadamente:

- Volume I: Plano de Compensação
- Volume II: Estudo de Base de Socioeconomia e Resultados de Censo e Inventário Patrimonial
- Volume III: Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
- **Volume IV: Relatório de Envolvimentos das Partes Interessadas e Afectadas**

O Plano de Compensação passou por um robusto processo de engajamento e envolvimento de diversas partes afectadas e interessadas (PIAs) pelo Projecto. O presente documento constitui, assim, o quarto volume do Plano de Compensação, o **Relatório de Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas**, e descreve em detalhe todo o processo de envolvimento levado a cabo junto das PIAs.

2. ANTECEDENTES

No âmbito do Programa PROLER, o Projecto-piloto do Dondo passou pela preparação do QPR e do QGAS, que nortearão todos os estudos e planos ambientais e sociais dos subprojectos do PROLER.

Foi elaborado o Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) para a Central Solar Fotovoltaica do Dondo que passou por um processo de envolvimento das partes interessadas e afectadas que se interligou com questões de compensação a serem discutidas no âmbito do processo de elaboração do Plano de Compensação. Isso deveu-se ao facto de estes dois processos estarem a decorrer em simultâneo.

Para além do EIAS, um Relatório de Procedimentos de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social (PBPGAS) foi preparado para a Linha de Transmissão associada à Central Solar Fotovoltaica do Dondo.

A elaboração destes dois documentos permitiu que todos os agregados familiares que possuíssem bens ou desenvolvessem actividades dentro das áreas da Central Solar e da Linha de Transmissão fossem considerados no Plano de Compensação e no processo de envolvimento de PIAs associado.

3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O Projecto será implementado no Bairro Macharote, Município do Dondo, Distrito do Dondo, Província de Sofala, no Centro de Moçambique. O local de implementação da Central Solar (identificado com a participação do Município do Dondo) situa-se a cerca de 5 km do centro urbano do Município do Dondo e ocupa uma extensão de cerca de 88 hectares. A linha de transmissão dupla de 33 kV, por sua vez, apresenta uma extensão de 3,691 km, a partir da Central Solar até à subestação do Dondo.

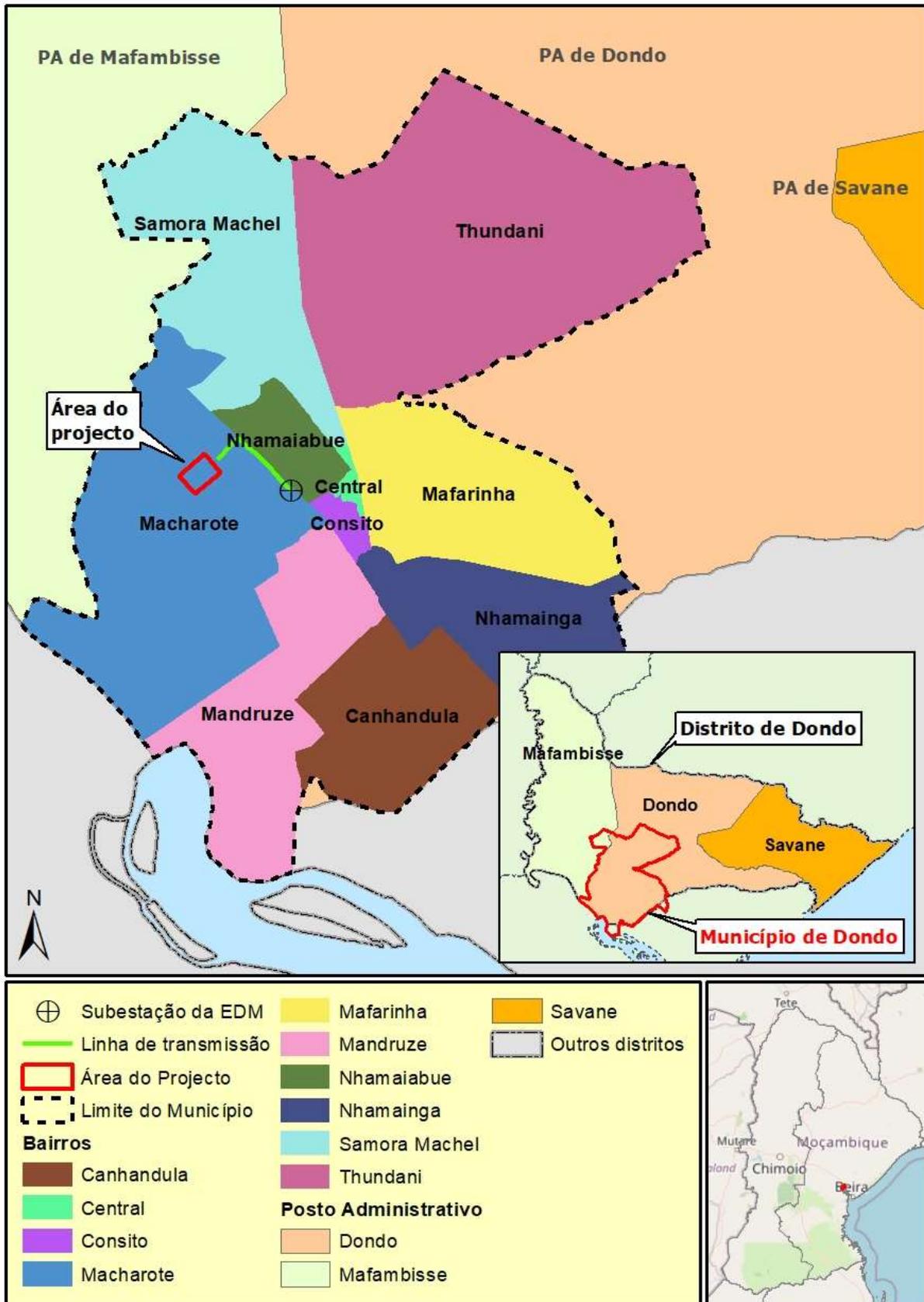


Figura 1: Localização Geográfica da central Solar Fotovoltaica e Linha de Transmissão

O Projecto contempla o desenho, construção e operação de uma Central Solar Fotovoltaica com uma potência instalada de 40 MWp. A central proposta está concebida para transformar energia solar em energia eléctrica. Essa energia é gerada em corrente contínua que, posteriormente, é transformada em corrente alternada de baixa tensão, através de equipamentos denominados inversores. A corrente alternada de baixa tensão é elevada a média tensão através de transformadores e agrupada em diferentes circuitos, para posterior ligação à rede pública de energia eléctrica, através de uma linha subterrânea de média tensão de 33 kV¹.

A linha de transmissão de 33 kV possui uma extensão total de 3,691 km, e fará a conexão entre a proposta Central Solar Fotovoltaica e a Subestação do Dondo.

O traçado da linha de transmissão dupla será composto por dois segmentos (ilustrados na Figura 2):

- a) O primeiro segmento, que será aéreo, parte da Central Solar Fotovoltaica até à estrada de acesso à subestação do Dondo, no sentido Nordeste, percorrendo 1,125 km de inserção aérea;
- b) O segundo segmento, que será subterrâneo, segue as linhas de transmissão existentes de 110 kV (i.e. dentro da zona de servidão da linha de 110 kV), até atingir a subestação, percorrendo 2,566 km de inserção subterrânea.

A linha subterrânea transportará a energia gerada até à subestação do Dondo, propriedade da Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM).

¹ A linha subterrânea de 33 kV irá conectar a Central Fotovoltaica do Dondo à subestação da EDM, localizada no Dondo, e foi sujeita a um processo de licenciamento ambiental separado e para o qual foi preparado um Manual de Procedimentos de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social. No entanto, os agregados familiares afectados pela linha foram integrados no presente Plano de Compensação.

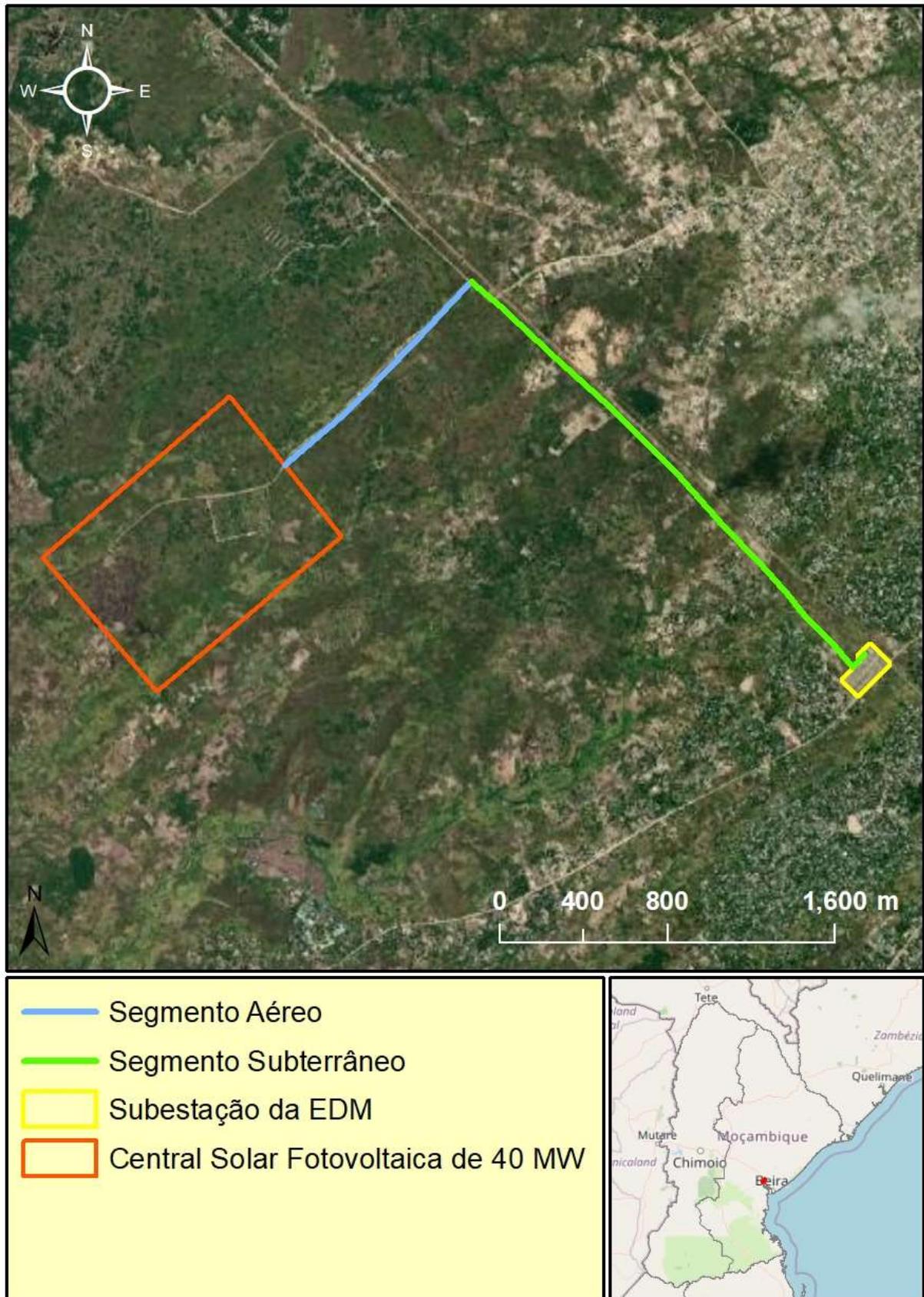


Figura 2: Segmentos da Linha de Transmissão Dupla de 33kV

4. QUADRO LEGAL E JURÍDICO NACIONAL

O envolvimento das PIAs foi realizado em consonância com a legislação moçambicana relevante. Os subcapítulos que seguem, descrevem os principais instrumentos reguladores nacionais que nortearam as acções de mobilização, engajamento e envolvimento das diferentes PIAs.

4.1. A Constituição da República de Moçambique

Na República de Moçambique, os direitos e os deveres dos cidadãos, enquanto parte integrante do ambiente, estão consagrados na Constituição da República de Moçambique, a Lei suprema do País, nos seguintes termos: “Todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de o defender” (artigo 90). No artigo 117, que dispõe sobre ambiente e qualidade de vida, estabelece-se que “O estado promove iniciativas para garantir o equilíbrio ecológico, e a conservação e preservação do ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”. Entende-se, assim, que qualquer acto ou conduta que seja inconsistente com estes preceitos constitucionais é considerado ilegal, sendo que no País, cada vez mais, se reforça a importância do enquadramento das questões ambientais no desenvolvimento socioeconómico.

4.2. A Lei-Quadro do Ambiente (Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro)

Esta Lei tem como objectivo definir as bases legais para a gestão e utilização correcta do ambiente e dos seus componentes, tendo em vista um desenvolvimento sustentável do País. A Lei aplica-se a todas as actividades públicas ou privadas que, directa ou indirectamente, possam afectar o ambiente.

A Lei requer que todas as actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de causar impactos ambientais significativos sejam licenciadas pelo Ministério da Terra e Ambiente (MTA), com base nos resultados de um processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). O principal instrumento de regulamentação da AIA é o Regulamento sobre o Processo de AIA.

4.3. O Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro)

Este Regulamento estabelece que todos os projectos susceptíveis de causar impactos ambientais significativos no ambiente devem, previamente à sua implementação, ser submetidos a um processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS). A Participação Pública (PP) é considerada parte integrante da AIA, sendo obrigatória para Projectos de Categoria A.

A PP é definida como “o processo de informação e de auscultação das partes interessadas e afectadas, directa ou indirectamente pela actividade, que é realizado durante o processo de AIA”. A PP tem como principal objectivo assegurar que as PIAs sejam informadas sobre o projecto e tenham oportunidade de expor as suas preocupações e expectativas e fazer recomendações para serem consideradas na AIAS e, mais tarde, durante a implementação do projecto.

O mesmo Regulamento estabelece que o processo de PP compreende Consulta Pública (CP) e tal deve ser concebida e planeada de acordo com um modelo baseado em reuniões de CP. Aspectos relativos à PP são objecto da respectiva Directiva (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho), referida em seguida.

4.4. Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho)

A Directiva define os princípios básicos e os procedimentos a serem adoptados no Processo de Participação Pública (PPP), seguindo um modelo baseado em reuniões de CP. Nesta Directiva estabelece-se que a CP deve contribuir para subsidiar a identificação dos potenciais impactos da actividade no ambiente, *“incluindo as repercussões na vida económica e social da área de inserção geográfica das acções de desenvolvimento”*.

A Directiva não estipula o número de reuniões de CP a realizar ao longo de todo o processo de AIAS, nem a etapa da AIA em que as reuniões devem ser realizadas. Contudo, prevalecem as determinações do número 5 do artigo 15 do Regulamento de AIA a este respeito, segundo as quais devem ser realizadas pelo menos dois estágios de CP, nomeadamente um na fase de AIAS preliminar (ou seja, na fase de Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito – EPDA), para a apresentação dos resultados preliminares da AIAS) e outro na fase de estudos pormenorizados (ou seja, na fase de EIAS, para a apresentação dos resultados dos estudos detalhados da AIAS), antes da submissão dos respectivos relatórios ao MTA.

A Directiva Geral estabelece os princípios básicos e metodologia que devem reger o processo de participação pública. Esses princípios básicos compreendem:

- **Princípio da disponibilidade e acessibilidade de informação adequada** e possibilidade de aprendizagem durante o processo, incluindo suporte técnico;
- **Princípio da ampla participação dos cidadãos**, o que implica maior abrangência, equidade e respeito pelas formas de organização legítimas existentes;
- **Princípio da representatividade**, incluindo todos os segmentos específicos da sociedade civil e outros interessados e afectados;
- **Princípio da independência**, o processo deve criar condições para que possa reflectir as preocupações reais dos afectados e interessados.
- **Princípio da funcionalidade**, o processo deve ter estrutura simples, transparente, eficiente e sustentável para facilitar o seu funcionamento e flexibilidade de resposta;

- **Princípio da negociação**, mecanismo de aproximação de interesses divergentes e estabelecimento de uma base de confiança;
- **Princípio da responsabilidade**, o processo deve representar de forma fiel e responsável as preocupações de todos os intervenientes.

Como metodologia, visando uma participação pública eficaz, mais abrangente, transparente e útil são identificados procedimentos que compreendem cinco passos:

- (i) **Identificação das partes interessadas e afectadas**, como sectores, grupos ou indivíduos que podem estar interessados ou afectados por uma acção de desenvolvimento;
- (ii) **Disseminação da informação** a respeito da acção de desenvolvimento que se pretende levar a cabo e das suas vantagens e desvantagens quer de índole social, económica e ambiental;
- (iii) **Diálogo**, onde são colocadas as dúvidas e preocupações e feitos os devidos esclarecimentos e actos de negociações, tipos e formas de compensações;
- (iv) **Assimilação**, onde são tomados em consideração os pontos de vista e preocupações do público;
- (v) **Retroalimentação**, que consiste numa declaração de resultados da participação pública e sobre as acções e propostas de soluções tomadas e o modo como o público influenciou a decisão.

Sobre a divulgação de informação sobre o projecto às PIAs é determinado que: (i) os documentos produzidos para efeitos de consulta pelas PIAs devem ser disponibilizados em locais públicos; (ii) a informação disponibilizada deve ser produzida de uma forma facilmente compreensível; e (iii) deve ser facilitado o acesso a tal informação.

4.5. Legislação relativa ao Reassentamento

O Regulamento para o Processo de Reassentamento Resultante das Actividades Económicas

O Decreto n.º 31/2012 de 8 de Agosto é o principal instrumento legislativo que padroniza o processo de reassentamento. O Regulamento, publicado em 2012, é administrado pelo Ministro que superintende o sector de planeamento territorial (isto é, o Ministro da Terra e Ambiente). O Regulamento estabelece que a participação do público (isto é, das comunidades locais e de outras partes interessadas), é um princípio fundamental e um requisito legal do processo de reassentamento.

O Decreto n.º 31/2012 cria a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (CTASR), um órgão consultivo multisectorial. Em 2014, o MTA aprovou o **Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento** através do Diploma Ministerial n.º 155/2014 de 19 de

Setembro, que estabelece os princípios básicos para a composição e o funcionamento da Comissão.

Ao mesmo tempo, foi introduzida a **Directiva Técnica sobre o Processo de Elaboração e Implementação de Planos de Reassentamento** (Diploma Ministerial n.º 156/2014, de 19 de Setembro) para a operacionalização das regras e procedimentos definidos pelo Decreto n.º 31/2012, pelo Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 45/2004, de 29 de Setembro revogado pelo Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro) e pela Directiva relativa ao Processo de Expropriação do Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial n.º 18/2010, de 3 de Novembro).

A legislação relativa ao reassentamento confere uma série de direitos às PAPs e ao público em geral.

- (i) A população, directa ou indirectamente afectada, tem o direito de participar de forma efectiva e activa em todas as fases de tomada de decisão sobre o reassentamento, e deverá ser consultada de forma atempada e efectivamente desde a fase de concepção, e durante todo o processo de elaboração e implementação de planos de reassentamento.
- (ii) As PAPs têm o direito legal de expressar as suas opiniões sobre todo o processo de reassentamento.
- (iii) As partes interessadas e afectadas têm direito a informações sobre o processo de reassentamento/compensação e o conteúdo dos estudos, bem como a obterem esclarecimento e participarem no alinhamento e integração do processo de avaliação de impacto ambiental e nas respectivas fases de implementação do processo de reassentamento/compensação.

A legislação descreve o processo de consulta e participação pública como um procedimento muito importante para se estabelecer um elo de comunicação entre os investidores, os órgãos governamentais, os diversos sectores da sociedade civil e as comunidades locais, assim como para abordar os diferentes interesses, a fim de se criar um ambiente de negociação salutar e permitir a discussão e análise imparciais dos vários aspectos implicados no reassentamento/compensação.

5. PADRÕES INTERNACIONAIS

No âmbito do QGAS e do QPR para o programa PROLER foi feita uma análise comparativa entre os padrões internacionais e a legislação nacional. Esta análise permitiu identificar quais os padrões a serem seguidos para as diferentes componentes da gestão ambiental e social do programa, sendo que a referência é sempre a legislação nacional. Onde esta é omissa ou menos abrangente, os padrões internacionais devem ser aplicados. Em seguida são descritos os padrões de referência relevantes para o projecto, nomeadamente a Norma Ambiental e Social sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações (NAS10) do Banco Mundial e o Padrão de Desempenho 1 (PD1) sobre Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais da *International Finance Corporation* (IFC).

5.1. Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial

A NAS10 centra-se na participação e envolvimento das partes interessadas e afectadas pelo Projecto. Coloca o envolvimento das partes interessadas e afectadas como sendo mais eficaz quando iniciado num estágio inicial do projecto e como parte integrante das decisões iniciais do projecto e da avaliação, gestão, e monitoria dos riscos e impactos ambientais e sociais do projecto.

Esta NAS determina a importância, na transmissão às partes interessadas, de informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, devendo a realização de consultas ser feita de forma culturalmente apropriada, que seja livre de manipulação, interferência, coacção, discriminação e intimidação.

Determina ainda que, as informações devem ser divulgadas nos idiomas locais relevantes, levando em consideração quaisquer necessidades específicas de grupos diferencialmente ou desproporcionalmente afectados pelo projecto ou grupos de população que precisam de informações específicas (por exemplo, deficiências, alfabetização, género, mobilidade, diferenças na linguagem ou acessibilidade).

5.2. Padrão de Desempenho 1 (PD1) do IFC

O PD 1 do IFC estabelece a importância de: (i) uma avaliação integrada para identificar os impactos e riscos socioambientais e as oportunidades dos projectos; (ii) o envolvimento efectivo da comunidade através da divulgação de informações relacionadas com o projecto e consulta com as comunidades locais sobre questões que as afectem directamente; e (iii) a gestão, por parte do cliente, do desempenho ambiental e social durante todo o ciclo de vida do projecto. Os objectivos são os seguintes:

- Identificar e avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais do projecto;
- Adoptar uma hierarquia de mitigação, para prever e evitar ou, quando não for possível evitar, minimizar e, nos casos em que permaneçam impactos residuais,

compensar/neutralizar os riscos e impactos para os trabalhadores, as comunidades afectadas e o ambiente;

- Promover um melhor desempenho ambiental e social dos clientes, mediante o uso eficaz de sistemas de gestão;
- Garantir que as reclamações das comunidades afectadas e as comunicações externas de outras partes interessadas sejam respondidas e geridas de forma apropriada; e
- Promover e proporcionar meios apropriados de envolvimento com as comunidades afectadas durante todo o ciclo de vida do projecto, com relação a questões que teriam o potencial de as afectar, e assegurar que informações ambientais e sociais pertinentes sejam divulgadas e disseminadas.

6. DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS RELEVANTES

O quadro institucional para o processo de envolvimento das PIAs pelo Projecto no processo de elaboração do Plano de Compensação é composto pelas seguintes instituições:

Quadro Institucional para Envolvimento das PIAs

- Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (CTASR)
- Comissão Provincial do Reassentamento (CPR)
- Comissão Distrital do Reassentamento (CDR)
- Organização Comunitária – Comité Local de Reassentamento (CLR)
- Equipa do Projecto (Proponente + Consultor)

6.1. Comissões de Reassentamento

De acordo com o estipulado no Diploma Ministerial n.º 155/2014, o Quadro Institucional para a preparação de um Plano de Reassentamento e/ou Compensação deve contar com o envolvimento dos seguintes órgãos:

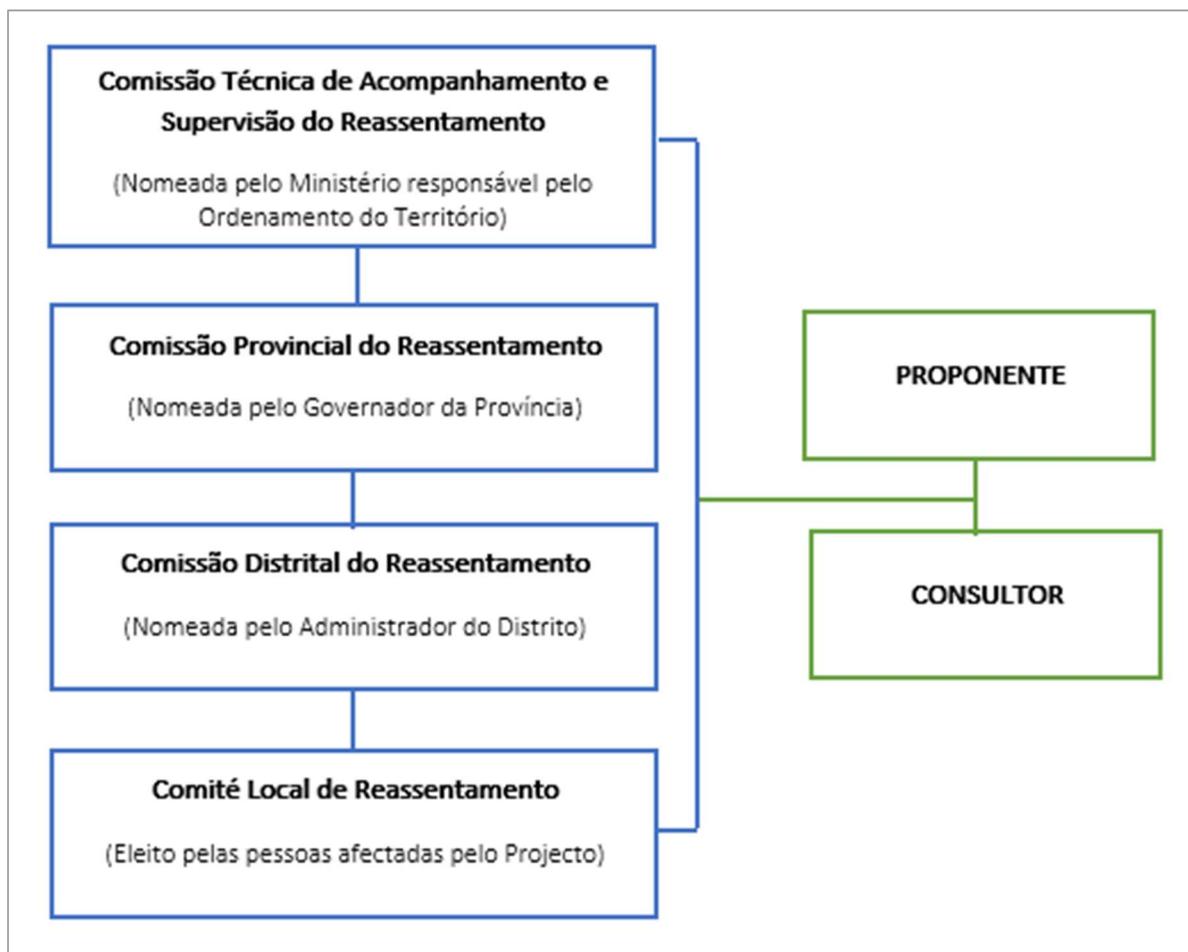


Figura 3: Quadro institucional para a preparação de um Plano de Reassentamento e Compensação

A Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (CTASR), criada nos termos do Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto, é um órgão consultivo técnico multisectorial adstrito ao actual Ministro da Terra e Ambiente (MTA), de monitoria, supervisão e formulação de recomendações sobre todo o processo de reassentamento.

Embora a aprovação dos planos de reassentamento seja da responsabilidade do Governo Distrital, o parecer da CTASR sobre o cumprimento da legalidade e dos procedimentos do processo deve ser cumprido. A CTASR é competente para tomar decisões em relação à escolha dos locais de reassentamento, compensação, consulta pública e todo o processo de reassentamento. As funções específicas da CTASR são as seguintes:

- Monitorar, supervisionar e dar recomendações metodológicas sobre o processo de reassentamento;
- Oferecer assessoria técnica sobre planos de reassentamento;
- Elaborar relatórios de monitoria e avaliação sobre o processo de reassentamento, tendo em conta os planos previamente aprovados;

- Exigir que o proponente de uma actividade forneça informações sobre o andamento do processo de reassentamento;
- Propor regras adicionais para a implementação do Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão;
- Intervir em todas as fases do processo de reassentamento, incluindo a sua supervisão operacional;
- Divulgar ao público os seus direitos e obrigações no processo de reassentamento; e
- Comunicar quaisquer irregularidades ou ilegalidades detectadas durante o processo de reassentamento às autoridades competentes.

Esta comissão é envolvida na fase inicial do processo de elaboração do plano de reassentamento ou compensação, sendo que, para o caso específico do Projecto-piloto do Dondo, a CTASR aprovou o início da preparação do Plano de Compensação em simultâneo ao Estudo de Impacto Ambiental e Social (conforme a correspondência Nota/Nº 1093/MTA/DNDT/GDN/20 de 03 de Setembro de 2020 apresentada no Anexo 1), possibilitando assim a conjugação de trabalhos das equipas de modo a garantir a consistência na informação e gestão adequada de expectativas e fadiga no envolvimento comunitário.

No entanto, na prática, a estrutura institucional acima indicada pode ser adaptada, mediante concertação com os órgãos relevantes e de acordo com o grau de afectação e complexidade do Projecto. No caso do projecto do Dondo, dado que não existem situações de deslocação física, a estrutura acima foi simplificada, de acordo com a prática corrente em Moçambique. Assim, após informação do processo à Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (CTASR), e mediante a autorização dessa entidade, foi constituída uma estrutura simplificada a nível Distrital/Municipal, nomeadamente a Comissão Distrital de Reassentamento (CDR), a qual exerce a tutela sobre o processo e se articula com o Comité Local de Reassentamento (CLR), representante directo das comunidades afectadas.

Deste modo, e com devida supervisão da Comissão Provincial de Reassentamento (CPR) sob a representação do Serviço Provincial do Ambiente (SPA), a comunicação ao longo de todo o processo de elaboração obedeceu ao enquadramento apresentado na Figura 4.

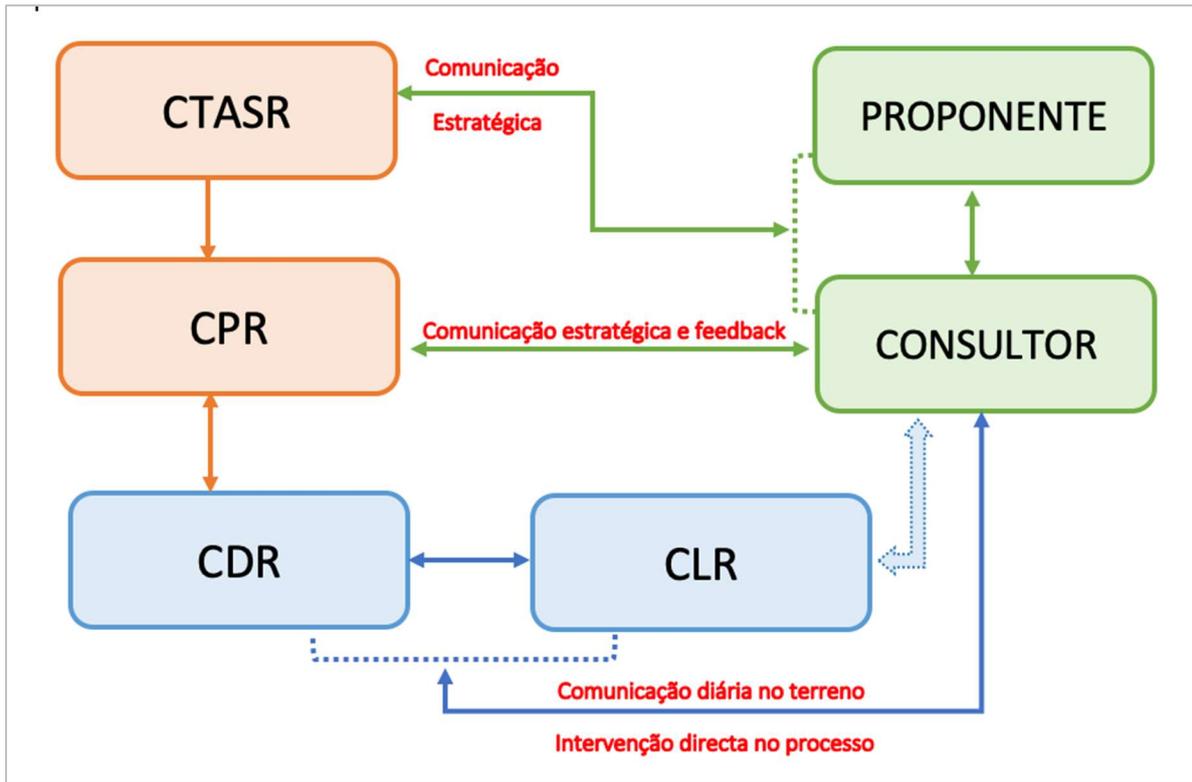


Figura 4: Quadro Institucional e Estrutura de Comunicação para elaboração do Plano de Compensação

De modo a facilitar a comunicação entre os diferentes intervenientes no processo de elaboração do Plano de Compensação, foi indicado pela Comissão Distrital, um Ponto Focal da Comissão, que garantiu a coordenação de todas as actividades do Projecto que envolvessem a equipa do Projecto (Proponente e Consultor), o CLR e as PAPs. Este Ponto Focal foi também responsável pela coordenação de encontros técnicos de trabalho entre as comissões e a equipa do Projecto para discussão aprofundada de cada passo no processo de elaboração do Plano de Compensação.

Estando o Projecto inserido numa área municipal, a CDR criada para o Projecto da Central do Dondo integrou representantes das duas entidades administrativas, nomeadamente, o Conselho Municipal do Dondo e o Governo do Distrito do Dondo. Assim, a 18 de Dezembro de 2020, deu-se início à criação da CDR do Dondo. O processo terminou a 19 de Janeiro de 2021 com a criação de uma comissão conjunta com um total de 17 membros, dos quais 11 do Conselho Municipal do Dondo e 7 da Administração do Distrito do Dondo. Esta comissão é encabeçada pelo Presidente do Conselho Municipal do Dondo, seguido do Administrador do Distrito do Dondo que, em conjunto, coordenaram e supervisionaram o processo de elaboração do Plano de Compensação e todo o processo de envolvimento comunitário.

De modo a desenvolver as suas actividades de forma consciente e eficaz, esta comissão passou por um processo de formação que decorreu no dia 16 de Fevereiro de 2020, na sala de

reuniões do Conselho Municipal do Dondo, contando com a participação de todos os membros da comissão.

Em Janeiro de 2022, durante o processo de identificação e avaliação das potenciais áreas hospedeiras, para responder às necessidades técnicas dos trabalhos a serem realizados, foram integrados técnicos do Conselho Municipal do Dondo (Serviço Distrital de Actividades Económicas) e do Governo do Distrito do Dondo (Vereação de Urbanização e Ambiente) na equipa da CDR.

6.2. Organização Comunitária

O processo de descentralização e desconcentração das competências e do funcionamento dos órgãos do Estado ao nível local iniciou, em Moçambique, após o Acordo Geral de Paz de 1992. No ano 2000, mesmo antes da aprovação da Lei dos Órgãos Locais do Estado (em 2003), o Estado iniciou o processo de articulação com as autoridades comunitárias, reconhecendo os líderes tradicionais como autoridades comunitárias.

São também reconhecidos como autoridades comunitárias outros actores da “sociedade moderna”², como é o caso dos secretários dos bairros e de outros líderes legitimados, que foram exercendo a nível local, ao longo dos anos, papéis de relevo no contexto económico, social, religioso ou cultural, sendo aceites e reconhecidos pelos grupos sociais a que pertencem”³.

Reconhecidas pelo Estado, estas autoridades foram legitimadas como líderes comunitários do 1º, 2º ou 3º escalão, dependendo da linhagem a que pertencem (no caso dos líderes tradicionais), ou do tamanho da área sob sua responsabilidade (no caso dos secretários). Assim, grande parte desses líderes provém da legitimação dos secretários e da estrutura do regulado já existente, ou dos seus herdeiros.

A autoridade máxima na estrutura tradicional é o Régulo, seguido, hierarquicamente, por outros líderes tradicionais. O Régulo e seus subordinados são descendentes da linhagem tradicional de famílias que fundaram estas comunidades, gozando de alto prestígio e respeito dentro da comunidade. Em grande parte das comunidades, o Régulo ocupa o lugar de Líder de 1º Escalão que superintende uma área maior, que engloba vários povoados e localidades e cuja

² O conceito de sociedade moderna é aqui utilizado para designar os líderes comunitários que assumiram este papel pela via que não é da linhagem ou da tradição cultural. É o caso do Secretário, do líder religioso e do empresário local. No caso do Secretário, este tem origem no período pós-Independência, quanto a FRELIMO, como partido único, implantou a figura de “Secretário” como dirigente político e comunitário nos níveis mais baixos da governação (quarteirão, bairro, povoação/aldeia, localidade).

³ Os três principais instrumentos são (1) o Decreto 15/2000, que define a articulação entre os órgãos locais do Estado e as autoridades comunitárias; (2) o Diploma Ministerial 107-A/2000, que estabelece o respectivo regulamento e (3) o Guião das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC’s) publicado pelo Despacho de 13.10.2003, BR nº42, I Série, em 15.10.2003. Recentemente, o Decreto 35/2012 revoga o Decreto 15/2000 e o seu regulamento (Diploma 107-A2000).

legitimidade tem origem nos laços de consanguinidade com um antepassado reconhecido pela comunidade como o chefe.

Os líderes tradicionais do 2º escalão são denominados de Sapandas e os do 3º escalão são denominados de Nfumo. Os de 3º escalão actuam geralmente ao nível das povoações.

Os líderes comunitários de 1º, 2º e 3º escalão funcionam como mensageiros do poder tradicional e das povoações, estabelecendo a comunicação com as localidades e postos administrativos assim como com os residentes na povoação.

Os líderes comunitários tradicionais desempenham um papel significativo em termos de condução e orientação de cerimónias e rituais tradicionais e de garantia de que a tomada de decisões reflecta as tradições da comunidade. Eles são os principais actores na garantia da continuidade dos valores socioculturais tradicionais. Eles são também a autoridade relevante em termos de atribuição de terras e resolução de conflitos de terras. Dada sua legitimidade perante a comunidade, esses líderes também são incentivados a envolver-se, conjuntamente com as estruturas formais de governação, na mobilização e consulta das comunidades, em questões de natureza administrativa.

Conforme mencionado anteriormente, a liderança tradicional, definida em termos de parentesco de acordo com as práticas habituais, coexiste com a estrutura formal (Secretário do Bairro) eleita a partir do nível de Localidade para baixo. O Secretário é o líder designado pelo governo local, com a anuência dos residentes de um bairro, ou eleito por estes, com estatuto de líder de 1º escalão. Ele assegura a chefia do bairro junto aos Secretários das Unidades e Chefes de Quarteirão. Este é o cenário observado no Município do Dondo, e no Bairro Macharote, liderado pelo Secretário do Bairro, apoiados por Secretários das Unidades e Chefes de Quarteirão em coordenação com a liderança tradicional.

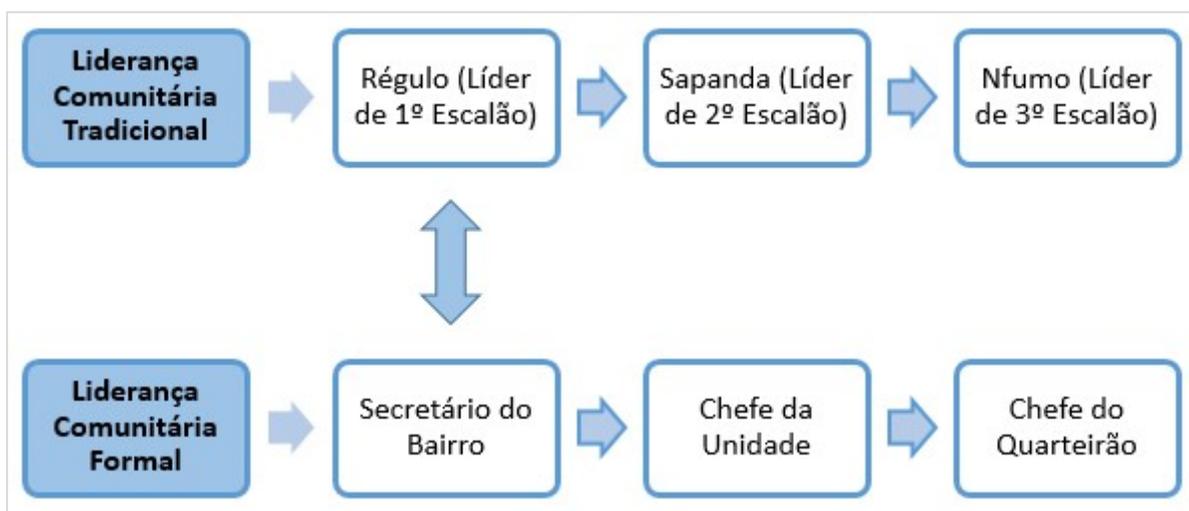


Figura 5: Estrutura de liderança comunitária tradicional e formal

Adicionalmente à estrutura comunitária acima indicada, e de modo a facilitar o envolvimento dos agregados familiares afectados pelo Projecto, foi criado o Comité Local de Reassentamento (CLR).

Com o intuito de ser um órgão proactivo e que deve assegurar a comunicação entre as pessoas afectadas e o Projecto, em todas fases do processo de compensação, o CLR possui como principais objectivos, os seguintes:

- Apreciar e dar seu parecer sobre as propostas de actividades, bem como encaminhá-las para a comunidade para consulta e participar na tomada de decisões;
- Mobilizar e sensibilizar os agregados familiares afectados sobre o processo de preparação do Plano de Compensação, seus passos e actividades;
- Consciencializar os agregados familiares afectados sobre os seus direitos e obrigações no processo de preparação do Plano de Compensação;
- Consciencializar os agregados familiares afectados sobre a importância da sua participação em todo o processo de preparação do Plano de Compensação;
- Receber reclamações dos agregados familiares afectados, analisá-las e encaminhá-las para os órgãos competentes e participar na sua resolução, de acordo com o previsto no Mecanismo de Gestão de Reclamações;
- Comunicar às autoridades competentes quaisquer irregularidades ou ilegalidades detectadas durante o processo;
- Impedir a fixação oportunista de pessoas no interior da área do Projecto uma vez terminado o Censo e Inventário Patrimonial; e
- Participar no processo de selecção e visita das potenciais áreas hospedeiras assim como orientar o processo de discussão dos agregados familiares afectados durante a análise dessas áreas.

Mais detalhes sobre a composição e funcionamento deste órgão são apresentados no Volume I referente ao Plano de Compensação.

6.3. Equipa do Projecto

As actividades de planeamento e comunicação com as partes interessadas são organizadas e realizadas pela Equipa do Projecto. Esta equipa é composta pelo Proponente do Projecto e pelo Consultor encarregue da elaboração do Plano de Compensação.

Pela parte do Proponente do Projecto a equipa é composta por:

- Representantes da EDM a nível central – responsáveis por decisões estratégicas fundamentais ao Projecto, definição do tipo e nível de informação a ser divulgada, comunicação com financiadores e com o Consultor para garantir a conformidade do processo com a legislação nacional, boas práticas e procedimentos da EDM.

- Equipa de Assistência Técnica – responsável por orientar as decisões estratégicas do Projecto garantindo que estas estão em estrita conformidade com a legislação nacional e os padrões internacionais.
- Representantes da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) – responsáveis por garantir o cumprimento das melhores práticas internacionais no que concerne a elaboração do Plano de Compensação e ao processo associado de envolvimento das partes interessadas e afectadas.
- Representantes da EDM a nível local – baseados na Cidade da Beira, estes são responsáveis pelo acompanhamento directo das actividades conduzidas no terreno (Município do Dondo), assim como na participação em encontros-chave com as partes interessadas e afectadas.

Da parte do Consultor, a equipa é composta por:

- Uma equipa baseada em Maputo composta por um Especialista de Reassentamento, um Especialista em Socioeconomia, um Especialista de Base de Dados e um Especialista em GIS;
- Uma equipa de Campo, composta por um Assistente de Reassentamento e Supervisor de Campo, baseado na Cidade da Beira, e por duas Assistentes de Campo, baseadas na Cidade da Beira e no Município do Dondo.

O pessoal do Consultor tem particular relevo para o processo de comunicação com as PIAs, dado que lhe compete garantir, através da Equipa de Campo, a comunicação diária e directa com a estrutura institucional e comunitária acima indicada e com as PAPs,

As tarefas principais do Especialista de Reassentamento são, de modo resumido, as seguintes:

- Certificar-se de que todos os aspectos do projecto, particularmente as actividades de reassentamento e restauração de meios de subsistência, são comunicados às comunidades afectadas e, paralelamente, de que todas as preocupações das partes interessadas são adequadamente abordadas pela Equipa do Projecto e outras autoridades relevantes.
- Garantir que todos os processos, actividades e decisões estejam alinhados com a legislação nacional relevante e com as recomendações dos normativos de boas práticas internacionais.

No âmbito do processo de envolvimento das PIAs, as principais funções do pessoal do Consultor são:

- Fornecer informações sobre o Projecto e principais impactos ambientais e sociais a indivíduos, comunidades e outras organizações ao nível comunitário;

- Fornecer informações sobre todo o processo de elaboração do Plano de Compensação a indivíduos, comunidades e outras organizações ao nível comunitário, distrital/municipal e provincial;
- Preparar materiais visuais para apresentar nas reuniões de nível comunitário distrital/municipal e provincial;
- Capacitar as comunidades e comissões de reassentamento para reuniões públicas e comunitárias;
- Informar as autoridades distritais/municipais e as comunidades sobre as reuniões públicas (objectivos, estratégia de envolvimento), bem como mobilizá-las para participação;
- Realizar reuniões ao nível comunitário para divulgação de informação e discussão de aspectos importantes da elaboração do Plano de Compensação;
- Realizar grupos focais de discussão e entrevistas de povoação para recolha de informação relevante para a elaboração do Plano de Compensação;
- Realizar encontros de trabalho com as comissões de reassentamento no decorrer do processo de elaboração do Plano de Compensação;
- Registar informações (ao nível distrital/municipal e comunitário) relativas à análise das partes interessadas;
- Assistir a todas as reuniões públicas e encontros realizados e preparar as actas das reuniões/encontros;
- Preparar os relatórios de consulta pública;
- Assegurar que as actas das reuniões sejam exibidas ao nível do distrito/município e da comunidade de acordo com os requisitos legais.
- Divulgar o Mecanismo de Gestão de Reclamações às comissões de reassentamento e às comunidades afectadas.

7. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PIAs

A fim de desenvolver programas eficazes de envolvimento das partes interessadas e métodos de divulgação adequados, dever-se-ão identificar as principais partes interessadas que possam estabelecer uma ligação com ou ter interesse no processo de reassentamento e compensação do Projecto.

A identificação e análise das partes interessadas serve para orientar a preparação da estratégia de envolvimento das partes interessadas, e estabelece quais os indivíduos e organizações que podem ser directa ou indirectamente afectados pelo projecto, positiva ou negativamente, ou ter um interesse nele. Os intervenientes no projecto são definidos como indivíduos, grupos, comunidades ou outras entidades que:

- (i) são afectados ou susceptíveis de serem afectados pelo projecto (partes afectadas pelo projecto); e

(ii) podem ter interesse no projecto (outras partes interessadas).

Para se desenvolver um programa eficaz de envolvimento das partes PIAs, é necessário identificar os vários grupos de interesses, uma vez que podem ser necessários diferentes métodos de divulgação para diferentes grupos. Assim, as partes interessadas do projecto podem ser divididas nas categorias indicadas abaixo.

7.1. Partes Afectadas

Indivíduos, grupos, comunidades locais e outras partes residentes ou detentores de bens e/ou interesses no interior da Área de Influência Directa (AID) do projecto e que, por conseguinte, possam ser afectadas directa ou indirectamente pelas actividades do projecto, seja de forma positiva ou negativa, devido a impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes precisam de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão.

Para o caso específico deste Projecto, constituem partes afectadas, todos os agregados familiares e entidades que percam bens ou actividade económica dentro da área da Central Solar Fotovoltaica, dentro do Corredor de Compensação de 8m do Segmento Aéreo da Linha de Transmissão, dentro da área de servidão entre os 8 e os 50 m do Segmento Aéreo da Linha de Transmissão e dentro do Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão.

7.2. Partes Interessadas

Indivíduos, grupos ou organizações que podem não sofrer os impactos directos do projecto, mas que podem ter interesse no mesmo, ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma.

Para o caso deste Projecto, podem ser considerados como principais interessados as Comissões de Reassentamento, principalmente aos níveis provincial, distrital e local e outras entidades de interesse (tais como autoridades municipais e suas vereações e autoridades da administração distrital e seus serviços) e relevância na área de energia eléctrica. Membros ou agremiações da sociedade civil em geral podem também assumir-se como partes interessadas.

7.3. Indivíduos ou Grupos Vulneráveis

Indivíduos ou grupos vulneráveis ou desfavorecidos são pessoas que podem ser desproporcionadamente afectadas ou ainda mais desfavorecidas pelo projecto, em comparação com quaisquer outros grupos, devido ao seu estatuto vulnerável, e que podem

exigir esforços especiais de envolvimento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associados ao projecto. São considerados neste grupo, todos os agregados familiares identificados no Censo e Inventário Patrimonial como familiares vulneráveis.

7.4. Listagem de PIAs

Após a identificação dos vários grupos de partes interessadas e afectadas, e tendo em conta a área de influência directa e indirecta do Projecto, foram consideradas como PIAs do presente Projecto as listadas na tabela abaixo. Esta tabela deverá ser actualizada durante a implementação do Plano de Compensação para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída.

A identificação das partes interessadas é feita através da conjugação de várias acções como a consulta da lista de PIAs identificadas na fase do EIAS e o uso da experiência de trabalho do Consultor adquirida em projectos anteriormente implementados na Província de Sofala, e em outros projectos de centrais solares e linhas de transmissão no País.

O processo de identificação das PIAs em si, teve início com o processo de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS). De facto, mediante autorização da CTASR, o processo de elaboração do Plano de Compensação ocorreu em simultâneo ao processo de elaboração do EIAS, tendo sido por isso possível a conjugação de esforços no terreno, no sentido de garantir máximo envolvimento das PIAs.

A listagem de PIAs foi então refinada após o Censo e Inventário Patrimonial e, mais tarde, com o processo de selecção da área hospedeira, à medida em que se iam identificando outras partes interessadas relevantes para o processo.

A tabela abaixo corresponde à identificação das PIAs, e a base de dados das PIAs do Projecto pode ser encontrada no Anexo 2 deste documento.

Tabela 1: Identificação de PIAs do Projecto

Partes Afectadas	Partes Interessadas	Indivíduos ou Grupos Vulneráveis
<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades/indivíduos/famílias directamente afectados pelo Projecto que possuem bens e desenvolvem actividades no Bairro de Macharote; • Indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis • Proprietários de terras agrícolas • Proprietários de árvores afectadas • Agricultores e camponeses 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições governamentais de supervisão – AIAS, ARENE, AQUA, DINAB, APIEX • Instituições governamentais provinciais - SPA, DPDTA, SPI, DPOPHRH, DPTSS, SPGC • Comando Provincial da PRM • Conselho Municipal do Dondo (CMD) • Governo do Distrito do Dondo e seus serviços distritais • Comando Distrital da PRM • Bairro de Macharote e a Unidade D do Bairro de Macharote • Povoado de Ntchega • Líderes Comunitários, Líderes Tradicionais (1º, 2º e 3º Escalão) e Líderes Religiosos • Pessoas influentes a nível distrital e local • Associação de camponeses do Vale de Mandruzi • Associação de Produtores - ASSOCOPA • União Distrital de Camponeses (UDAC) • Empresas públicas – ANE, FIPAG • EDM, E.P. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situações de vulnerabilidade, tais como viúvas, mães solteiras com filhos menores de idade, mães adolescentes, mulheres chefes de agregados familiares. • Agregados familiares monoparentais com filhos menores de idade (quer este seja liderado pelo Pai ou pela Mãe). • Crianças órfãs sem suporte familiar. • Crianças chefes de família. • Pessoa idosa (acima dos 60 anos de idade) que vive sozinhas. • Pessoas idosas (acima dos 60 anos de idade) que vivem sozinhas e têm crianças ao seu cuidado. • Indivíduos com deficiência física. • Indivíduos com doença mental. • Indivíduos com doença crónica ou incapacitante. • Pessoa socialmente desfavorecida (por exemplo, com albinismo).

Partes Afectadas	Partes Interessadas	Indivíduos ou Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none">• Financiadores do Projecto – Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)• PROGRAMA PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis)• Órgãos de Informação provincial e local• Sector privado local• ONGs de direitos ambientais e humanitários que actuam na área de desenvolvimento social e comunitário (a nível nacional, provincial, distrital e local)• Instituições de pesquisa e instituições de ensino superior• Provedores locais de serviços sociais – escolas locais, serviços de saúde, polícia, etc.• Sociedade civil• Público em geral	

8. RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO

As partes interessadas identificadas foram chamadas a contribuir ao longo do processo de elaboração do Plano de Compensação e foram envolvidas de acordo com as especificidades de cada um em aceder ao, e envolver-se no processo. Para isso, foram usados diferentes métodos, ferramentas e técnicas de envolvimento, que cobriram diferentes necessidades das partes interessadas, para que a sua participação fosse activa e não subvertida por qualquer factor ou dificuldade.

A tabela abaixo resume os procedimentos empregues no envolvimento e participação das PIAs do Projecto, tendo em conta as suas necessidades e limitações em termos de acesso a informação, participação nas consultas e meios de comunicação preferenciais.

Tabela 2: Resumo das necessidades das PIAs do Projecto

Grupo de partes interessadas	Principais características / Ligação ao Projecto	Necessidade em termos de idiomas	Meios de notificação preferidos	Necessidades específicas
Decisores / Reguladores / Partes Interessadas				
Governo Central, representado pela CTASR	É responsável pelo desenvolvimento de políticas, estabelecendo regulamentos, licenciamento e monitorização do cumprimento. É apoiado por órgãos provinciais que supervisionam estas actividades e implementação do Projecto a nível local.	Português	Carta, Telefone, Email Website, Via WhatsApp, Encontros presenciais	N/A
Governo Provincial, representado pelo SPA	O Governo Provincial presta apoio ao governo nacional para supervisionar as actividades acima descritas e a implementação do Projecto a nível local.	Português	Carta, Telefone, Email, Website, Via WhatsApp, Encontros presenciais	N/A
Administrações distritais e municipais representadas pela CDR	Em coordenação com as autoridades provinciais, são responsáveis por garantir que o Projecto está em conformidade com as normas nacionais e estão alinhadas com os princípios culturais locais. Alguns processos, como a compensação e as áreas hospedeiras, também são geridos a nível distrital/municipal.	Português	Carta, Telefone, Email, Website, Via WhatsApp, Encontros presenciais, Mensagens de texto	N/A
Autoridades locais, Líderes comunitários, parcialmente representados no CLR	As autoridades locais divididas em liderança formal e liderança tradicional são responsáveis por garantir a comunicação com os afectados, estando representadas no CLR. Garantem a conformidade com as normas nacionais e as normas culturais e costumeiras.	Português e Língua local	Telefone, Via WhatsApp, Encontros presenciais, Mensagens de texto	Transporte e acessibilidade; Limitações nos horários das reuniões; Uso da língua local.

Grupo de partes interessadas	Principais características / Ligação ao Projecto	Necessidade em termos de idiomas	Meios de notificação preferidos	Necessidades específicas
Partes Afectadas, também representadas no CLR				
<p>Indivíduos e famílias directamente afectados</p> <p>Proprietários e utilizadores de terras</p>	<p>Beneficiados e/ou afectados.</p> <p>Poder de influenciar grandes decisões</p>	<p>Português e Língua local.</p> <p>Percentual de PAPs que não sabe ler e escrever</p>	<p>Telefone, Mensagens de texto, Aviso através do CLR</p>	<p>Transporte e acessibilidade; Limitações nos horários das reuniões e reunião em local próximo;</p> <p>Uso da língua local e informação visual;</p> <p>Envolvimento dos líderes locais/CLR para difundir a informação sobre as consultas, formas e mecanismo de participação.</p>
<p>Indivíduos ou grupos vulneráveis</p>	<p>Beneficiados e/ou afectados em situação de vulnerabilidade e, portanto, em condição mais desfavorecida, em relação a outros afectados, quanto à sua participação no processo</p>	<p>Português e Língua local</p> <p>Percentual de PAPs que não saber ler e escrever</p>	<p>Telefone;</p> <p>Mensagens de texto;</p> <p>Mobilização porta-a-porta através do CLR.</p>	<p>Transporte e acessibilidade; Limitações nos horários das reuniões e reunião em local próximo;</p> <p>Uso da língua local e informação visual; Reuniões com os grupos de forma específica (ex.: mulheres, idosas);</p> <p>Envolvimento dos líderes locais/CLR para difundir a informação sobre as consultas, formas e mecanismo de participação.</p>

Grupo de partes interessadas	Principais características / Ligação ao Projecto	Necessidade em termos de idiomas	Meios de notificação preferidos	Necessidades específicas
Outras Partes Interessadas / Outros Líderes de Opinião				
Líderes de Partidos Políticos ONG locais, entidades de conservação e organizações da sociedade civil Organizações académicas/de investigação Media	<p>Organizações com interesse indirecto no Projecto e que podem ter dados úteis ou conhecimentos relevantes para o Projecto. Estas organizações podem também ser capazes de influenciar as opiniões de outras pessoas sobre o Projecto, a nível local, nacional ou internacional. A consulta a estes grupos é crucial para o processo.</p>	Português	<p>Carta</p> <p>Telefone</p> <p>Email</p> <p>Website</p> <p>Envio de relatórios</p> <p>Meios de comunicação social</p> <p>– Rádio e Jornal</p>	N/A
Empresas públicas, privadas, agências e instituições financeiras (nível nacional e provincial)	<p>Empresas que têm um interesse particular em participar no processo de licenciamento ambiental e no processo de envolvimento</p>			
Sociedade Civil	<p>Pessoas com interesse no Projecto.</p>			

9. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

A participação das partes interessadas e afectadas é um dos princípios a ser cumprido e constitui requisito fundamental tanto da legislação nacional como dos padrões internacionais.

A NAS10 do Banco Mundial coloca o envolvimento das partes interessadas e afectadas como um processo inclusivo, conduzido ao longo do ciclo do projecto, e que deve apoiar o desenvolvimento de relações fortes, construtivas e responsáveis entre as partes envolvidas, como forma de garantir uma gestão bem-sucedida dos riscos ambientais e sociais do projecto.

A estratégia de comunicação foi escolhida com base no levantamento feito pelo Censo e Inventário Patrimonial que auxiliou no mapeamento das PIAs do Projecto.

9.1. Finalidade do Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas

O envolvimento das PIAs enquanto processo fundamental na elaboração do Plano de Compensação tem como finalidade informar as mesmas sobre as oportunidades e actividades do Projecto, assegurar e promover a sua participação, proporcionar uma oportunidade para estas expressarem as suas opiniões e preocupações, e assegurar que as questões levantadas sejam devidamente consideradas pela Equipa do Projecto e na tomada de decisões do Projecto.

Especial ênfase foi conferido aos esforços para assegurar a participação das pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis de entre as partes afectadas.

Tomando em consideração a NAS10 do Banco Mundial, os objectivos gerais da participação e envolvimento das partes interessadas e afectadas são, entre outros, os seguintes:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o envolvimento das partes interessadas e afectadas que ajude o Projecto a construir uma relação construtiva com as mesmas;
- Avaliar o nível de interesse e apoio das PIAs e permitir que a sua visão seja levada em consideração na concepção do projecto e no seu desempenho ambiental e social;
- Promover e fornecer meios eficazes de comunicação e envolvimento inclusivo das partes afectadas pelo Projecto ao longo do ciclo de vida em questões que podem potencialmente afectá-las; e
- Garantir que estejam disponíveis informações adequadas em relação aos riscos e impactos ambientais e sociais do projecto para as partes interessadas e afectadas, de maneira e em formato oportuno, compreensível, acessível e adequado.
- Garantir que as comunidades afectadas pelo Projecto tenham meios acessíveis e inclusivos para apresentar questões e reclamações e permitir que estas obtenham respostas adequadas.

Alguns objectivos específicos podem ser avançados, nomeadamente:

Participação e Envolvimento

Livre de manipulação

Livre de coerção

Livre de interferência

Livre de intimidação

Informação oportuna

Informação relevante

Informação compreensível

Informação acessível

Culturalmente apropriado

- Assegurar que a comunicação e a consulta pública sejam conduzidas de acordo com a legislação nacional aplicável e as melhores práticas internacionais;
 - Assegurar transparência em todas as actividades relacionadas com a aquisição de direitos de uso de terra, deslocação económica, compensação e restauração dos meios de subsistência;
 - Assegurar que as partes interessadas e afectadas sejam informadas sobre o projecto, os impactos da aquisição de direitos de uso da terra e medidas de mitigação propostas;
 - Obter informações (feedback) sobre as necessidades e prioridades das partes afectadas e outras entidades, bem como sobre a sua reacção às políticas e actividades propostas;
 - Informar as PAPs sobre as várias opções de compensação e restauração dos meios de subsistência;
- Assegurar processos de comunicação e informação adequados para uma interacção eficaz com mulheres, jovens, grupos vulneráveis e outras pessoas que possam ser marginalizadas da participação na tomada de decisões por razões sociais e culturais;
 - Assegurar que as medidas de compensação e restauração dos meios de subsistência tenham o apoio das PAPs, líderes comunitários e outras partes interessadas relevantes;
 - Assegurar que as PAPs, comunidades afectadas e outras partes interessadas contribuam activamente no processo de elaboração do Plano de Compensação;
 - Fornecer canais através dos quais as reclamações e questões relacionadas ao Projecto possam ser registadas, encaminhadas e atendidas;
 - Capacitar estruturas institucionais e comunitárias para manter um envolvimento informado dos progressos e resultados; e
 - Assistir as autoridades competentes na comunicação de aspectos importantes do Projecto.

O envolvimento das PIAs e a apresentação de questões sobre o processo de compensação iniciou na fase das reuniões públicas do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) que decorreram de 24 a 26 de Agosto de 2021, uma vez que o processo de elaboração do Plano de Compensação iniciou em simultâneo ao processo de elaboração do EIAS.

9.2. Principais Tópicos para Divulgação

O processo de elaboração do Plano de Compensação, sendo um processo participativo e inclusivo, procurou garantir que todas as PIAs tivessem pleno entendimento dos passos que deveriam ser dados. Assim, todo o processo de envolvimento das PIAs foi moldado com base nos tópicos abaixo apresentados.

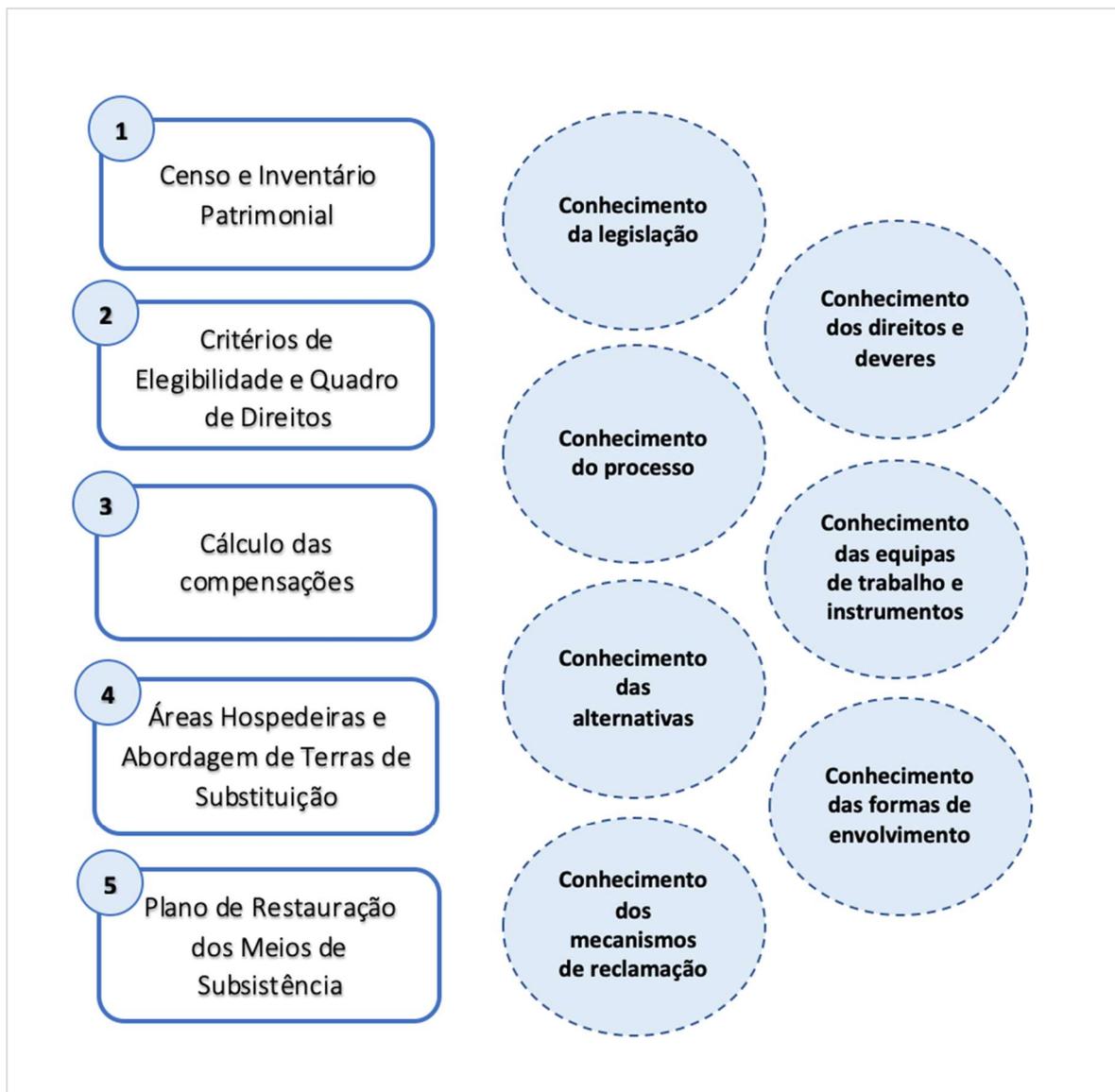


Figura 6: Tópicos de divulgação ao longo do processo de envolvimento

De forma a garantir a participação plena das PIAs, algumas sessões de formação orientadas para os tópicos acima indicados. Estas sessões foram realizadas no início do processo, conforme indicado abaixo:

- Sessão de formação dos membros do Comité Local de Reassentamento, realizada no dia 08 de Dezembro de 2020, no Município do Dondo;

- Sessão de formação dos membros da Comissão Distrital de Reassentamento, realizada no dia 16 de Fevereiro de 2021, no Município do Dondo;
- 10 reuniões comunitárias realizadas no Bairro Macharote, entre os dias 16 e 22 de Fevereiro de 2021, para apresentação dos resultados do censo e explicação do processo de elaboração do Plano de Compensação.



Figura 7: Sessão de Formação do CLR na Escolinha Pequenas Sementes



Figura 8: Sessão de Formação do CDR na sala de reuniões do Município



Figura 9: Reuniões comunitárias e formação das PAPs na Escola Primária Completa de Macharote

9.3. Estratégia Geral para Divulgação de Informação

A estratégia de consulta às PIAs é fundamental para garantir o envolvimento de todos, bem como o seguimento das suas intervenções. Assim, foram usados diferentes níveis e métodos de envolvimento com públicos-alvo distintos, os quais cobriram diferentes necessidades das partes interessadas e afectadas. O envolvimento das PIAs foi realizado com base em diferentes estratégias individuais, em grupo e públicas. Abaixo são apresentados estratégias e métodos para o envolvimento das PIAs que compreendem:

- **Reuniões individuais** – encontros e entrevistas individuais com partes interessadas e instituições relevantes, responsáveis provinciais e distritais e membros das comunidades, incluindo agregados familiares afectados, para discussões de carácter técnico e apresentação do Projecto, discussões de aspectos pontuais sobre áreas hospedeiras, marcação de actividades do Projecto, entre outros. Esses encontros foram feitos com:
 - Representantes do SPA principalmente para dar o ponto de situação do Projecto e discutir aspectos técnicos estratégicos à continuidade do processo;
 - Ponto Focal da CDR, representantes do Conselho Municipal do Dondo e representantes da Administração do Distrito do Dondo;
 - Presidente do CLR ou algum membro específico para programação de trabalhos de campo.

- **Reuniões com pequenos grupos** – constituição de um conjunto de grupos, como líderes, mulheres, jovens, idosos e grupos vulneráveis, com o objectivo de reunir as partes interessadas da comunidade com os mesmos interesses ou características comuns, através de reuniões de Grupos de Foco e Entrevistas de Povoação, para discutir tópicos específicos de maneira focada. Tais consultas contaram com Assistentes de Campo com domínio da língua local a fim de garantir:
 - Pleno entendimento dos objectivos do encontro por parte do grupo-alvo;
 - Registo correcto dos contributos do grupo-alvo;
 - Maximizar a troca de informação entre o grupo-alvo e a equipa do Projecto; e
 - Alcançar uma ampla gama de grupos e indivíduos dentro da comunidade.

- **Reuniões abertas com as comunidades** – as reuniões comunitárias foram realizadas de modo a garantir a divulgação de informação para todos os membros da comunidade, representantes dos agregados familiares afectados pelo Projecto, e lideranças locais e comunitárias.

- **Reuniões públicas** – reuniões públicas abertas, previstas no Regulamento do Processo de AIA, com todas as partes interessadas identificadas a nível provincial, distrital, local, e público em geral.

- **Reuniões não presenciais (via telefónica)** – quando necessário, foram realizadas reuniões por via telefónica com membros da CDR e membros dos CLR de modo a alinhar agendas de trabalho e discutir questões pontuais no processo de elaboração do Plano de Compensação.

Para o processo de engajamento foram desenvolvidos materiais específicos para divulgação de informações, através de uma variedade de métodos de comunicação e formatos

adequados, para alcançar a maioria das PIAs, tendo em conta as necessidades específicas de cada grupo, especialmente as comunidades e grupos vulneráveis. Abaixo apresentam-se as ferramentas e técnicas de engajamento e divulgação de informação utilizadas:

- **Mensagens-chave:** pelo facto de estarem envolvidos diferentes grupos sociais no Projecto, foi necessário definir mensagens-chave relevantes para informar as PIAs sobre o Projecto, suas actividades e os passos fundamentais no processo de elaboração do Plano de Compensação. Entre a diversidade de informação relacionada ao processo de compensação, as principais mensagens-chave a transmitir foram (não se limitando a):
 - Informação sobre o âmbito, localização, componentes, abrangência, duração e objectivos do Projecto;
 - Informação sobre os impactos associados ao processo de aquisição de terra e restrições do uso da terra na área do Projecto;
 - Explicação sobre as categorias de afectados e medidas compensatórias para cada tipo de elegibilidade;
 - Apresentação de medidas previstas no Projecto para mitigar os efeitos dos potenciais impactos;
 - Apresentação do processo e métodos de envolvimento das partes interessadas com o Projecto, destacando as diversas formas de participação;
 - Informação sobre data, hora e local das reuniões, e todo o processo de notificação;
 - Metodologia para apresentação de reclamações, contribuições e queixas.

- **Comunicação Escrita e Visual:** tomando em consideração que existe um percentual de PIAs que não sabem escrever e ler em português, foi primordial o uso de informação visual e gráfica para garantir o mesmo nível de entendimento entre os agregados familiares afectados. Dependendo do método de envolvimento usado e o grupo-alvo, vários foram os materiais de comunicação considerados. Assim, e de um modo geral, os principais materiais usados foram:
 - *Sumário Executivo* - um resumo não técnico que apresenta a informação resumida sobre o Projecto às partes interessadas, de forma concisa e simples, evitando o uso de linguagem técnica. Usado principalmente para as reuniões públicas.
 - *Cartazes* – quadros de avisos e gráficos podem funcionar bem a nível distrital e comunitário e envolvem a disseminação de informação em locais de grande movimentação. Este é um bom método para disseminar informações relacionadas ao processo de elaboração do Plano de Compensação. O local escolhido e de fácil acesso para as comunidades foi a Escola Primária Completa de Macharote, onde foi feito uso dos quadros e carteiras existentes para divulgar informação do Projecto.

- *Mapas* – o recurso a mapas serviu principalmente para ilustrar a área do Projecto e os mapeamentos feitos no Censo e Inventário Patrimonial.
 - *Mensagem escrita (SMS)* - usado para transmitir mensagens muito específicas, e como uma forma rápida de comunicação. Este método foi usado para:
 - Responder, rapidamente, a questões colocadas pelo afectados.
 - Solicitar informações e partilhar com as PIAs informações referentes a eventos de consulta.
 - Efectuar marcações rápidas com as comissões de reassentamento;
 - Mobilizar agregados familiares afectados para actividades do Projecto.
 - *Correio (Correspondência oficial – Carta)* – as cartas foram usadas para transmitir mensagens muito específicas. Constituíram, igualmente, um método formal para solicitar informações e convidar as partes interessadas a participar de eventos de consulta; formalizar aprovações das comissões de reassentamento para aspectos técnicos estratégicos para o Projecto, formalizar a participação de técnicos da CDR nas actividades de terreno.
 - *Correio electrónico (Email)* – amplamente utilizado e eficaz para comunicação diária com a CDR, principalmente para a troca de informação relevante sobre o Projecto. Em processos de reuniões públicas, foi usado com agências governamentais, ONGs e outras instituições para partilhar e solicitar informação, e divulgar documentos do Projecto. Além disso, a comunicação por email permite o convite directo às partes interessadas e facilita a organização de reuniões.
 - *Redes sociais (WhatsApp)* – o uso das redes sociais foi um veículo de extrema importância e de rápida divulgação das actividades do Projecto e que deu origem a rápidas reacções/feedback. Foi principalmente usado com membros da CDR e do CLR com acesso a essa tecnologia.
- **Comunicação por Telefone:** uma das formas usadas para transmitir informação, fazer marcações de encontros e actividades no terreno, colher informação de partes relevantes no processo e realizar reuniões na impossibilidade de ter todos os participantes presentes. Este método foi usado com a CDR, com o CLR e com os agregados familiares afectados.
 - **Comunicação Social:** os principais componentes da comunicação social incluem os canais tradicionais como rádio e jornal:
 - *Jornal* – os jornais geralmente são adequados para anúncios formais ou para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas. É importante que o conteúdo da mensagem seja cuidadosamente compilado, pois esse é um meio de comunicação unidirecional e pode rapidamente causar mal-entendidos ou confusão, se não for claramente escrito. O Projecto divulgou informações

importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta) via Jornal Notícias e Diário de Moçambique, que são considerados os jornais nacionais de maior abrangência.

- *Rádio* – A Rádio é um rápido meio para alcançar diferentes grupos de partes interessadas ao mesmo tempo. O conteúdo da mensagem deve ser cuidadosamente compilado, cuja informação deve ser bastante concisa, e a divulgação deverá ser na língua oficial e nas línguas locais da área onde o Projecto se insere. O Projecto divulgou informações importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta) via Rádio Moçambique, tanto na emissora nacional como na provincial. As rádios comunitárias foram utilizadas para mensagens dirigidas às comunidades.

As técnicas e métodos de envolvimento mais utilizados são apresentados na tabela abaixo. A mesma foi preparada com base na Matriz Geral de Envolvimento, apresentada no Anexo 3.

Tabela 3: Estratégias de comunicação para envolvimento das PIAs

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Primeiro Envolvimento das PIAs	Informar sobre o início das actividades do Plano de Compensação; Organizar e alinhar os trabalhos de censo e inventário patrimonial; Mapear em conjunto os limites da área do Projecto.	SPA CMD Liderança Local	Reuniões/ encontros de trabalho	Cidade da Beira CMD	Setembro de 2020	10 dias	-	Marcação presencial do encontro Telefone E-mail
Anúncio do Censo e Inventário Patrimonial na área da Central Solar	Anunciar o início do Processo de elaboração do Plano de Compensação e início do Censo e Inventário Patrimonial.	CMD Liderança Local Comunidades afectadas	Reunião/ encontro de trabalho Reunião Comunitária	CMD Bairro Macharote	Outubro de 2020	5 dias	-	Reuniões prévias Telefone Mobilização através da liderança local
Recolha de informação socioeconómica da área do Projecto	Colecta de dados primários para a caracterização cultural e socioeconómica das comunidades da área do Projecto.	Liderança local Pessoas Influentes Homens Mulheres	Grupos focais de discussão	Bairro Macharote	Outubro e Novembro de 2020	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização através da liderança local

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Término do Censo e Inventário Patrimonial na área da Central Solar	Anúncio do término do censo e inventário patrimonial; Planificação de actividades Criação do Comité Local.	Liderança local Comunidades afectadas	Reunião Comunitária	Bairro Macharote	Outubro de 2020	5 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização através da liderança local
Contacto inicial para Áreas Hospedeiras	Introdução sobre áreas hospedeiras e as modalidades de cálculo das compensações.	CMD Liderança Local	Reunião/ encontro de trabalho	CMD	Outubro de 2020	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Discussão de Perspectivas de desenvolvimento	Abordar expectativas em relação a perspectivas de desenvolvimento do Dondo; Abordar questões da criação da CDR.	CMD Governo do Distrito do Dondo	Reunião/ entrevista Individual	CMD Administração do Distrito de Dondo	Novembro de 2020	-	-	Marcação presencial do encontro Telefone E-mail
Formação do CLR	Formação do CLR sobre o processo de elaboração do Plano de Compensação.	CLR	Formação em grupo	Município do Dondo – Escolinha Pequenas Sementes – Igreja Baptista	Dezembro de 2020	-	-	Telefone; Redes sociais (WhatsApp) Marcação presencial com o CLR

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Criação da CDR	Criação da Comissão Distrital de Reassentamento.	CMD Governo do Distrito do Dondo	Reunião/ encontro de trabalho	CMD Administração do Distrito do Dondo	Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Resolução de conflitos e sobreposição de machambas	Resolução de conflitos entre os AFs registados devido a sobreposição de áreas agrícolas mapeadas.	CLR AFs envolvidos	Reunião em grupo	Bairro Macharote	Janeiro, Fevereiro e Outubro de 2021	-	Mapas dos mapeamentos e resumos de bens	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos e informação socioeconómica	Planificação de actividades com a CDR; Clarificação de procedimentos municipais e administrativos; Recolha de informação sobre gestão de resíduos.	CDR Vereação de Saneamento	Reunião/ encontro de trabalho Reunião/ entrevista individual	CMD	Fevereiro de 2021	-	Legislação nacional sobre reassentamento Mapas dos registos do Censo e Inventário patrimonial	Marcação presencial do encontro Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Recolha de informação socioeconómica da área do Projecto	Recolha de informação sobre actuais actividades económicas, principais estratégias na actividade agrícola e perspectivas de actividades futuras.	Homens Idosos Mulheres idosas Mulheres jovens (incluindo mães solteiras)	Grupos focais de discussão	Escola primária Completa de Macharote	Fevereiro de 2021	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Formação da CDR	Formação da CDR, apresentação dos	CDR	Formação em grupo	Sala de conferências	Fevereiro de 2021	-	Legislação nacional sobre	Carta-convite

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
	resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação.			do CMD - Bairro Central			reassentamento Mapas dos registos do Censo e Inventário patrimonial	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Alinhamento de actividades e procedimentos	Avaliação da formação, próximas actividades e entendimento sobre o processo de atribuição do DUAT.	CDR	Reunião/ encontro de trabalho	CMD	Fevereiro de 2021	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Anúncio dos Resultados do Censo	Apresentação dos resultados do Censo e Inventário Patrimonial, sequência de actividades futuras no processo de elaboração do Plano de Compensação e MGR	CLR AFs afectados	Reunião Comunitária	Escola primária Completa de Macharote	Fevereiro de 2021	-	Mapas contendo os mapeamentos feitos Gráfico de actividades futuras Gráfico do MGR	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos	Relatório sobre as actividades realizadas durante os dias anteriores, ponto de situação das áreas hospedeiras e	CDR	Reunião/ encontro de trabalho	CMD	Fevereiro de 2021	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
	esclarecimento em falta sobre a modalidade de acesso a DUATs.							
Alinhamento de actividades e procedimentos	Processo de elaboração do PC e pagamento de compensações; declarações do CLR para recusa de AF	CLR	Reunião/encontro de trabalho	Escola primária Completa de Macharote	Abril de 2021	-	Gráfico de actividades futuras Gráfico do MGR	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Alinhamento de actividades e procedimentos	Clarificação do cronograma do projecto (construção); Censo e Inventário Patrimonial da área da LT; Ponto de situação das áreas hospedeiras.	CDR CLR	Reunião/encontro de trabalho	CMD Escola primária Completa de Macharote	Maio de 2021	-	Cronograma do Projecto Área da LT Dados sobre mapeamento de machambas	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Anúncio do Censo e Inventário Patrimonial na área da LT	Reunião de preparação do Censo e Inventário Patrimonial da LT; Actualização do Mecanismo de Gestão de Reclamações.	CDR CLR	Reunião/encontro de trabalho	CMD Escola primária Completa de Macharote	Junho de 2021	-	Mapa da área da LT	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Anúncio do Censo e Inventário	Anúncio do início do Censo e Inventário Patrimonial na LT	CDR CLR Comunidades afectadas	Reunião Comunitária	Escola primária Completa de Macharote	Junho de 2021	-	-	Carta-convite Telefone Redes sociais

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Patrimonial na área da LT								(WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Resolução de sobreposições	Contacto com AFs registados para resolução de sobreposições e conflitos de terra	CLR AFs envolvidos	Reuniões em grupo Reuniões individuais	Bairro Macharote	Junho e Agosto de 2021	-	Mapas de registos de machambas com sobreposições	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos	Esclarecimento das dúvidas a população afectada e áreas hospedeiras	CLR	Reunião/encontro de trabalho	Escola primária Completa de Macharote	Setembro de 2021	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Processo das Áreas Hospedeiras	Esclarecimentos sobre áreas hospedeiras	CDR CLR	Reunião/encontro de trabalho	Conselho Municipal do Dondo	Setembro de 2021	-	Mapeamentos de machambas	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Alinhamento de actividades e procedimentos	Operacionalização do MGR, assinatura do Formulário de Reclamação; Passagem do formulário de reclamação para 2ª instância e marcação da visita às áreas hospedeiras.	CDR CLR	Reunião/encontro de trabalho	Escola primária Completa de Macharote CMD	Outubro de 2021	-	Mapas de sobreposição Formulário de reclamação Historial de mapeamentos	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Processo das Áreas Hospedeiras	Visitas às áreas hospedeiras	CDR CLR Lideranças locais das áreas hospedeiras AFs elegíveis ADEL e UDAC	Visita ao terreno	Nhampiripiri 2 Milha 20 Nhamtiquite Baixa Nhamtiquite Baixa Vale do Mandruzi	Outubro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	Mapas das potenciais áreas hospedeiras	Carta-convite Telefone E-mail Redes sociais (WhatsApp) Mobilização através da liderança local e pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos	Cancelamento dos cartões dos agregados familiares não mais afectados na faixa dos 50 m da linha de transmissão subterrânea. Resolução de conflitos devido ao cancelamento.	CDR CLR Lideranças Locais AFs envolvidos	Reunião Comunitária Reunião em grupos Reuniões individuais	Escola primária Completa de Macharote	Novembro 2021	-	Mapas de registos de machambas Historial de mapeamentos	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Processo das Áreas Hospedeiras	Discussão sobre potencial aumento de área de zonas baixas para produção do arroz; Discussão sobre potencial aumento da área hospedeira (de 68.5 para	CDR CLR Lideranças locais das áreas hospedeiras AFs elegíveis ADEL e UDAC	Reunião/encontro de trabalho Reuniões em grupo	Escola primária Completa de Macharote CMD	Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	Tabelas com cálculos de áreas registadas Mapas de potenciais áreas hospedeiras	Carta-convite Telefone E-mail Redes sociais (WhatsApp)

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
	125 hectares); Planificação e preparação de visitas; Identificação de novas áreas e balanço das visitas feitas; Aprofundamento da discussão sobre proposta para minimização dos impactos sobre áreas hospedeiras.						com distâncias Mapas com machambas registadas	Mobilização pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos	Informação sobre o andamento do projecto e aspectos fundamentais do processo das áreas hospedeiras	SPA	Reunião/ encontro de trabalho	SPA - Cidade da Beira	Março de 2022	-	-	Telefone
Processo das Áreas Hospedeiras	Discussão e homologação das alternativas para alocação de terras agrícolas de substituição. Apreciação de tabela de compensações. Requisitos para obtenção de DUATs para machambas na área do	CDR	Reunião/ encontro de trabalho	CMD	Março de 2022	-	Tabelas com cálculos de áreas registadas Mapas de potenciais áreas hospedeiras com distâncias Historial das visitas às	Telefone Redes sociais (WhatsApp)

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
	Município e Distrito do Dondo						potenciais áreas hospedeiras	
Processo do Cálculo das Compensações	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	CDR	Reunião/encontro de trabalho	CMD	Março de 2022	-	Resumos de bens registados	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Processo das Áreas Hospedeiras	Encontro realizado entre o CLR e as famílias afectadas. Discussão de áreas agrícolas hospedeiras	CLR	Reunião/encontro de trabalho	Bairro Macharote	Maio de 2022	-	Mapas de potenciais áreas hospedeiras com distâncias Historial das visitas às potenciais áreas hospedeiras	Mobilização pelo CLR
Alinhamento de actividades e procedimentos	Planificação de actividades com a CDR e CLR	CDR CLR	Reunião/encontro de trabalho	CMD Bairro Macharote	Maio de 2022	-	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Alinhamento de actividades e procedimentos	Reunião com PAPs, anúncio sobre a retoma de actividades, discussão sobre alternativas a áreas agrícolas hospedeiras, critérios de elegibilidade, método de cálculo de compensações e anúncio da moratória.	CDR CLR Comunidades afectadas	Reunião Comunitária	Bairro Macharote	Maio de 2022	5 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização através da liderança local e pelo CLR

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Processo do Cálculo das Compensações	Anúncio dos critérios de elegibilidade e método de cálculo de compensações	CLR Comunidades afectadas	Reunião Comunitária	Bairro Macharote	Maio de 2022	2 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Processo do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência	Grupos de discussão sobre medidas para apoiar PAPs no seu restabelecimento em novas áreas de produção	CLR Homens Mulheres (incluindo idosas) Jovens	Grupos focais de discussão	Bairro Macharote	Junho de 2022	3 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Retoma das actividades de finalização do PC	Anúncio sobre a retoma de actividades e finalização do Plano de Compensação e alinhamento de procedimentos e responsabilidades.	CDR	Reunião/encontro de trabalho	CMD	Março de 2023	2 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)
Retoma das actividades de finalização do PC	Anúncio sobre a retoma de actividades e finalização do Plano de Compensação	CDR CLR Comunidades afectadas	Reunião Comunitária	Bairro Macharote	Março de 2023	2 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Processo do Plano de	Apresentação e discussão dos programas propostos	Homens Mulheres	Reunião Comunitária	Bairro Macharote	Março de 2023	2 dias	-	Telefone Redes sociais

Âmbito da Consulta	Objectivo	Partes interessadas Alvo	Formas de envolvimento /comunicação	Local da reunião	Data da reunião	Prazo de Notificação	Material de consulta prévia	Meios de convocação
Restauração dos Meios de Subsistência	para restauração dos meios de subsistência	Grupos vulneráveis CLR	Reunião em grupos Reunião/ encontro de trabalho					(WhatsApp) Mobilização pelo CLR
Processo do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência	Apresentação e discussão dos programas propostos para restauração dos meios de subsistência; divulgação dos resultados da discussão com as famílias afectadas	CDR	Reunião/ encontro de trabalho	CMD	Março de 2023	5 dias	-	Telefone Redes sociais (WhatsApp)

9.4. Estratégia para Incorporar a Visão dos Grupos Vulneráveis

Alguns impactos do Projecto podem atingir de forma desproporcional indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar as suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto. Deste modo, pessoas vulneráveis precisam ser identificadas e devem ser tomadas medidas apropriadas para garantir que elas terão oportunidades iguais para expor as suas preocupações e apresentar reclamações sobre o Projecto.

Dependendo do tipo de vulnerabilidade constante num agregado familiar, vários podem ser os factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento. Alguns desses factores podem ser:

- Falta de apoio a agregados familiares com membros menores de idade;
- Dificuldades de compreensão das mensagens, por falta de domínio da língua oficial, por falantes de línguas locais;
- Dificuldades de compreensão das mensagens, dado o menor nível de alfabetização e educação;
- Dificuldades de locomoção de doentes crónicos ou pessoas com deficiência;
- Dificuldades de locomoção para idosos sem apoio de outros membros do agregado familiar;
- Potencial discriminação da mulher na sociedade e no seio familiar;
- Comunicação condicionada por estradas precárias e falta de acesso à energia e telecomunicações; e
- Baixo acesso a meios de comunicação social (jornal, rádio, televisão ou internet).

Para fazer face a estes factores limitantes, a principal estratégia adoptada foi a de envolver o CLR enquanto órgão representativo dos agregados familiares afectados pelo Projecto. Este órgão desempenhou um papel fundamental na recolha e disseminação de informação entre o Projecto e os afectados, e na mobilização dos afectados para participação nas acções de envolvimento. Outras estratégias foram igualmente adoptadas foram (não se limitando a):

- Informação apresentada em língua local;
- Discussões em grupos focais que envolvessem agregados familiares em situação de vulnerabilidade;
- Contacto e mobilização porta-a-porta com apoio dos membros do CLR;
- Preparação de material de divulgação com recurso a comunicação visual e gráfica, principalmente mapas;
- Utilização de mensagens escritas (SMS) para providenciar informações sobre o Projecto e responder a questões sem que os agregados familiares tivessem de se deslocar para os locais das reuniões;

- Selecção de locais para as reuniões que garantissem o acesso de agregados familiares com limitações de locomoção física ou por gestão de menores;
- Promoção da participação da mulher, através de sessões de consulta separadas (ex. 9 reuniões e discussões em grupos focais), onde mulheres, meninas e idosas estão à vontade para falar, e em horários adequados para elas, após os seus compromissos.

De forma resumida, um amplo processo de envolvimento das partes interessadas requer o uso e a combinação de diferentes técnicas e métodos para divulgar informação, e consultar e recolher informação das PIAs. Ao seleccionar uma técnica apropriada, devem ser considerados métodos de consulta culturalmente adequados, tendo em conta as características do público-alvo.

10. RESUMO DA ESTRATÉGIA E ENVOLVIMENTO DAS PIAs

10.1. Estratégia e Envolvimento das Comissões de Reassentamento

A comunicação ao nível das comissões de reassentamento foi garantida em dois níveis, nomeadamente, com a Comissão Distrital de Reassentamento e com o Comité Local de Reassentamento.

Estas comissões foram envolvidas no processo desde a sua criação e após terem passado por acções de formação específicas sobre o processo de elaboração do Plano de Compensação para que pudessem participar de forma consciente e informada no processo.

A comunicação com as comissões baseou-se principalmente em reuniões e encontros de técnicos de planificação de actividades, apresentação de informações relativas ao Projecto, discussão de propostas de compensação e restauração dos meios de subsistência, acompanhamento de actividades no terreno e desbloqueio de questões de entrave ao Projecto, sempre que necessário. Dentro destes encontros, enquadram-se, igualmente, alguns encontros informais e encontros de cortesia com membros específicos da Comissão Distrital de Reassentamento e encontros para a resolução de conflitos liderados pelo Comité Local de Reassentamento.

As comissões de reassentamento participaram igualmente das reuniões comunitárias realizadas, sendo uma das principais funções do Comité Local de Reassentamento fazer o acompanhamento de tais reuniões e dar seguimento à disseminação de informação após as mesmas. Alguns destes encontros também contaram com a presença de membros da Comissão Distrital de Reassentamento.

A figura abaixo mostra as formas de comunicação e envolvimento usadas com as Comissões de Reassentamento.



Figura 10: Resumos do envolvimento com as comissões de reassentamento

Como forma de garantir que todos os participantes tivessem um entendimento comum e domínio dos tópicos apresentados e discutidos no processo de elaboração do Plano de Compensação, todos os encontros e visitas (precedidas de encontros de preparação) foram realizados com recurso aos seguintes materiais:

- Apresentações em PowerPoint (principalmente para a CDR);
- Apresentações em posters de tamanho A3 (principalmente para o CLR);
- Mapas impressos da área do Projecto e dos mapeamentos realizados e fluxograma do mecanismo de gestão de reclamações;
- Documentação com históricos relevantes (para resolução de conflitos relacionados a sobreposições de terra, para fundamentação do processo de selecção da área hospedeira); e
- Recurso a quadros (principalmente para encontros realizados na Escola Primária Completa de Macharote).



Figura 11: Encontro de trabalho com CDR no Município do Dondo (Maio de 2021)



Figura 12: Visitas técnicas às áreas de Nhampiriri (A e B) e Milha 20 (C e D) com a CDR (Novembro e Dezembro de 2021)

Alguns documentos específicos foram partilhados com antecedência com a CDR, por via electrónica e física, tais como o quadro de direitos, o plano de restauração dos meios de subsistência. No caso do CLR, a documentação foi entregue principalmente em formato de mapas e gráficos, para facilitar o entendimento do conteúdo a ser discutido. Em alguns casos específicos, pela dificuldade de envio antecipado de documentos de grande volume, estes eram traduzidos para formatos mais simplificados e apresentados e discutidos directamente com os membros do CLR nos encontros técnicos. Outros documentos, tais como a apresentação dos cálculos das compensações, foram preparados em conjunto com a CDR e discutidos com o CLR antes da sua divulgação às comunidades.

Os encontros técnicos com a CDR eram realizados na língua portuguesa. Com o CLR, e assumindo que nem todos os membros do CLR tinham domínio da língua portuguesa, os encontros eram realizados também com recursos aos idiomas locais, nomeadamente *Chisena* e *Ndau*.



Figura 13: Encontro de trabalho com CLR no Bairro Macharote (A – Maio de 2021 e B – Setembro de 2021)



Figura 14: Visitas técnicas às áreas hospedeiras com a CLR (Dezembro de 2021)

10.2. Estratégia e Envolvimento das Partes Afectadas

De acordo com a legislação moçambicana e as boas práticas internacionais, é importante assegurar o envolvimento activo e informado das comunidades afectadas e das suas lideranças no processo de reassentamento/compensação. A NAS10 apresenta o envolvimento comunitário como um processo contínuo e interactivo através do qual o Projecto identifica, comunica e facilita um diálogo bidirecional com as pessoas afectadas. Este processo deverá ser conduzido através de consultas cujo objectivo é proporcionar um diálogo significativo com as partes afectadas, de modo a receber as contribuições em relação ao Projecto, discutir as suas preocupações e informar sobre as actividades e decisões do Projecto, quando apropriado.

Em cumprimento deste princípio, o envolvimento das partes afectadas incluiu um exercício de participação comunitária baseado nos seguintes princípios:

- Envolvimento das partes afectadas e lideranças comunitárias na identificação dos bens afectados;
- Apoio das lideranças comunitárias na resolução de casos de sobreposições das terras registadas durante o Censo e Inventário Patrimonial;
- Envolvimento das partes afectadas, lideranças comunitárias e potenciais comunidades hospedeiras durante a consideração de alternativas ao desenho do Projecto e, depois disso, durante as fases de planeamento, implementação, monitoria e avaliação dos processos de compensação, restauração dos meios de subsistência e relocação; e
- Envolvimento das partes afectadas nos processos decisórios relativos aos planos de compensação e restauração dos meios de subsistência, incluindo alternativas entre as quais os afectados possam optar.

A participação comunitária e todo o processo de negociação foram assegurados pelos seguintes mecanismos:

- Reuniões de grupos focais e entrevistas de povoação para entender as opiniões e preferências dos vários grupos de interesse presentes na comunidade (incluindo mulheres e grupos vulneráveis) durante todas as fases do processo de elaboração do Plano de Compensação;
- Reuniões comunitárias abertas com as comunidades afectadas para discussão de todos os passos do processo de elaboração do Plano de Compensação;
- Visitas de reconhecimento a potenciais áreas hospedeiras com representantes das PAPs; e
- Encontros individuais e encontros em grupo para a resolução de casos de sobreposição das terras registadas durante o Censo e Inventário Patrimonial. Foram oficialmente registados na Matriz Geral de Envolvimento 7 encontros para resolução de conflitos e sobreposição de terra, dos quais foram produzidas declarações de resolução pelo CLR. Entretanto, o processo de resolução de cada caso de sobreposição, contou com visitas e encontros entre a Equipa do Projecto, membros do CLR e membros dos AFs

envolvidos para (i) refazer mapeamentos, (ii) discutir limites de machambas, (iii) discutir propriedade e regime de uso das machambas. Embora não tenham sido registados formalmente na Matriz Geral de Envolvimento, estima-se que tenham sido realizados pouco mais de 35 encontros.

A figura abaixo resume as formas de comunicação usadas para garantir o envolvimento das partes afectadas ao longo do processo de elaboração do Plano de Compensação.



Figura 15: Resumos do envolvimento com as partes afectadas

A constituição, capacitação e interacção com um Comité Local de Reassentamento (eleito pelas partes afectadas como seus representantes) foi parte integrante da estratégia de comunicação com as partes afectadas. Outras estratégias adoptadas para garantir a eficácia dos mecanismos acima indicados, foram as seguintes:

- Realização de reuniões comunitárias em locais de fácil acesso para as comunidades (principalmente na Escola Primária Completa de Macharote e na área do Projecto) e em cumprimento com as exigências de prevenção da COVID-19 e os requisitos dos vários decretos presidenciais emitidos ao longo da Situação de Calamidade. Isto possibilitou que os agregados familiares com situações de vulnerabilidade pudessem participar nas actividades de envolvimento propostas.
- Garantir a participação efectiva de mulheres, e organização de eventos, de modo a garantir a participação dos grupos vulneráveis tais como idosos e pessoas com

deficiência. A organização envolvia não só encontrar locais acessíveis como também horários que atendessem às necessidades dos afectados.

- Divulgação de informação com recursos aos idiomas locais de modo a garantir a compreensão de todos os participantes. A Equipa do Projecto era composta por dois Assistentes de Campo com domínio dos idiomas locais, que auxiliavam no processo de transmissão de informação para os afectados e recolha de subsídios, comentários, preocupações e sugestões dos afectados no decorrer das acções de envolvimento.
- Fornecimento de informação com recurso a linguagem simples, acessível e culturalmente apropriada. O recurso a informação visual em forma de mapas e gráficos foi uma das principais estratégias de divulgação de informação para os afectados. Isto permitiu um maior entendimento do processo de elaboração do Plano de Compensação e das actividades envolvidas no cronograma do Projecto.
- Realização de grupos focais diferenciados, para os tópicos aplicáveis, que contemplaram os diferentes grupos das comunidades afectadas. De entre os sectores das comunidades, foram realizados grupos diversos com mulheres (que incluíssem mães solteiras e mulheres em outras situações de vulnerabilidade), homens, idosos, jovens e líderes. Estes grupos permitiram recolher informação sobre as características sociais, económicas e culturais que definem a situação pré-projecto dos afectados, bem como recolher as prioridades e preferências dos afectados em relação às medidas de restauração dos meios de subsistência a implementar.
- Mobilização porta-a-porta com apoio do CLR e por chamadas telefónicas personalizadas para cada agregado familiar afectado. A mobilização porta-a-porta permitiu que os agregados familiares em situação de vulnerabilidade tivessem informação sobre o projecto e as acções de envolvimento das quais deveriam participar. As chamadas telefónicas eram feitas, principalmente, pelas Assistentes de Campo. Esta estratégia foi usada como forma de (i) responder às diversas questões e preocupações dos afectados em relação ao Projecto, (ii) mobilizar agregados familiares para as diversas acções de envolvimento e (iii) transmitir informação necessária a agregados familiares em situação de vulnerabilidade que não pudessem participar de alguma acção de envolvimento.
- Disponibilização de informação ao CLR após os encontros, e visitas para facilitar o acesso à informação por parte das comunidades. Antes de divulgar qualquer tipo de informação aos afectados, esta informação era primeiramente partilhada com o CLR de modo que este tivesse domínio dos tópicos a serem discutidos com os agregados familiares afectados. Após cada encontro, a informação relevante era disponibilizada ao CLR de modo que este pudesse (i) divulgar essa informação junto dos agregados

familiares que a requisitassem, (ii) usar essa informação como suporte em acções de envolvimento internas do CLR e (iii) transmitir a informação aos agregados familiares ausentes nas acções de envolvimento.

- Garantir transporte (assim como pontos de recolha) para os agregados familiares que participaram das visitas às áreas hospedeiras de modo a não incorrer em custos adicionais para as famílias afectadas. Assumindo um critério de justiça, esta medida permitiu que os agregados familiares que estiveram interessados em conhecer as potenciais áreas hospedeiras, o pudessem fazer. Esta medida garantiu ainda que agregados familiares em situação de vulnerabilidade pudessem participar das visitas realizadas.
- Fornecimento de contactos telefónicos directos aos agregados familiares de modo a facilitar a resolução de questões que ultrapassassem o nível do CLR (principalmente para aspectos técnicos do Projecto para as quais o CLR não conseguisse responder).

As estratégias acima indicadas foram apoiadas por materiais de divulgação tais como posters e gráficos (com recurso aos quadros existentes nas salas de aula da Escola Primária Completa de Macharote).



Figura 16: Reunião com PAPs no Bairro Macharote (A – Julho de 2021 e B – Novembro de 2021)



Figura 17: Visitas das PAPs às Áreas Hospedeiras (Fevereiro de 2022)

A mobilização e sensibilização das comunidades afectadas para participação nas reuniões, grupos focais e visitas foi garantida pelos membros do CLR que actuaram em todo o processo como ponto focal entre a comunidade e o Projecto. De igual modo, a transmissão de informação das comunidades afectadas para o Projecto foi feita através deste órgão.

10.3. Estratégia e Envolvimento Público

As consultas realizadas na fase de elaboração do Plano de Compensação visaram fornecer informação sobre as actividades desenvolvidas ao longo do processo, fortalecer os canais de comunicação entre a Equipa do Projecto e o público, e recolher e dar resposta a questões, comentários e sugestões sobre o Projecto, para consideração, conforme aplicável, no relatório final do Projecto.

A fim de promover um amplo envolvimento e participação das partes interessadas, e de garantir que as estratégias de envolvimento estejam de acordo com as directrizes da NAS10, é apresentado abaixo um resumo dos mecanismos adoptados pelo Projecto para o envolvimento e consulta das partes interessadas:

- **Identificação de potenciais Partes Interessadas e Afectadas:**
 - Actualização da base de dados desenvolvida na fase de EIAS e ao longo do trabalho do Consultor na região do Projecto, e durante o processo de elaboração do Plano de Compensação.

- **Disseminação de informação/Convite para participar no Processo de Participação Pública:**
 - Divulgação de informação sobre o Projecto disponibilizada em local acessível e em formato e linguagem de fácil compreensão para todas as partes interessadas. Todo o material de divulgação foi elaborado na língua oficial do país (Português), e traduzido durante as reuniões para a língua local de modo a abranger as PIAs com baixa alfabetização;
 - Divulgação da oportunidade de registo das partes interessadas, através da publicação de anúncio nos diversos canais de comunicação, convidando-as a participar no PPP, a receber informações sobre o Projecto, e a participar nas consultas;
 - Convocação das partes interessadas para as consultas, por meio de um convite para o efeito, endereçado por via da publicação de um anúncio nos meios de comunicação de maior acesso na região (jornal, rádio provincial e local). A convocação foi feita 15 dias antes da realização das mesmas, com indicação da data, hora, local da consulta e o local de acesso aos documentos do Projecto;
 - Envio de cartas-convite, acompanhadas de cópias de um “Resumo Não Técnico” (RNT) do relatório a apresentar, endereçadas a instituições-chave relevantes para a actividade (ex.: organismos governamentais e não governamentais; instituições de ensino e pesquisa; órgãos de informação; instituições seleccionadas da sociedade civil).

- **Disponibilização de informação escrita sobre o Projecto, o processo de elaboração do Plano de Compensação e o PPP**
 - Disponibilização ao público do rascunho de um resumo das questões a serem apresentadas sobre o Projecto, nomeadamente em versão electrónica, no portal de Internet do Consultor e do Proponente, e em versão impressa em instituições-chave identificadas, para consulta pelas partes interessadas, pelo menos 15 dias antes das consultas;
 - Disseminação de informação por meio de cartazes em locais de grande movimentação, a nível distrital e local;
 - Distribuição de folhetos informativos em locais seleccionados, a nível distrital e local.

- **Realização de consultas (Reuniões de Consulta Pública)**
 - O consultor coordenou a realização das consultas com as principais autoridades provinciais, distritais e locais, explicando os objectivos do Projecto e das consultas, os protocolos durante as consultas e a respectiva logística;
 - Todas as consultas foram precedidas de encontros de alinhamento entre o Proponente e o Consultor, para a harmonização da informação a ser apresentada;
 - Toda a informação a ser apresentada nas consultas foi preparada tendo em conta as partes interessadas-alvo. O conteúdo da informação foi simples, recorrendo ao uso de imagens para facilitar a compreensão;
 - As consultas foram presenciais;
 - As consultas respeitaram as regras sanitárias no âmbito do COVID-19;
 - As consultas foram realizadas em português, com tradução consecutiva para as línguas locais, para uma melhor interacção entre as partes interessadas, o Proponente e o Consultor;
 - As consultas foram documentadas através de gravação em gravadores, registo fotográfico, lista de presença, recepção de comentários e transcrição escrita;
 - Contactos telefónicos (linha verde) e por e-mail com os interessados;
 - Fornecimento do endereço físico do Consultor para possibilitar aos interessados o contacto directo com o Gestor do Projecto.

- **Recolha de contributos das Partes Interessadas durante e após a realização das consultas**
 - Distribuição e recolha de comentários por meio da distribuição da “Ficha para Registo de Comentários” no início e no fim das consultas;
 - Transcrição escrita das consultas e dos contributos das partes interessadas e respectivas respostas, documentadas na “Matriz de Questões e Respostas” (MQR);

- Recepção de comentários, sugestões e preocupações das partes interessadas num prazo de até 15 dias, após a realização das consultas, para inclusão no Relatório de CP e consideração no Plano de Compensação e planos complementares, conforme aplicável. Os comentários das partes interessadas foram analisados pela Equipa do Projecto e respondidos em tempo hábil através do canal de comunicação divulgado.
- **Preparação do Relatório de Participação Pública**
 - Compilação de um Relatório de PP, incluindo, mas não se limitando ao seguinte: (a) Introdução e contexto da consulta pública realizada; (b) Metodologia usada no processo de CP; (c) Mecanismos de envolvimento das PIAs e disseminação de informação; (d) Resumo das consultas; (e) Principais questões levantadas pelas PIAs nas consultas e respectivas respostas; (f) Análise do processo de consulta; e (g) Conclusões;
 - Inclusão de Anexos, como: base de dados das PIAs, anúncios publicados; modelo de carta-convite; listas de participantes; registo fotográfico, “Matriz de Questões e Respostas”, comentários recebidos das PIAs. O Relatório de PP preparado para cada Reunião de Consulta Pública foi anexado ao presente documento (Volume IV: Relatório de Envolvimento das PIAs).

Para garantir que o Projecto não criasse, ou permitisse que expectativas irrealistas se desenvolvessem entre as partes interessadas no que diz respeito aos benefícios do Projecto, foi criado um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR). A descrição detalhada do MGR encontra-se no Volume I referente ao Plano de Compensação.

11. RESUMO DAS PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS

Desde Setembro de 2020, início do processo de elaboração do Plano de Compensação, que foram realizados diferentes eventos de consulta e participação das PIAs. Em todos estes eventos, foi disponibilizado espaço para discussão dos tópicos apresentados. Nestes fóruns, as PIAs (grupos-alvo de cada encontro) colocaram questões, exprimiram preocupações, deram sugestões e fizeram recomendações para a melhoria do processo.

Todas as intervenções serviram para a melhoria do processo de comunicação e interação com as PIAs de modo a garantir a participação informada de todas as partes.

O conjunto de intervenções registadas ao longo do processo são abaixo listadas de acordo com o grupo e/ou fase do processo de elaboração do Plano de Compensação.

11.1. Encontros Diversos de Trabalho e Partilha de Informação

Com Lideranças Locais (entre Setembro e Outubro de 2020)

- Questionamento sobre a necessidade de listar as quintas existentes.
- Justificação na demora na listagem uma vez que as famílias que operam na área moram no Município do Dondo, mas também na Cidade da Beira.
- Sugestão de se listar as quintas através do Município, uma vez que alguns são desconhecidos e não tem guardas.
- Tratamento a ser dado a terras não ocupadas que são usadas para corte de lenha e pastagens.
- A criação de um comité local vai facilitar a comunicação, mobilização e interacção com o projecto e as autoridades locais.
- Verificação de movimentação de pessoas estranhas, registando espaços não cultivados dentro das quintas.

Com PAPs (entre Outubro de 2020 e Novembro de 2021)

- Pedido de averiguação de registos oportunistas nas áreas das quintas.
- Qual o direito das famílias que trabalham em terras alugadas e emprestadas.
- Pedido de mapeamento de machambas em pousio pois consideram que a machambas era do seu pai antes da aquisição pelo actual dono da quinta.
- O processo de elaboração do Plano de Compensação é muito longo. O melhor seria o projecto entregar o dinheiro a cada família e cada um comprar a sua terra.
- Tratamento para donos de machamba com alguma deficiência.
- Questionamento se as comunidades podem ou não continuar a cultivar, uma vez que se aproxima a época da colheita.
- Qual o procedimento para as pessoas que não aparecem nas reuniões.
- Que tratamento vai ter se tiver uma machamba emprestada e outra própria.
- O que significa quadro de direitos.
- Possibilidade de mandar outra pessoa para representá-la em caso de impossibilidade de participar nas reuniões.
- Qual a necessidade de um processo tão longo para a preparação de um Plano de Compensação.
- O processo deve ser mais curto, fazendo uma ou duas reuniões e terminar com as compensações.
- O projeto deve resolver problemas a pensar nas comunidades e não deixar tudo para o município resolver.
- Processo muito demorado e comunidades cansadas de participar em reuniões. As pessoas só querem o dinheiro.

- É bom perceber o processo e os filhos de pais idosos poderem participar por eles para que não saiam prejudicados.

Com CLR (entre Fevereiro de 2021 e Janeiro de 2022)

- Satisfação com a forma como foi apresentado o processo de elaboração do Plano de Compensação.
- Se os programas que geralmente entram num PRMS são comuns ou individuais.
- Quem procura as terras de substituição.
- Porque é que o projecto regista algumas machambas que tem uma parte fora
- Pessoas preocupadas com a demora do projecto. Pensam que o CLR não está do lado do Projecto e que não vão receber o seu dinheiro.
- Como tratar informação incorrecta e boatos que espalham nas comunidades em relação ao Projecto.
- Como lidar com a ansiedade e expectativas elevadas em relação ao Projecto, pois as pessoas acham que vão receber muito dinheiro e moagens.
- Contentamento com o projecto por ser algo novo no Município.
- Facilidade na listagem das famílias que cultivam dentro da área da Linha de Transmissão.
- O cancelamento de cartões não será tarefa fácil. O Projecto poderá encontrar dificuldades para reaver os cartões.
- As populações não conseguem ver a vantagem na retirada dos cartões pois não percebem que assim não perdem as terras em que cultivam.
- Os mapas apresentados pela equipa técnica são claros.
- A renitência das pessoas em devolver os cartões é porque não serão mais compensados.

Com a CDR, com o Conselho Municipal do Dondo e a Administração do Distrito do Dondo (entre Setembro de 2020 e Junho de 2021)

- Sugestão de encontro com os líderes para listagem inicial de partes afectadas.
- Questionamento sobre o término da listagem preliminar das PAPs na área do Projecto
- Sugestão da data de 02 de Outubro para realização da reunião de anúncio do Censo.
- Número de membros da CDR e principais responsabilidades.
- Vai ser criada uma nova comissão após o censo na LT.
- Contentamento com as alterações feitas ao Mecanismo de Gestão de Reclamações.

11.2. Encontros para Discussão do Processo de Selecção de Áreas Hospedeiras

Com PAPs (Fevereiro de 2022)

- Se a substituição das terras seria o único direito que a família teria.
- Como seriam tratadas as árvores das áreas hospedeiras.
- Ouviu dos membros do CLR que as terras ficam distantes, as vias de acesso estão em péssimas condições e que não existe transportes para estes locais.
- Questionou se o projecto irá suportar custo das deslocações das famílias.
- Questionou se quando o Governo decidiu alocar estas áreas pensou nos idosos, deficientes que não podem ir para estes locais distantes.
- Ouviu que o CLR avançou com algumas propostas para mitigar a distância como o problema de falta de transporte, tais como, construção de abrigos de machambas, entrega de transportes e que essas medidas não são suficientes.
- Questionou quem irá garantir a manutenção destas motorizadas.
- A maioria das famílias que possuem terras na área do projecto são idosas, estão habituadas a trabalhar próximo dos seus locais de residência e a regressarem no final do dia.
- Questionou quem irá garantir a segurança nas casas destas famílias se tiverem de pernoitar nos abrigos de machambas em Savane.
- Preferia que o Governo do Distrito identificasse terras no Posto Administrativo de Mafambisse, porque é próximo dos nossos locais de residência.
- Caso não se consiga as terras de Mafambisse, a preferência é pela compensação em dinheiro para que cada família individualmente possa comprar machambas onde quiser.
- Porquê é que o projecto não faz compensação monetária pela perda de terras para as famílias, assim reduz a sua sobrecarga que o Governo e o Projecto tem de fazer para encontrar terras que agradem as famílias.
- A compensação monetária irá evitar conflitos, poupar tempo e esforços do Projecto e agradar a todas as famílias.
- O tempo de visita das áreas e realização de uma reunião balanço é tempo que se perde para machamba.
- Sugerem que o Projecto restrinja a discussão desses aspectos com o CLR pois as comunidades estão cansadas de ter reuniões.
- Sugerem que o projecto junte o dinheiro que está programado para as visitas, construção dos abrigos, o dinheiro previsto para a limpeza dos terrenos na área hospedeira e use para compensar as famílias.
- Questionou se a Lei só funciona para o projecto da EDM.
- Deve haver consistência nos projectos da EDM.
- Olha para as terras de Savane como uma oportunidade para a sua família.

- Tratamento a dar a famílias que registaram machambas sem culturas, sem árvores e vão ter de sair com mãos a abanar para Savane. Sugestão de se considerar os custos que as famílias tiveram com limpeza e trabalho na área.
- Quem suportará os custos de transportes e alimentação para as visitas.
- Questionou se as áreas a serem visitadas são zonas baixas para a produção do arroz.
- Facilidade para os homens visitarem as áreas pois não tem responsabilidades domésticas.
- Áreas em Savane não serão adequadas para as mulheres que tem responsabilidades familiares e domésticas.
- Visita e Balanço de Nhamtiquite zona alta
 - As mulheres gostaram do tipo de solo, o problema é a distância e a via de acesso.
 - satisfação em relação a zona, tipos de solos e as potencialidades que apresenta para a produção do milhoes, mapira e feijões.
 - Questionou se a área de Nhamitiquite zona alta se era suficiente para albergar todas as famílias que irão perder terras a favor do Projecto.
 - Como será feito a divisão das machambas neste local, uma vez que as machambas têm dimensões diferentes.
 - Questionou se os quintaleiros receberiam terras de substituição igual a das famílias.
 - Tratamento a dar a árvores que existem no local.
 - Gostaria de ver terras identificadas para produção do arroz.
 - O projecto pode construir casas de machambas para as famílias que escolherem este local.
 - Para além do abrigo deve-se pensar no transporte como motorizada, posto de saúde, bomba de água e cantinas porque neste local não existe infraestruturas.
- Visita e Balanço de Nhamtiquite zona Baixa
 - Solo de Nhamitiquite baixo não tem condições para produção do arroz, não é produtivo e não tem capacidades de retenção de água.
 - Questionou se o projecto parar de fazer assistência quem irá fornecer fertilizantes e com que dinheiro as famílias irão adquirir fertilizantes.
 - Não concorda que o melhoramento do solo venha a mudar a sua natureza e aumentar a produção.
 - Não acha que o Projecto tenha capacidade de assistir as famílias por toda a vida.
 - Recomenda ao Governo do Distrito a encontrar outras terras adequadas para a cultura do arroz.
 - Propôs a redução do número de dias programados para visita de dois para um dia.
 - Consideram que pessoas presentes são suficientes para visitarem as áreas e em nome de outros emitirem o seu parecer sobre as áreas visitadas, bem como informar aos ausentes sobre o que viram e o que acharam durante a visita.
- Visita e Balanço de Nhampiripiri
 - O local é muito distante, o trajecto cansa, a estrada não ajuda, demora-se muito tempo para chegar a este local.

- Disse que o solo é produtivo, por alguns anos poderão colher o arroz depois terão de fazer pousios.
- As bicicletas não serão uma boa solução para as terras hospedeiras devido a quantidade de areia que existe na estrada.
- Tem dúvidas se a terra é suficiente para albergar todas as famílias.
- O acesso do Posto Administrativo de Savane para Nhampiripiri 3 encontra-se em mau estado e não existe infraestruturas na zona posto de saúde, bomba de água e mercado.
- Visita e Balanço de Milha 20
 - As terras baixas de Milha 20 são as melhores de todas que visitaram.
 - Para além solos Milha 20 fica mais próximo da Vila do Dondo se comparado com outros locais visitados.
 - Provavelmente ela não é suficiente para albergar todas pessoas.
 - Apesar da proximidade em relação a linha férrea e a estrada nacional, único problema que lhe preocupa é a distância em relação a Vila do Dondo.
- Se foi feita a análise dos solos.
- As terras de Nhamitiquite alto, Nhampiripiri e Milha 20 são produtivas, mas a idade e estado de saúde do chefe de família não permite ir para aquele local.
- Quis saber se o Regulamento sobre o Reassentamento não define o raio mínimo de terras de substituição.
- No processo de reassentamento de famílias para Posto Administrativo de Savane, antes de as próprias pensarem no que deve ser feito para minimizar o seu sofrimento, o Estado deveria fazer a sua parte no encurtamento da distância de áreas hospedeiras.
- Propôs que a IMPACTO pudesse articular com o Governo do Distrito para informar que os locais identificados como áreas hospedeiras são distantes, a deslocação para estes locais irão aumentar custos nas deslocações que a família não tem dinheiro para pagar.
- O projecto deveria procurar colocar infraestruturas como bombas de combustíveis para abastecer as motorizadas, cantinas, posto de saúde, mercado e melhoramento dos acessos.
- Propôs ao projecto voltar a dialogar com o Governo do Distrito para encontrar terras nas redondezas.
- Propôs que as famílias pudessem colaborar com o projecto na identificação de propostas concretas para a minimização dos impactos do que insistir na colocação dos problemas de distâncias e dos problemas das vias de acessos.
- Pediu que a IMPACTO divulgue a legislação sobre o reassentamento ao CLR e as famílias afectadas.
- Propôs um encontro entre as famílias e o CLR sem a presença do projecto e das autoridades para aprofundar a discussão.
- Propôs um pacote de transferência e de adaptação ao novo local concentrado na assistência técnica para produção agrícola e não gerir questões ligadas a vias de acesso e transportes para as famílias.

Com o CLR (Entre Setembro de 2021 e Fevereiro de 2022)

- Cansaço das pessoas na espera pelas compensações.
- Dúvida sobre a continuidade no cultivo das machambas.
- Comité a receber sempre as mesmas questões das comunidades relacionadas ao arranque do Projecto.
- O que fará o Projecto se as pessoas idosas não aceitarem se mudar para as terras hospedeiras selecionadas.
- Algumas pessoas estão interessadas em dinheiro e não em machambas
- A ideia de procurar terras de substituição é boa, mas a maior parte da população preferem ter compensação monetária e procurarem as terras pessoalmente.
- Qual a solução que o Projecto vai encontrar se as pessoas não gostarem do espaço.
- Nhampalapala e Chibuabuaba são áreas muito distantes do Município do Dondo e as pessoas afectadas não possuem condições financeiras para se deslocarem para este local.
- Sugestão de construção de casas e vias de acesso para as pessoas que irão receber machambas nessas áreas distantes.
- Compensação monetária pela terra não é vista pelo comité como uma boa ideia pois as pessoas vão acabar o dinheiro e ficar sem as machambas.
- Necessidade de visita às áreas hospedeiras por parte das pessoas afectadas para ver se a terra é boa para a produção de arroz.
- Agradecimento ao Projecto pela oportunidade que deu aos membros do CLR de visitarem as potenciais áreas.
- Preocupação em relação a distância a percorrer, transportes, acomodação temporária.
- Tratamento a dar a os idosos e deficientes com dificuldades na mobilidade.
- Zona alta com enorme potencial para a produção do milho, feijões, tubérculos e amendoim, mas não favorece a produção do arroz.
- Chamou atenção para a necessidade de produção de outros tipos de culturas.
- É idoso e vive na companhia do seu neto e não pode abandonar a casa por muito tempo para cuidar da criança.
- Recomendou que se incluía as famílias afectadas nas visitas e discussão das áreas pois o CLR não pode esgotar toda discussão em torno das áreas hospedeira.

Com a CDR (Entre Outubro de 2020 e Maio de 2022)

- Sugestão de realização de encontros com outros técnicos do Município e do Distrito, lideranças dos bairros para identificar áreas livres e aptas para actividades agrícolas.
- Pedido de apoio logístico para a deslocação dos Técnicos e Líderes dos Bairros de Macharote e Mandruzi.

- Possibilidade de negociação do Município com detentores privados de direito de uso de áreas grandes (1000 ha).
- Dificuldade de encontrar terras hospedeiras nas proximidades e necessidade de articular com o Distrito para encontrar terras na sua área de jurisdição.
- Terras hospedeiras encontradas estão há mais de 20 Km da área do Projecto, o que pode significar uma maior dificuldade no processo.
- Possibilidade de compensação monetária devido a questão das distâncias, considerando que alguns afectados vão perder a sua terra e não tem outra alternativa.
- Município com experiências anteriores de terra de substituição em que as pessoas não cultivam até aos dias de hoje.
- Porque compensar pela terra se a área já é da EDM.
- Propôs a indicação de redatores na equipa técnica que se encarregarão na produção de actas e relatórios de visitas.
- Pediu ao projecto que partilhasse com o Município e os Serviços Distritais actas das reuniões realizadas no âmbito do projecto.
- Para evitar dupla compensação, a EDM deveria disponibilizar o registo das famílias compensadas no âmbito Projecto de construção das Linhas de Transmissão existentes, que foram compensadas e regressaram fazer machambas dentro da área da EDM.
- Propôs o Sr. Helton Rungo, técnico da Vereação de Urbanização, para fazer parte da equipa técnica do Projecto, dando os subsídios necessários ao processo de selecção das áreas hospedeiras.
- Questionou quais as vantagens que as famílias teriam do Projecto.
- Questionou quais outros benefícios que estão previstos no Projecto para que as famílias não usem o valor das compensações para a destronca de árvores, lavouras, sementes e compra de insumos nas novas zonas de produção.
- Propôs a homologação do critério de arredondamento estabelecido na tabela 1 para todas as categorias na substituição de terras para os agregados familiares elegíveis.
- Propôs a identificação de terras no Vale de Mandruzi para tentar acomodar a inquietação dos idosos e das mulheres que não podem estar distantes dos seus locais de residência por causa da responsabilidade que desempenham nas suas famílias.
- Propôs que o contacto inicial fosse feito com os líderes das associações de camponeses que exploram o Vale de Mandruzi e o Secretário do Bairro de reassentamento por terem maior domínio dos locais vagos.
- Proposta de estudo de outras áreas em Ntchenga e Ngupa que são áreas menores.

11.3. Encontros para Discussão dos Programas de Restauração dos Meios de Subsistência

Com PAPs (Abril de 2023)

Homens (incluindo idosos e pessoas com doença crónica/incapacitante):

- Compensação por perda de árvores: AFs que possuem espécies sul-africanas de mangueira.
- Trabalho em associação: falta de hábito das famílias em trabalhar em associação; receio que os representantes da associação se apropriem das sementeiras; número de sementeiras que o Projecto pensa alocar à associação.
- Satisfação pelo fornecimento de insumos.
- Dúvida com relação à aquisição de equipamentos: se as comunidades terão de contribuir com algum valor para a aquisição dos equipamentos.
- Data de início da implementação do PRMS e, especificamente, do programa de economia doméstica.
- Projecto Cantina de Soja ou Clubes de agricultores, implementado pela ADPP e USASDA, implementado no Dondo, Nhamatanda e Gorongosa. Em cada um desses locais foi criado um clube com 13 agricultores que se beneficiaram de celeiros do Tipo Gorongosa.
- Projecto agrícola por incluir hortícolas para idosos.
- Sugestão de se construir os celeiros nas residências de cada família beneficiária e não nas machambas devido aos roubos.
- Sugestão de incluir no PRMS o fomento de gado caprino para associações de produtores.
- Processo de Procura de Terras de Substituição: questionamento sobre a demora em se iniciar com o processo de transmissão de direitos uma vez que maior parte das famílias já encontrou terra de substituição.
- Sugestão de incluir no PRMS um projecto de tanques de piscicultura para idosos e mulheres (apoio do projecto na construção dos tanques através das associações, fazendo menção a existência de tanques de piscicultura criados pela Direcção Provincial de Pescas).

Mulheres (com encontro específico para mulheres vulneráveis, tais como, idosas, mães solteiras e viúvas):

- Sugestão de haver, na fase de implementação do PRMS, machambas coletivas de demonstração onde as famílias as técnicas agrícolas para depois aplicá-las nas suas machambas individuais (*“não faz sentido usar as machambas individuais para processo de aprendizagem colectiva”*).

- Não existe boas experiências de trabalhos em associação. Receio pela criação de conflitos no que se refere ao uso, armazenamento e encargos de manutenção das sementeiras.
- Sugestão de se pensar em iniciativas que ajudam o desenvolvimento da cultura da mandioca porque a sementeira não está adaptada para o plantio da mandioca.
- Apoio em insumos e sementes certificadas fará uma grande diferença pois irá ajudar muito as famílias na sua actividade produtiva.
- Sugestão para que o kit de insumos seja constituído por sementes de arroz, milho, hortícolas e feijões.
- Sugestão para que os celeiros sejam construídos nas residências de cada família beneficiária devido aos roubos.
- Processo de Procura de Terras de Substituição: agradeceu pela consideração que o Projecto teve em atender ao pedido das famílias para a procura individual de terra de substituição.
- Questionamento sobre a retirada de bicicletas como medidas de compensação da distância para machamba.
- Sugestão de apoio para a criação de pequenos projectos de geração de renda para mulheres no âmbito do programa de economia doméstica.
- Sugestão de o Projecto encontrar machambas específicas para servir de campos de demonstração.
- Satisfação pelas propostas apresentadas que famílias irão ajudar para a sobrevivência das famílias, principalmente com relação à sementeira e ao fornecimento de insumos.

Grupo Misto:

- Satisfação pelos programas propostos.
- Construção de celeiros nas machambas não é viável devido a distância das machambas dos seus locais de residência e, principalmente, devido aos roubos nas épocas das colheitas.
- Satisfação com a ideia da sementeira uma vez que esta irá ajudar na flexibilização da sementeira para o caso das culturas do arroz e milho.
- Sugestão de criação de programas específicos para que ajudem a melhorar a produção da mandioca, uma vez que muitas famílias cultivam a mandioca.
- Processo de Procura de Terras de Substituição – preocupação com a questão da criminalidade: muitas famílias assumiram que as notificações individuais eram sinónimo de cheques; a notícia espalhou-se pelos bairros do Município e todos perguntam se as pessoas já receberam o dinheiro. Questionamento sobre o meio que o Projecto usará para pagamento das compensações.
- Informação sobre a falta de documentação necessária para o processo de compensação (1 AF).

- Processo de Procura de Terras de Substituição: questionamento sobre a garantia que o Projecto dá em relação ao direito de uso e aproveitamento da terra de modo que, no futuro, o Município e o Governo do Distrito não aloquem essas terras a outros projectos.
- Questionamento sobre o prazo para deixar as terras para a EDM.
- Questionamento sobre a possibilidade de venda das terras de substituição após a finalização do processo de transmissão dos direitos de uso e aproveitamento para os beneficiários do Projecto.

Com o CLR (Abril de 2023)

- Sugestão de criação de programas de apoio para fomento pecuário de animais como como pato, galinha, cabritos e porcos.
- Sugestão de criação de apoios específicos para idosos como moageiras, uma vez que existem muitos idosos afectados na área do Projecto.
- Possibilidade de apoio, pelo Projecto, na reabilitação da estrada que dá acesso as actuais machambas, uma vez que estas ficaram degradadas com as chuvas e o Município não tem capacidade para tal.
- Sugestão de criação de programas específicos de apoios aos idosos como projectos de aviário e programas ligados a comercialização agrícola (compra e revenda de produtos agrícolas), uma vez que duvida que estes tenham força para continuar a trabalhar nas machambas nos próximos 2 ou 3 anos.
- Sugestão de incluir no programa agrícola a componente de hortícolas que ajudaria no melhoramento da renda das famílias.
- Sugestão de disponibilização de uma verba para apoiar a lavoura e limpeza nas novas machambas.
- Necessidade de o Projecto pensar, numa primeira fase, na capacitação dos membros das associações como fazer a manutenção das semeadoras.
- Partilha de experiência como membro de uma Associação de Produtores – ASSOCOPA (constituída por 30 membros que pagam quotas mensais de 30,00 Meticais) que possui uma machamba colectiva em Chibuabua com uma área de 18 hectares onde se trabalha na produção de arroz e milho. Os produtos da machamba colectiva são divididos entre os membros da ASSOCOPA.

Com a CDR (Abril de 2023)

- Louvável iniciativa do Projecto para a melhoria da vida das famílias afectadas.
- Questionamento sobre o local de construção dos celeiros (nas residências ou nas machambas) devido às questões de criminalidade.

- Questionamento sobre a existência de verba para a lavoura inicial nas machambas de substituição.
- Preocupação em relação aos celeiros tipo Gorongosa com contextualização da sua aplicação a nível nacional e necessidade de usar experiências passadas para avaliar o que vale a pena ser feito e como poderá ser melhorada esta iniciativa.
- Preocupação em relação aos mecanismos de sustentabilidade das sementeiras.
- PRMS visto como é uma oportunidade para motivar as famílias a continuarem a desenvolver suas actividades.
- Questionamento sobre o tamanho do celeiro a ser atribuído a cada família e sua capacidade de armazenamento, uma vez que as famílias registadas no censo possuem terras de diferentes dimensões.
- Preocupação em relação ao uso de capim como cobertura do celeiro devido à sua escassez na Vila do Dondo e questionamento sobre o uso de outros materiais, tais como chapas de zinco.
- Questionamento sobre os mecanismos de controlo das dimensões de terra de substituição para garantir que as famílias continuem com suas actividades produtivas.
- Questionamento sobre a partilha de produção nas associações uma vez que as famílias possuem áreas agrícolas de diferentes dimensões.

11.4. Reuniões de Consulta Pública

A discussão de aspectos relacionados à compensação em reuniões públicas iniciou com a reunião de consulta pública realizada, em Agosto de 2021, no âmbito da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Social da Central Solar Fotovoltaica. Durante estas reuniões, diferentes PIAs levantaram as questões abaixo apresentadas. Mais detalhes sobre a realização destas reuniões são apresentados nos Anexos do Estudo de Impacto Ambiental aprovado em Março de 2022.

Questões levantadas da reunião em Macharote

- Pedido de compensação e abastecimento de água (mulher residente Bairro Macharote).
- Pedido de compensação pelas culturas afectadas (mulher viúva residente Bairro Macharote).
- Compensação pela machamba que é fonte de subsistência para si e seus dois filhos (Mãe solteira residente Bairro Macharote).
- Se podem ou não continuar a cultivar (afectados no Bairro Macharote)
- Quando serão feitas as compensações (mulher residente Bairro Macharote)

- Se a compensação será pelas machambas já cultivadas e qual o procedimento a adoptar caso as culturas já tiverem sido colhidas (Homem residente no Bairro de Macharote)
- Forma de tratamento das machambas alugadas (Homem residente no Bairro de Macharote)
- Se as vagas para mão-de-obra (380 a 400 trabalhadores) são apenas para mão-de-obra local ou também a estrangeira e qual a percentagem para cada um deles (Homem residente no Bairro de Macharote).

Questões levantadas da reunião na Vila Sede

- Sugestão para que as compensações fossem feitas de imediato, antes das pessoas começarem a trabalhar na terra (preparação para cultivo de arroz) para que estas não incorram com custos adicionais (Proprietário de quinta na área do Projecto)
- Se está previsto algum tipo de cooperativismo/associativismo para dar continuidade ao benefício/envolvimento das comunidades.
- Sugestão de garantir pacotes de sustentabilidade para o Comité Local de modo a melhorar a vida da comunidade após a compensação e medidas de restauro dos meios de subsistência (Conselho Cristão de Moçambique).
- Se o censo cobriu todas as pessoas que operam dentro da área do Projecto para evitar oportunismo das pessoas.
- Qual o tratamento a dar a pessoas que vivem na Beira e têm as suas machambas no Dondo e de quem será a responsabilidade de alertar essas pessoas para os momentos de auscultação sobre as compensações.
- Qual o tamanho das parcelas de substituição, qual o espaço proposto e se as comunidades já foram comunicadas.

O processo de elaboração do Plano de Compensação contou igualmente com rondas de reuniões de consulta pública. Os detalhes destas reuniões assim como as questões levantadas se encontram nos Anexos 4, 5 e 6 do presente relatório.

12. RESPONSABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACÇÕES DE ENVOLVIMENTO DAS PIAs

A implementação das estratégias de envolvimento das PIAs foi garantida por uma estrutura com responsabilidades distintas. Estas garantiram que todas as estratégias acima descritas fossem devidamente implementadas e que todas as PIAs pudessem participar do processo de elaboração do Plano de Compensação e planos complementares. A figura abaixo ilustra a estrutura de implementação, identificando os principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento de acções de envolvimento.

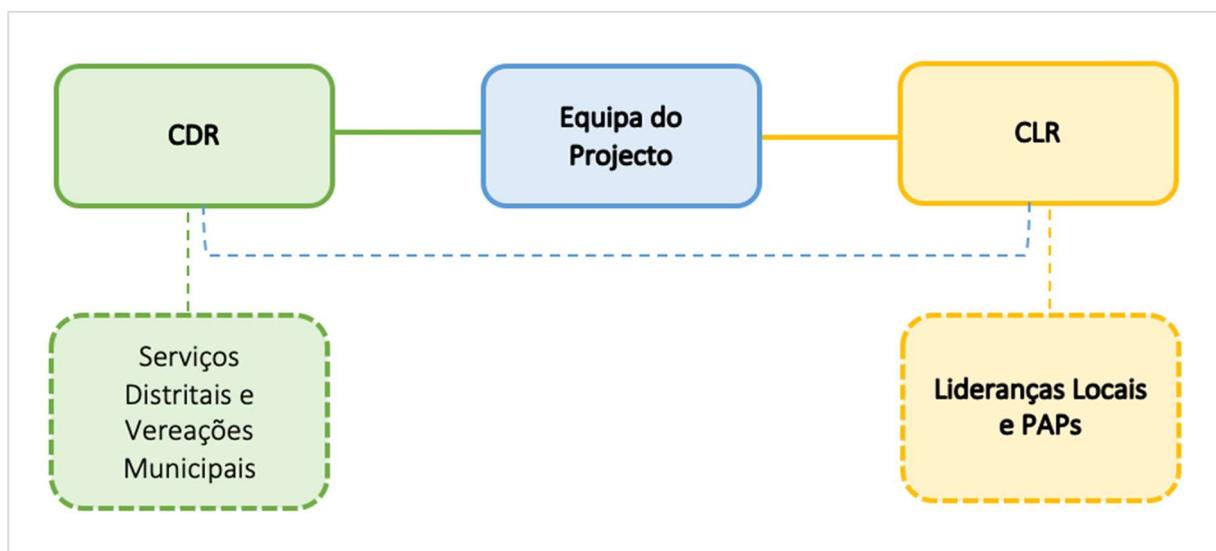


Figura 18: Responsabilidade de Implementação das acções de envolvimento

Cada uma das entidades envolvidas nas acções de envolvimento das PIAs tinha responsabilidades específicas no processo.

- **Responsabilidades da Equipa do Projecto**
 - Identificação e análise das PIAs;
 - Garantir a divulgação de informação relativa ao Projecto, de forma simples e clara;
 - Garantir que fossem tomadas medidas apropriadas de inclusão das PIAs, como por exemplo, transporte para visitas ao terreno;
 - Tratamento de questões administrativas e logísticas (incluindo os seus custos), conforme aplicável, para as diversas acções de envolvimento, como por exemplo, salas de reuniões, anúncios de reuniões, logística de transporte, ajudas de custos quando aplicável e de acordo com a legislação vigente, lanches, impressões, material de apresentação, entre outros;

- Manutenção de representantes da Equipa do Projecto no terreno (Assistentes de Campo) com domínio de língua local, para garantir a comunicação permanente com as PIAs para esclarecimento atempado de questões relativas ao Projecto/processo;
 - Organização da agenda de trabalho em conciliação com outras partes envolvidas no processo, tais como, CLR e CDR;
 - Preparação de todos os materiais de divulgação de informação;
 - Comunicação presencial e por via telefónica com as PIAs para garantir comparência nas acções de envolvimento propostas;
 - Realização de encontros de divulgação de informação sobre o Projecto com entidades ao nível nacional e provincial;
- **Responsabilidades do CLR**
 - Comunicação e mobilização das partes afectadas para as diversas acções de envolvimento;
 - Mobilização porta-a-porta para garantir que as famílias em situação de vulnerabilidade tivessem acesso à informação;
 - Realização de encontros internos com as famílias afectadas, para transmissão de informação do Projecto, sempre que necessário;
 - Mediar encontros de resolução de conflitos de terra entre as famílias registadas no Censo e Inventário Patrimonial e garantir a produção de declarações de resolução dos conflitos;
 - Receber e apresentar às famílias interessadas os diversos materiais de divulgação de informação do Projecto, garantindo que agregados familiares que não puderam participar das acções de envolvimento tivessem acesso à informação.
- **Responsabilidades da CDR**
 - Anunciar o início das actividades do Plano de Compensação e planos complementares;
 - Garantir a divulgação às PIAs de procedimentos administrativos e municipais relevantes para o processo;
 - Garantir a mobilização de estruturas governamentais e não governamentais no processo de consulta pública;
 - Participar das reuniões de consulta pública e reuniões comunitárias para divulgação de informação sobre o Projecto;
 - Divulgar e responder a questões do seu domínio em reuniões de consulta pública e reuniões comunitárias.

Anexos

Anexo I - Carta de pedido e aprovação da DNDT



Ref. Impacto.C.216/20

Maputo, 25 de Agosto de 2020

Para:
Ministério da Terra e Ambiente
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNTDT)
Att: Sr. Joaquim Langa
Director Nacional
Maputo

Assunto: Pedido de orientação para o Projecto-Piloto da Central Solar Fotovoltaica no Distrito de Dondo, Programa PROLER

Exmo. Senhor,

O Governo de Moçambique encontra-se a preparar o lançamento do primeiro conjunto de projectos de energias renováveis, como parte do Programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) anunciado em Outubro de 2017 pelo Ministério dos Recursos Múnerais e Energia (MIREME) e pela Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) juntamente com a União Europeia. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de Infraestruturas, no valor de 4 Milhões de Euros sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME, sendo o lançamento do concurso liderado pelo MIREME.

O Programa PROLER surge no âmbito do alcance da meta de electrificação universal até 2030 e do objectivo de implementação de uma estratégia de energia renovável, compatível com a redução total de aproximadamente 76.5 MtCO₂eq no período entre 2020-2030, conforme indicado na Intenção Determinada de Contribuição Nacional (INDC) de Moçambique preparado para vigésima primeira conferência das partes (COP 21).

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional (3 solar e 1 edíca), através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado e a desenvolver projectos de energia renovável (com capacidade unitária entre 30 a 50MW) com tarifas mais baixas possíveis.

O Programa PROLER tem, neste momento, um projecto-piloto que consiste numa central solar fotovoltaica de 40 MW que estará localizada no Distrito de Dondo, na Província de

RUA DE KASSAUNDI, 264
MAPUTO - MOÇAMBIQUE
T +358 21 435 636
F +358 21 433 019
IMPACTO PROJECTOS E ESTUDIOS AMBIENTAIS
WWW.IMPACTO.CO.MZ





Sofala. Já está a decorrer, para este projecto-piloto, o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que se encontra, actualmente, na fase final do Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito (EPDA). Este EPDA está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas liderado pela empresa moçambicana GreenLight Consult, Lda.

A Impacto foi contratada pelo Programa PROLER para proceder a condução do processo de aquisição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) e à preparação de um Plano de Compensação e de Restauração dos Meios de Subsistência, uma vez que a área seleccionada para o projecto-piloto não implica em deslocação física de agregados familiares. Esta área seleccionada é ocupada apenas por áreas agrícolas com culturas e árvores e algumas estruturas agrícolas de apoio.

O Programa PROLER gostaria de conduzir a elaboração do Plano de Compensação e de Restauração dos Meios de Subsistência associado ao processo de aquisição do DUAT, sendo que estes dois processos iriam decorrer em simultâneo com o Estudo de Impacto Ambiental.

É neste sentido que vimos, por meio desta, solicitar Vossa orientação referente ao procedimento correcto para elaboração do Plano de Compensação e de Restauração dos Meios de Subsistência tendo em consideração os aspectos acima mencionados.

Aguardando a vossa apreciação e orientação e solicitando a vossa concordância, manifestamos a inteira disposição para qualquer esclarecimento ou informação.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente



John Crichton Hatton
Director Executivo



RUA DE MASSUENDE, 296
MAPUTO, MOÇAMBIQUE
IMPACTO PROJETS E ESTUDIOS AMBIENTAIS
IMPACTO@IMPACTO.CO.MZ
WWW.IMPACTO.CO.MZ
T +258 21 499 636
F +258 21 433 019
+258 83 305 0659
+258 84 305 1995





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE

DIRECÇÃO NACIONAL DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

À:
Impacto
Projectos e Estudos Ambientais

Maputo

Nota/Nº ¹⁰⁷³ /MTA/ /DNDT/ GDN/ /20

Data: 3 de Setembro de 2020

Assunto: PROJECTO PILOTO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA NO DISTRITO DE DONDO, PROGRAMA PROLER

Exmos Srs.,

Vimos acusar a recepção da V. Nota com Ref. Impacto.C. 216/20 de 25 de Agosto, que agradecemos.

Sobre o pedido de elaboração do Plano de Compensação e de Restauração dos Meios de Subsistência, informamos que as machambas devem ser localizadas próximas das habitações dos afectados e terem uma fertilidade igual ou superior das actuais e merecerem uma preparação prévia antes da entrega. Os afectados deverão igualmente ser consultados e assistidos até que as culturas nas machambas substitutas estejam prontas para a colheita.

As fruteiras poderão ser compensadas seguindo a tabela de compensação actualizada a ser fornecida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adaptada às condições sócio económicas locais.

Finalmente informamos que este processo deve ter a supervisão do MTA, das autoridades de nível provincial e distrital.

Com os melhores cumprimentos.


O Director Nacional
Joaquim Langa
(Técnico Superior N1)

MITADER, Rua Kassuende, 167, Cidade de Maputo, Tel: 2149 2403, 823063020, Fax: 2149 0746

Anexo II – Base de Dados de PIAs

Projecto de Construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala						
Lista de Partes Interessadas e Afectadas						
Instituição	Nome	Posição	Endereço	Telefone	Celular	E-mail
NÍVEL CENTRAL - MAPUTO						
Governo Central						
Ministério da Terra e Ambiente (MITA)	Ivete Maibaze	Ministra	Rua de Kassuende, 167	21492403	828946770	imaba@yahoo.com.br
Direcção Nacional do Ambiente (DINAB)	Guilhermina Amurane	Directora Nacional Interina	Av. Acordos de Lusaka, 2115	21465622		gamurane@gmail.com
Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA)	Eduardo Muchamisso	Director	Rua John Slovo, 21		823338805/ 827907568	
Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME)	Ernesto Max Tonela	Ministro	Av. 25 de Setembro, 1218, 3º Andar	21303265		
Electricidade de Moçambique (EDM E.P.)		Director	Av. Filipe S. Magaia, 368			
Autoridade Reguladora de Energia (ARENE)		Director	Rua Carlos Albers, nº 41	21 333 549		info@arene.org.mz
Programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis)		TA	Av. Fernão Magalhães, 34, 1º Andar	21 314843		
Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD)		Director	Av. 24 Julho, 1500	21 30 43 00	82 30 68 040	afdmaputo@afd.fr
NÍVEL PROVINCIAL - SOFALA						
CIDADE DA BEIRA						
Governo Provincial						
Governo da Província de Sofala	Lourenço Bulha	Governador	Prédio do Governo, Rua Major Serpa Pinto, 2ªA	23324023		gab/govsofala@teledata.mz
Secretaria de Estado na Província de Sofala	Stella Zeca	Secretário de Estado	Prédio do Governo, 3º	23329826		dpac@teledata.mz
Serviço Provincial de Ambiente (SPA)		Director	Prédio do governo 7º	23324071		dpacasofala@teledata.mz
Serviços Provinciais de Infraestruturas (SPI)		Director	Prédio do Governo, 12º			dprmes@teledata.mz
Direcção Provincial da Indústria e Comércio		Director	Prédio do Governo, 9º	23327781		dpictsofala@teledata.mz
Direcção Provincial de Obras Públicas e Recursos Hídricos		Director	Prédio do governo, 550, r/c			
Direcção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social		Director	Prédio do Governo, 6º			
Conselho Municipal da Cidade da Beira		Presidente	Praça Município	23322678		
Outras Instituições Governamentais - Delegações Provinciais						
Comando Provincial da PRM		Comandante Provincial	Av. Samora Machel, 6232	23325043		
Administração Nacional de Estradas (ANE)		Delegado	Av Eduardo Mondlane	23302613		ane.sofala@tdm.co.mz
Agência para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX)		Director	Rua Jaime Ferreira, 158, Baixa	23329275		
Empresas Públicas e Privadas						
Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA)		Director				
Cornelder de Moçambique (Porto da Beira)		Director	Largo dos CFM, no Porto da Beira	23322734		Cornelder.mz@teledata.mz
Manica Freight Services		Director	Lago Buzi, Chaimite	23322295		lgimo@manica.co.mz
Companhia do Pipeline Moçambique Zimbábue (CPMZ)		Director	Av. Mártires Revolução, 1452	23313060	825027560	
Caminhos de Ferro de Moçambique		Director	Edif. CFM, Praça dos Trabalhadores	23326439		cfmc@cfmnet.co.mz

FIPAG			Rua Companhia Moçambique, 35, r/c	23303573		
EDM		Delegado	Av. 25 Setembro, 53	23950129		
ONG's Ambientais, Associações e Organizações Profissionais						
GHEIZ (Cooperação Alemã)			Rua Major Serpa Pinto, 1134	23325292		
Cruz Vermelha de Moçambique			Rua Mere Amada, 336	23325030		
KULIMA			Av. de Moçambique, 13,1º andar	23 328316		kulima_sofala@teledata.mz
Associação Comercial da Beira (ACB)			Praça do Município nr. 17, 1º e 2º andar	23 327 650		info@acb.co.mz
Associação Moçambicana de Reciclagem (AMOR)	Michel Barrucand	Coordenador	Rua Capitão Pais Ramos, nº 463, Bairro do Esturro, AFT 37-A	87 296 8566		amor.beira@gmail.com; coordenador.amor@gmail.com
Associação Moçambicana de Economistas (AMECON)						
Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)						info@oam.org.mz
Ordem do Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM)						
Associação Comusanas (Comunidades Saudáveis)			Rua Centro Comercia, Macuti	846424083		info@comusanas.org.mz
Conselho Cristão de Sofala			Rua Guilherme Arriaga, 1459	23 327 112		info@ccm.org.mz
Associação Muçulmana de Sofala (AMS)			Av. Da Marginal	84 225 5148		
Instituições de Ensino e Investigação						
Universidade Zambeze		Director	Rua Alfredo Lawley, 1018	23362486		
Universidade Católica de Moçambique		Director	Rua Marques Soveral, 960	23313077		ucm.beira@teledata.mz
Universidade Licungo		Director				
Universidade Jean Piaget de Moçambique		Director	Campus universitário de Inhamizua	23346200	825566500	info@unipiaget.ac.mz
Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC)						reitoria@isctac.ac.mz
Órgãos de Informação						
Rádio Moçambique		Director	R Artur Resende, 658	23325756		
Televisão de Moçambique		Director	Rua Major Serpa Pinto, 1ªA	23325006		tvmbeira@teledata.mz
Diário de Moçambique		Director	R Dom João de Mascarenhas			
Notícias		Director	Rua Costa Serrão, 85	23323033		
NÍVEL DISTRITAL						
DISTRITO DE DONDO						
Governo Distrital						
Conselho Municipal de Dondo (CMD)	Manuel Virade Chaparica	Presidente	Rua da Administração	842687900	84 / 878116357	Coopera.cmd@gmail.com
Vereação da Administração e Desenvolvimento Institucional do CMD	Maria Waite Tito	Vereador	Rua da Administração		847179073	
Vereação da Educação, Cultura, Juventude e Desportos do CMD	Manuelinho Alface	Vereador	Rua da Administração		846651020	
Vereação da Cooperação, Estudos e Projectos do CMD	Urbano Gil Duarte	Vereador	Rua da Administração		842687900	
Vereação Salubridade Urbana e Meio Ambiente do CMD	Faruk Gani	Vereador	Rua da Administração		846260000	
Vereação de Construção, Urbanização e Infraestruturas do CMD	Mateus Taremba	Vereador	Rua da Administração		828153430	

Vereação da Saúde, Acção Social e Género do CMD	Maria Sande	Vereador	Rua da Administração	846573728
Vereação dos Planos, Finanças e Património do CMD	Anselmo Figueira	Vereador	Rua da Administração	843885930
Vereação da Economia Local e Transportes do CMD	Ilídio Covane	Vereador	Rua da Administração	
CMD	Armando Mussagy	Chefe das Operações do CMD	Rua da Administração	822948254
Bairro Nhamainga	Ernesto Jemuca	Secretário de Bairro	Dondo	844162816
Bairro Thundane	Alberto Pensado	Secretário de Bairro	Dondo	844128920
Bairro Canhadula	Henriques Paulo	Secretário de Bairro	Dondo	846732640
Bairro Macharote	Peres Afonso	Secretário de Bairro	Dondo	855046176
Bairro Nhamaiabwe	Rafael Jose	Secretário de Bairro	Dondo	844472513
Bairro Samora Machel	Gabriel Chamo	Secretário de Bairro	Dondo	848044281
Bairro Mandruzi	Jovenal Bero	Secretário de Bairro	Dondo	845239728
Bairro Consito	Joao Caetano	Secretário de Bairro	Dondo	843607433
Bairro Central	Afonso Lampiao	Secretário de Bairro	Dondo	842382113
Bairro Mafarinha	Filipe Tapera	Secretário de Bairro	Dondo	842094801
Núcleo do Bairro Macharote	Sergio Manuel Afonso	Representante	Dondo	855046176
Núcleo do Bairro Macharote	Tito Joao Pontence	Representante	Dondo	848526717
Núcleo do Bairro Macharote	Jasse Fernando Nota	Representante	Dondo	845804589
Núcleo do Bairro Macharote	Fernando Antonio	Representante	Dondo	8475277206
Núcleo do Bairro Macharote	Pedro Jaime Maconha	Representante	Dondo	843953464
Administração do Distrito de Dondo	João Oliveira	Administrador	Rua da Administração	860602618
Secretaria Distrital de Dondo	Carlos da Barca	Secretário Permanente	Rua da Administração	846151387
Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI)	Filipe Jotopera	Director	Rua da Administração	864466143
Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)		Director	Rua da Administração	
Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT)		Director	Rua da Administração	
Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDMAS)		Director	Rua da Administração	
Posto Administrativo de Dondo-Sede		Chefe do PA	Dondo	
Localidade de Dondo-Sede	Rosa Ernesto	Chefe da Localidade	Dondo	863240896
Localidade de Mafarinha	Alfredo Nhampossa	Chefe da Localidade	Dondo	846517632
Localidade de Nhamaiabwe	Alberto Paiz Racune	Chefe da Localidade	Dondo	840396213
Localidade de Mandruzi	Augusto Eduardo	Chefe da Localidade	Dondo	845455570
Líder Comunitário Tradicional 1º escalão		Régulo	Dondo	
Líder Comunitário Tradicional 2º escalão		Líder	Dondo	

Líder Comunitário Tradicional 3º escalão		Líder	Dondo			
Comando Distrital da PRM	Mario Moiane	Comandante da PRM	Dondo		847075056	
EDM - Dondo	Paia	Director	Dondo		846209282	
Rádio Comunitária de Dondo	Amália	Directora	Dondo		840660062	
Rádio Águia	Urbano Gil	Director	Dondo		842687900	lucigil2003@yahoo.com.br
Partido FRELIMO - Chimoio	Felisberto José Cheio	1º Secretário	Dondo			
Partido FRELIMO - Dondo	Alberto António Satembo	1º Secretário	Dondo			
Partido RENAMO			Dondo			
Partido MDM			Dondo			
Jornal locais		Director	Dondo			
ONG's locais		Representantes	Dondo			
Instituições de Ensino e Pesquisa locais		Representantes	Dondo			
Instituições Religiosas (Igrejas, etc.)		Representantes	Dondo			
Representante da Associação de Actividades Comerciais		Representante	Dondo			
Representante da Associação de Agricultores e Camponeses		Representante	Dondo			
Representante da Associação de Mulheres e Jovens		Representante	Dondo			
Representante da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis		Representante	Dondo			
Representante do sector privado local		Representante	Dondo			
Outras entidades influentes ou organizações			Dondo			
Outras Partes Interessadas						
CTA - Dondo	Jose Chico Botao	Director	Dondo		844067520	
Emprendedora de Macharote	Joana Machado		Dondo			
Quinta na área do projecto		Proprietário	Dondo			
Quinta Lúcia		Proprietário	Dondo			
Muzimbili lodge		Proprietário	Dondo			
Sociedade Civil	Jacinto Cingala	Pastor	Dondo		846361447	
Sociedade Civil	Domingos Parafino	Pastor	Dondo		842260100	
Sociedade Civil	Jeromino Cissito	Académico	Dondo			
Sociedade Civil	Manuel Nginga	Empresário	Dondo		864179444	
Sociedade Civil	Jose Leão	Artista	Dondo		862894961	

Anexo III – Matriz Geral de Envolvimento

#	Data do encontro	Local do encontro	Tipo de Engagement	Tópico de discussão/apresentação	Grupo-alvo	Grupo específico	Número de participantes
1	10-Sep-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Marcação da reunião comunitária para início do censo	Município de Dondo	Técnicos do Município de Dondo	5
2	10-Sep-20	SPA e DPTA	Encontro de Trabalho	Marcação da reunião comunitária para início do censo	SPA e DPTA	Directora do SPA e representante do DPTA	5
3	18-Sep-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Reunião com Técnicos do Município de Dondo para informar sobre a redução da área do projecto, demarcação da área.	Município de Dondo	Técnicos do Município de Dondo	4
4	21-Set-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Demarcação da área do projecto. Planificação das actividades	Município de Dondo & Liderança Local	Técnicos do Município de Dondo e lideranças locais	9
5	02-Oct-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Anúncio do início do censo - Encontro 1	Município de Dondo	Técnicos do Município de Dondo	3
6	02-Oct-20	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Anúncio do início do censo - Encontro 2	Liderança Local & Comunidades	Lideranças locais e Afs afectados	152
7	08-Oct-20	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupo Focal de Discussão - Recolha de informação socioeconómica da área do Projecto	Liderança Local	Líderes locais & influentes	15
8	24-Oct-20	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Anúncio do término do censo. Criação do Comité Local.	Liderança Local & Comunidades	Lideranças locais e Afs afectados	169
9	26-Oct-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão de áreas hospedeiras agrícolas	Município de Dondo	Técnicos do Município de Dondo	5
10	28-Oct-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão de áreas hospedeiras agrícolas	Município de Dondo & Liderança Local	Técnicos do Município de Dondo e lideranças locais de Bairro de Macharote e Mandruzi	8
11	28-Oct-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Informar-se dos mecanismos existentes para cálculo das compensações	Município de Dondo	Técnicos do Município de Dondo	3
12	18-Nov-20	Bairro Macharote	Entrevista de Povoação	Entrevista de Povoação para recolha de informação socioeconómica	Liderança Local	Líderes locais & influentes	22
13	18-Nov-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Percepção de perspectivas de Desenvolvimento	Município de Dondo	Chefe do Gabinete do Presidente e Ponto Focal do Projecto	3
14	18-Nov-20	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Percepção de perspectivas de Desenvolvimento	Administração do Distrito	Chefe do Gabinete do Administrador	3
15	18-Nov-20	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupo Focal de Discussão - Recolha de informação socioeconómica da área do Projecto	Comunidades	Homens	15
16	18-Nov-20	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupo Focal de Discussão - Recolha de informação socioeconómica da área do Projecto	Comunidades	Mulheres	18
17	08-Dec-20	Dondo	Formação	Formação do CLR	CLR	Membros do CLR	40
18	09-Dec-20	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Pedido de criação do CDR e ponto de situação do Projecto	Município de Dondo	Vereador de Actividades Económicas & Chefe do Gabinete do Presidente/Ponto Focal do Projecto	5
19	09-Dec-20	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Pedido de criação do CDR e ponto de situação do Projecto	Administração do Distrito	Secretário Permanente	4
20	29-Dec-20	Bairro Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	4
20	14-Jan-21	-	Encontro de Trabalho	Follow up sobre a criação da Comissão Distrital e terras hospedeiras	Município de Dondo	Chefe do Gabinete do Presidente e Ponto Focal do Projecto	-
21	18-Jan-21	Bairro Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	8
22	18-Jan-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Identificação formal de proprietário desconhecido de terra na área do Projecto	CDR	Técnicos do Município de Dondo	4
23	29-Jan-21	Bairro Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	8
24	30-Jan-21	Bairro Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	6
24	03-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Planificação/Acertos de logística das actividades para o mês de Fevereiro	CDR	Chefe do Gabinete do Presidente e Ponto Focal do Projecto	2
25	04-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Clarificação do procedimento do Município face a actuação de ONGs	CDR	Chefe do Gabinete do Presidente e Ponto Focal do Projecto	2
26	08-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Percepção da recolha de resíduos no local do Projecto	CDR	Vereador de Saneamento	4

27	09-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Grupo Focal	Grupo focal de discussão sobre actividades económicas actuais e perspectivas futuras	Comunidades	Homens	12
28	10-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Grupo Focal	Grupo focal de discussão sobre actividades económicas actuais e perspectivas futuras	Comunidades	Mulheres (incluindo idosas)	18
29	10-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Grupo Focal	Grupo focal de discussão sobre actividades económicas actuais e perspectivas futuras	Comunidades	Mulheres (incluindo jovens)	24
30	11-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Grupo Focal	Grupo focal de discussão sobre actividades económicas actuais e perspectivas futuras	Comunidades	Idosos	11
31	16-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Encontro de cortesia com o Presidente do Conselho Municipal de Dondo e Administrador do Distrito de Dondo	CDR	Presidente do Conselho Municipal de Dondo e Administrador do Distrito de Dondo	4
32	16-Feb-21	Sala de conferências do Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Formação	Formação da Comissão Distrital de Reassentamento, apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	CDR	Membros do CDR	19
33	16-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Avaliação da formação, próximas actividades e entendimento sobre o processo de atribuição do DUAT.	CDR	Chefe do Gabinete do Presidente/Ponto Focal do Projecto	4
34	16-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	CLR	Membros do CLR	12
35	17-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	CLR	Membros do CLR	11
36	17-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	CLR	Membros do CLR	6
37	18-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	11
38	18-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	17
39	19-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	20
40	19-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	24
41	19-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	21
42	22-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	23
43	22-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Apresentação dos resultados preliminares do Censo e processo de elaboração do Plano de Compensação	Comunidades	Agregados familiares afectados	16
44	22-Feb-21	Escola Primária Completa de Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	8
45	23-Feb-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Relatório sobre as actividades realizadas durante os dias anteriores, ponto de situação das áreas hospedeiras e esclarecimento em falta sobre a modalidade de acesso a DUAT.	CDR	Chefe do Gabinete do Presidente/Ponto Focal do Projecto, Vereador de Actividades Económicas e Vereados de Transportes	6
46	08-Apr-21	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Processo de elaboração do PC e pagamento de compensações; declarações do CL para recusa de AF	CLR	Membros do CLR	9
47	08-Apr-21	Escola Primária Completa de Macharote	Resolução de Conflito	Resolução final de caso de conflito de terra e assinatura da declaração de resolução	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	9
47	12-Apr-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Ponto de situação das áreas hospedeiras	CDR	Chefe do Gabinete do Presidente/Ponto Focal do Projecto	3
48	27-May-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Clarificação do cronograma do projecto (construção) Censo e Inventário Patrimonial da área LT; Ponto de situação das áreas hospedeiras.	CDR	EDM; Membros do CDR	12
49	27-May-21	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Clarificação do cronograma do projecto (construção) Censo e Inventário Patrimonial da área LT; Ponto de situação das áreas hospedeiras.	CLR	EDM; Membros do CLR	35
50	17-Jun-21	Serviço Provincial do Ambiente	Encontro de Trabalho	Actualização do Ponto de situação do Projecto e pedido de formalização da CDR	SPA	Membros SPA	4
51	18-Jun-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Reunião de preparação do Censo e Inventário Patrimonial da Linha de Transmissão, Actualização do Mecanismo de Gestão de Reclamações e Terras Hospedeiras	CDR	Membros da CDR	6

52	18-Jun-21	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Reunião de preparação do Censo e Inventário Patrimonial da Linha de Transmissão, Atualização do Mecanismo de Gestão	CLR	Representantes do CLR	5
53	21-Jun-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião Comunitária de Anúncio do Censo e Inventário Patrimonial da Linha de Transmissão	Comunidades	Agregados familiares afectados, Membros CLR & Membros CDR	69
54	22-Sep-21	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Esclarecimento das dúvidas a população afectada e terras hospedeiras	CLR	Membros do CLR	16
55	22-Sep-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Esclarecimentos sobre terras hospedeiras	CDR & CLR	Membros do CDR & Membros do CLR	5
56	23-Sep-21	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Encontro no âmbito da Missão do AFD	CLR	Representantes do CLR; Representantes da EDM; Representantes do AFD	
57	18-Oct-21	Escola Primária Completa de Macharote	Resolução de Conflito	Reunião para caso de conflito de terra e assinatura do Formulário de Reclamação	CLR & Comunidades	Membros do CLR & Agregados familiares envolvidos	9
58	21-Oct-21	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Passagem do formulário de reclamação para segunda instância e marcação da visita as terras hospedeiras	CDR	Membros do CDR	4
60	29-Oct-21	Dondo /Savane	Visita	Visita a area hospedeira de Savane	CDR	Membros do CDR	10
61	02-Nov-21	Dondo /Savane	Visita	Visita a area hospedeira de Savane	CDR	Membros da CDR	25
62	04-Nov-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião para cancelamento dos cartões dos agregados familiares não mais afectados na faixa dos 50 m da linha de	CLR	Representantes do CLR	
63	06-Nov-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião para cancelamento dos cartões dos agregados familiares não mais afectados na faixa dos 50 m da linha de	Comunidades	AFs por cancelar	
64	08-Nov-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião para resolução de conflito devido ao cancelamento dos cartões dos agregados familiares não mais afectados na faixa dos 50 m da linha de transmissão subterrânea	Secretário e Líder do Bairro	Secretário e Líder do Bairro; Presidente do CLR	5
65	08-Nov-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião para resolução de conflito devido ao cancelamento dos cartões dos agregados familiares não mais afectados na faixa dos 50 m da linha de transmissão subterrânea	Comunidades	Grupo de AFs por cancelar	20
66	15-Nov-21	Dondo /Nhampiripiri	Visita	Visita a area hospedeira de Nhampiripiri	CDR	Membros do CDR	10
67	27-Nov-21	Escola Primária Completa de Macharote	Reunião Comunitária	Reunião para devolução de cartões dos agregados familiares cancelados por falha na faixa dos 50 m da linha de transmissão subterrânea	Comunidades	Grupo de AFs por resgatar	9
68	02-Dec-21	Savane e Nhampiripiri	Visita	Visita a areas hospedeiras de Savane e Nhampiripiri	CLR e CDR	Membros do CLR	27
69	13-Dec-21	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão sobre necessidade de aumento de área de hospedeiras zonas baixas para produção do arroz	CDR	Membros do CDR	5
70	16-Dec-21	Sede do PA de Savane	Encontro de Trabalho	Discussão sobre necessidade de aumento de área de hospedeiras (aumento de 68.5 para 125 hectares)	CDR e Administração de Savane	Membros do CDR e Chefe do PA de Savane	6
71	16-Dec-21	Sede do PA de Savane	Visita	Visita as áreas de Milha 20 e Nhampiripiri	CDR	Membros CDR e Chefe do PA de Savane	12
72	21-Dec-21	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão sobre necessidade de aumento de área de hospedeiras (aumento de 68.5 para 125 hectares)	CDR	Vereador ADEL	2
73	23-Dec-21	Sede do PA de Savane	Visita	Visita as áreas de Milha 20 e Nhampiripiri	CDR	Membros CDR e Chefe do PA de Savane	12
74	04-Jan-22	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Planificação da visita a nova área hospedeira	CDR	Membros do CDR	4
75	06-Jan-22	Nhamitiquite	Visita	Visita a área de Nhamitiquite (zonas alta e baixa)	CLR	Membros do CDR (Augusto Languana -ADEL e Elton Zita e tecnico do SDPI)	9
76	07-Jan-22	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Balanço da Visita a area de Nhamitiquite Informar CLR sobre a identificação de nova área hospedeira (Nhamitiquite) Preparação da visita do CLR.	CDR CLR	Membros do CDR (Augusto Languana -ADEL e Elton Zita e tecnico do SDPI) Membros do CLR (presidente, vice e secretário)	3
77	19-Jan-22	Nhamitiquite	Visita	Visita a área de Nhamitiquite (zonas alta e baixa) Balanço da Visita a Nhamitiquite	CLR	Membros do CLR	37
78	01-Feb-22	Administração do Distrito - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Encontro com CDR para discussão e validação do critério de terras com base na área mapeada durante o censo. Integração dos técnicos do SDAE na CDR.	CDR	Membros do CDR	13
79	04-Feb-22	Milha 20, Nhampiripiri 3 e Nhamitiquite	Visita	Visita a área de Nhamitiquite (zonas alta e baixa)	CLR	Membros do CDR	10
80	05-Feb-22	Bairro Macharote	Encontro de Trabalho	Planificação das actividades	CLR	Membros do CLR	18
81	08-Feb-22	Milha 20, Nhampiripiri 3 e Nhamitiquite	Encontro de Trabalho	Encontro com familias afectadas preparação da visita áreas hospedeiras	Famílias afectadas	Famílias afectadas	

82	09-Feb-22	Milha 20	Visita	Visita a área de Milha 20	CDR	CDR	10
83	10-Feb-22	Milha 20	Visita	Visita a área de Milha 20 com as famílias afectadas	Famílias afectadas	Famílias afectadas	40
84	11-Feb-22	Milha 20	Encontro de Trabalho	Conversa com Liderança Comunitária de Milha 20	Liderança de áreas hospedeiras	Liderança de áreas hospedeiras	2
85	12-Feb-22	Milha 20	Encontro de Trabalho	encontro com direcção do CDR para marcação de encontros do CDR	CLR	CLR	
86	12-Feb-22	Milha 20	Encontro de Trabalho	Encontro com famílias afectadas para aprofundamento da discussão sobre proposta para minimização dos impactos sobre áreas hospedeiras.	PAPs	CLR e Famílias afectadas	
87	12-Feb-22	Bairro Macharote	Encontro de Trabalho	Reunião de balanço de visita as áreas hospedeiras agrícolas	Famílias afectadas	Famílias afectadas	
88	18-Feb-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Reunião de balanço de visita as áreas hospedeiras pelas famílias afectadas	CDR	CDR	9
89	18-Feb-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão de assuntos de áreas hospedeiras agrícolas	Equipa técnica	Equipa técnica	3
90	25-Feb-22	Regadio de Mandruzi	Visita	Visita a área agrícolas de Mandruzi	Equipa técnica	Equipa técnica	12
91	08-Mar-22	SPA	Encontro de Trabalho	Informe sobre o andamento do projecto	Técnicos do SPA	Técnicos do SPA	2
92	14-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Preparação da reunião da CDR para discussão de alternativas para viabilização do problemas de áreas hospedeiras	Equipa técnica	Equipa técnica	4
93	15-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Discussão e homologação das alternativas para alocação de terras de substituição agrícolas	CDR	CDR	8
94	17-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Apreciação de tabela de compensações. Requisitos para obtenção de DUATs para machambas na área do Município e	Equipa técnica	Equipa técnica	4
95	21-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
96	25-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
97	28-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
98	29-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
99	30-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
100	30-Mar-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Acompanhamento do processo de cálculo de compensações	Equipa técnica	Equipa técnica	3
101	03-May-22	Bairro Macharote		Encontro realizado entre o CLR e as famílias afectadas. Discussão de áreas hospedeiras agrícolas	PAPs	PAPs	
102	10-May-22	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Reunião com CDR planificação de actividades	CDR	CDR	9
103	14-May-22	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Reunião com PAPs anúncio sobre a retoma de actividades, discussão sobre alternativas a áreas hospedeiras agrícolas, critérios de elegibilidade, método de cálculo de compensações e anúncio da moratória.	CDR, CLR e PAPs	CDR, CLR e PAPs	191
104	16-May-22	Bairro Macharote	Encontro de Trabalho	Encontro com direcção de CLR - planificação de actividades	CLR	CLR	6
105	18-May-22	Bairro Macharote	Encontro de Trabalho	Encontro com membros do CLR - anúncio dos critérios de elegibilidade e método de cálculo de compensações	CLR	CLR	21
106	19-May-22	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Encontro com PAPs - anúncio dos critérios de elegibilidade e método de cálculo de compensações	PAPs	PAPs	56
107	20-May-22	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Encontro com PAPs - anúncio dos critérios de elegibilidade e método de cálculo de compensações	PAPs	PAPs	51
108	23-May-22	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Encontro com PAPs - anúncio dos critérios de elegibilidade e método de cálculo de compensações	PAPs	PAPs	75
109	28-May-22	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Encontro promovido pelo CLR e as famílias afectadas. Continuação de discussão de critérios de elegibilidades e	PAPs	PAPs	50
110	08-Jun-22	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupos de discussão jovens- medidas para apoiar PAPs no seu restabelecimento em novas áreas de produção	PAPs	PAPs	30
111	08-Jun-22	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupos de discussão Mulheres idosas- medidas para apoiar PAPs no seu restabelecimento em novas áreas de produção	PAPs	PAPs	28

112	09-Jun-22	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupos de discussão Homens - medidas para apoiar PAPs no seu restabelecimento em novas áreas de produção	PAPs	PAPs	43
113	10-Jun-22	Bairro Macharote	Grupo Focal	Grupos de discussão membros do CLR- medidas para apoiar PAPs no seu restabelecimento em novas áreas de produção	CLR	CLR	22
114	16-Mar-23	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Retoma das actividades do Projecto (finalização do Plano de Compensação e procura individual de terra de substituição)	CDR	CDR	9
115	18-Mar-23	Bairro Macharote	Reunião Comunitária	Retoma das actividades do Projecto (finalização do Plano de Compensação e procura individual de terra de substituição)	CLR e PAPs	CLR e PAPs	Mais de 173
116	12-Apr-23	Subestação do Dondo	Reunião Comunitária	Apresentação e discussão do PRMS - Homens e Jovens CAF	PAPs	Homens	45
117	13-Apr-23	Subestação do Dondo	Reunião Comunitária	Apresentação e discussão do PRMS - Mulheres	PAPs	Mulheres	41
118	13-Apr-23	Subestação do Dondo	Reunião Comunitária	Apresentação e discussão do PRMS - mulheres idosas e mães solteiras	PAPs	Idosas e Mães Solteiras	43
119	15-Apr-23	Escola Primária Completa de Macharote	Grupo Focal	Apresentação e discussão do PRMS - Misto	PAPs	Homens e Mulheres	16
120	15-Apr-23	Escola Primária Completa de Macharote	Encontro de Trabalho	Apresentação e discussão do PRMS - CLR	CLR	CLR	11
121	17-Apr-23	Conselho Municipal de Dondo - Bairro Central	Encontro de Trabalho	Apresentação e discussão do PRMS	CDR	Representantes da CDR	8

Anexo IV – Relatório da 1ª CP – Reunião Comunitária e seus anexos



ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	XCV
LISTA DE FIGURAS	XCV
LISTA DE ANEXOS	XCV
LISTA DE ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E UNIDADES	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJECTIVOS DA CONSULTA PÚBLICA	4
3. REQUISITOS LEGAIS E PADRÕES INTERNACIONAIS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	5
4. METODOLOGIA ADOPATADA PARA A CONSULTA PÚBLICA	6
4.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	6
4.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	8
4.2.1. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO	8
4.3. REALIZAÇÃO DA CONSULTA COMUNITÁRIA	9
4.3.1. DETALHES DA REUNIÃO COMUNITÁRIA	10
5. PRINCIPAIS QUESTÕES COLOCADAS DURANTE REUNIÃO COMUNITÁRIA	12
6. RESULTADOS DA REUNIÃO COMUNITÁRIA	12

Lista de Tabelas

Tabela 1: Principais Partes Interessadas e Afectadas do Projecto.....	6
Tabela 2: Detalhes da reunião comunitária.....	11

Lista de Figuras

Figura 1: Registo Fotográfico da Reunião Comunitária	11
--	----

Lista de Anexos

- ANEXO 1 – Lista de Partes Interessadas e Afectadas do Projecto
- ANEXO 2 – Listagem de reuniões de marcação e mobilização para a Reunião Comunitária
- ANEXO 3 – Lista de Participantes
- ANEXO 4 – Acta da Reunião
- ANEXO 5 – Matriz de Perguntas e Respostas

Lista de Acrónimos, Abreviaturas e Unidades

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
ARENE	Autoridade Reguladora de Energia
CMD	Conselho Municipal do Dondo
CP	Consulta Pública
DNTA	Direcção Nacional de Terra e Ambiente
DNTDT	Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial
EDM	Electricidade de Moçambique, E.P.
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
EPDA	Estudo de Pré-viabilidade ambiental e Definição do Âmbito
IMPACTO	Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Limitada
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MW	Megawatt
n.º	Número
NAS	Norma Ambiental e Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PP	A Participação Pública
PPP	Processo de Participação Pública
PRM	Polícia da República de Moçambique
PROLER	Programa de Leilão de Energias Renováveis
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

SPA	Serviço Provincial do Ambiente
SPI	Serviço Provincial de Infraestruturas
UE	União Europeia

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um Projecto-piloto (doravante referido por Projecto) que consiste na construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala. O Projecto inclui, igualmente, uma linha de transmissão de 33KV que fará o transporte da energia da central para a Subestação do Dondo.

O Projecto não implicará quaisquer situações de deslocação física (perda de locais de residência), não exigindo, assim, qualquer acção de reassentamento. Haverá, no entanto, situações de deslocação económica, nomeadamente, perda de direitos de uso e ocupação de terrenos agrícolas e perda de algumas benfeitorias, o que induz a necessidade de preparar um Plano de Compensação e medidas de restauração dos meios de subsistência.

De acordo com a legislação sobre reassentamento e de acordo com as Políticas do Banco Mundial, devem ser realizadas consultas públicas com o objectivo de envolver as partes interessadas e afectadas no processo de preparação do Plano de Compensação.

Neste contexto, a IMPACTO, Lda. foi contratada pela EDM para elaborar e implementar o Plano de Compensação do Projecto, incluindo o Processo de Participação Pública (PPP), em conformidade com a Lei Moçambicana e as boas práticas internacionais.

Assim, como parte do PPP, no âmbito da elaboração do Plano de Compensação do Projecto, foi realizada a primeira reunião com as comunidades afectadas, no Bairro de Macharote, no dia 02 de Outubro de 2020, para apresentação do Projecto e anúncio do Censo e Inventário Patrimonial.

O presente relatório descreve o conjunto de acções desenvolvidas para a realização da primeira reunião de Consulta Pública (reunião comunitária), ocorrida no bairro de Macharote, no âmbito do Plano de Compensação, e os respectivos resultados.

O relatório está dividido em secções onde é apresentada a metodologia adoptada para a realização da Consulta Pública e os detalhes das reuniões realizadas, incluindo as principais questões levantadas pelas partes interessadas e afectadas do Projecto. No final do relatório estão incorporados todos os documentos relevantes que foram utilizados para garantir um resultado positivo. Estes documentos são constituídos por listagem das PIAs, listagem das reuniões realizados para marcação e mobilização para a consulta comunitária, registos dos participantes e acta da reunião.

2. OBJECTIVOS DA CONSULTA PÚBLICA

No contexto da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), a Participação Pública (PP) implica o fornecimento de informação e auscultação a todas as Partes Interessadas e/ou Afectadas (PIAs), directa ou indirectamente, por uma actividade, podendo estas, por sua vez, solicitar esclarecimentos e apresentar sugestões e recomendações.

No presente caso, para além de assegurar que as PIAs sejam informadas sobre o Projecto e principalmente, sobre o início do processo de elaboração do Plano de Compensação com a realização do Censo e Inventário Patrimonial, a Consulta Pública (CP) teve como principal objectivo auscultar as sensibilidades dos diferentes intervenientes sobre as actividades propostas e proporcionar uma oportunidade para que estes expusessem as suas preocupações e expectativas, contribuindo desta forma para que as questões relevantes fossem consideradas durante a realização do Censo e Inventário Patrimonial e elaboração do Plano de Compensação.

Esta reunião foi realizada como forma de garantir que o processo de elaboração do Plano de Compensação fosse abrangente, aberto e transparente, seguindo a legislação nacional de reassentamento, os requisitos do ESS10 e as orientações do QPR do Programa PROLER e sem entrar em choque com outros processos de AIA em curso.

3. REQUISITOS LEGAIS E PADRÕES INTERNACIONAIS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O envolvimento das PIAs de um projecto é um dos princípios a ser cumprido e constitui um requisito fundamental, tanto da legislação nacional assim como das boas práticas/padrões internacionais.

A legislação moçambicana que rege o reassentamento estipula que a participação do público (ou seja, das comunidades locais e de outras partes interessadas) no processo de reassentamento é de carácter obrigatório. No entanto, faltam disposições específicas para gerir situações de deslocação física em pequena escala, ou situações de deslocação económica sem deslocação física (como é o caso do presente Projecto).

Entretanto, um dos princípios orientadores do Plano de Compensação é o de realizar processos de consulta que garantam a participação gratuita e informada de pessoas e comunidades afectadas (incluindo as comunidades hospedeiras) na tomada de decisões relacionadas com o processo. De acordo com a legislação moçambicana e as boas práticas internacionais, é importante assegurar o envolvimento activo e informado das comunidades afectadas e das suas lideranças no processo de reassentamento/compensação.

Assim, no âmbito do PPP, foram consideradas os principais instrumentos legislativos:

- O Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro).
- A Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º. 130/2006, de 19 de Julho).
- O Regulamento para o Processo de Reassentamento Resultante das Actividades Económicas (Decreto n.º 31/2012 de 8 de Agosto).
- A Norma Ambiental e Social sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações (NAS10) do Banco Mundial.

4. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A CONSULTA PÚBLICA

Para a reunião comunitária foram obedecidos os critérios de organização, preparação e realização de reuniões abertas descritas nas etapas abaixo.

4.1. Identificação das Partes Interessadas e Afectadas

As PIAs foram identificadas na altura da elaboração do Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) para o Projecto, com base na experiência de trabalho da IMPACTO em projectos implementados na Província de Sofala e em outros projectos envolvendo reassentamento e compensação.

Os principais grupos de PIAs do Projecto identificados são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4: Principais Partes Interessadas e Afectadas do Projecto

A Nível Central (MAPUTO)
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNDDT)
A Nível Provincial (SOFALA)
Serviço Provincial de Ambiente (SPA)
Serviço Provincial de Infraestruturas (SPI)
Ao Nível Municipal (DONDO)
Conselho Municipal do Dondo
Vereação de Salubridade Urbana e Meio Ambiente
Vereação de Construção, Urbanização e Infraestrutura
Vereação de Saúde, Acção Social e Género
Secretário do Bairro Samora Machel
Secretário do Bairro Nhamaiabwe
Secretário do Bairro Mandruzi
Secretário do Bairro Consito
Secretário do Bairro Central
Secretário do Bairro Mafarinha

Secretário do Bairro Nhamainga

Secretário do Bairro Canhadula

Ao Nível Distrital (DONDO)

Governo do Distrito do Dondo

Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI)

Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)

Chefe do Posto Administrativo de Dondo-Sede

Chefe da Localidade de Dondo-Sede

Chefe da Localidade de Mafarinha

Chefe da Localidade de Nhamaiabwe

Chefe da Localidade de Mandruzi

Líderes tradicionais da sede distrital

Representante do Comando Distrital da PRM

Representantes da Associação de Mulheres e Jovens

Representantes da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis

Representante do sector privado local

Representantes de partidos políticos da sede distrital

Representantes de instituições religiosas da sede distrital

Representantes de ONGs activas locais

Representantes de órgãos de informação local

Representantes de instituições de ensino e pesquisa da sede distrital

Representantes de instituições governamentais a nível local

Representantes de empresas públicas e privadas

Outras entidades ou organizações influentes da sociedade civil local

Público em geral

Ao Nível Local (BAIRRO MACHAROTE)

Secretário do Bairro Macharote

Chefe do Núcleo do Bairro Macharote

Líderes comunitários tradicionais do Bairro Macharote

Representantes dos agregados familiares afectados
Director da Escola Secundária de Macharote
Director do Centro de Saúde
Representantes de Instituições religiosas
Representante da Associação de Actividades Comerciais
Representante da Associação de Agricultores e Camponeses
Representante da Associação de Mulheres e Jovens
Representante da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis
Representante do sector privado
Empreendedora de Macharote
Proprietário da Quinta na área do projecto
Proprietário da Quinta Lúcia
Outras entidades influentes ou organizações do Bairro Macharote

4.2. Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas

4.2.1. Notificação das Partes Interessadas e Afectadas e Divulgação de Informação

A informação sobre o anúncio do Censo e Inventário Patrimonial e o início das actividades de preparação do Plano de Compensação foi divulgada com recurso a diferentes estratégias para garantir a ampla participação das PIAs na Reunião Comunitária. As estratégias de divulgação utilizadas foram as seguintes:

- Realização de **reuniões preparatórias** ao nível da Província de Sofala (DPTA e SPA), do Município do Dondo, e das lideranças locais, para garantir o acerto da data da reunião por unanimidade, transmitir informação prévia relevante e auxiliar na mobilização das partes interessadas e afectadas (ver listagem no Anexo 2);
- **Pré-levantamento** de todas as famílias com bens dentro da área do Projecto feito pelos líderes locais, como forma de garantir que as famílias directamente afectadas recebessem informação adequada sobre os encontros e as actividades do Projecto;
- **Mobilização das PIAs** via autoridades relevantes, nomeadamente o Conselho Municipal do Dondo, o Governo do Distrito do Dondo e lideranças locais. As autoridades governamentais foram responsáveis pela mobilização das instituições relevantes no processo e outras partes interessadas. As lideranças locais foram responsáveis pela mobilização das famílias afectadas pelo Projecto;

- **Contactos telefónicos** com autoridades municipais e distritais e com lideranças locais para acertos logísticos, apoio na mobilização de PIAs e transmissão de informação sobre as actividades programadas;

4.3. Realização da Consulta Comunitária

A primeira reunião de CP teve como principal objectivo informar as PIAs sobre o início do processo de preparação do Plano de Compensação do Projecto e anunciar o início do Censo e Inventário Patrimonial. Ademais, esta reunião teve como objectivos os seguintes:

- Apresentar os critérios de elegibilidade para o Censo e Inventário Patrimonial;
- Marcação da data de início do Censo e Inventário Patrimonial e procedimentos a serem observados para o registo das famílias afectadas;
- Apresentação dos mecanismos de gestão de reclamações e conflitos;
- Apresentação de medidas de prevenção e contenção da COVID-19 a serem observadas durante o período do Censo e Inventário Patrimonial;
- Explicação sobre a importância do cartão do censo e da assinatura do consentimento informado;
- Apresentação dos passos subsequentes ao Censo e Inventário Patrimonial, nomeadamente, resolução de sobreposições, distribuição de resumos de bens registados, constituição do Comité Local de Reassentamento e identificação de potenciais áreas agrícolas hospedeiras.

Por forma a abranger uma vasta gama de PIAs e garantir a sua representatividade, o PPP envolveu encontros com a nível distrital e comunitário, a saber:

- A nível distrital – reunião preparatórias e que antecederam a realização da reunião comunitária com as partes interessadas do Município e Distrito do Dondo; e
- A nível comunitário – reunião com as autoridades locais, representantes dos agregados familiares afectados e partes interessadas do Bairro de Macharote.

A reunião foi iniciada pelo Sr. Peres Manuel Afonso, Líder Comunitário do 1º Escalão do Bairro de Macharote que fez a introdução do encontro explicando a todos os presentes o motivo da reunião comunitária. De seguida, tomou a palavra o Sr. Ilídio Covane, Vereador de Economia Local e Transportes e representante

do Conselho Municipal do Dondo, que fez uma breve contextualização do projecto e falou da sua importância no desenvolvimento socioeconómico local e do país em geral. Anunciou o início do processo de elaboração do Plano de Compensação e explicou a necessidade de registo de bens pedindo aos presentes para que colaborassem, fornecendo a informação necessária. Disse que o processo é longo até à fase de implementação da Central de geração de energia, pedindo paciência e calma para a concretização do Projecto. Recomendou vigilâncias para situações de oportunidade, registo de propriedades alheias e pediu aos líderes locais que fizessem o devido acompanhamento.

Por fim, o Sr. José Macedo, representante do Consultor, explicou os procedimentos para o censo, passos subsequentes no processo e apresentou a equipa para a condução das actividades no terreno. As folhas de registo dos participantes podem ser encontradas no Anexo 3 deste relatório.

A reunião foi conduzida em português, com tradução para as línguas locais (*Xisena* e *Xindau*), no Bairro de Macharote, de forma a garantir que as comunidades directamente afectadas e as autoridades locais pudessem obter de forma eficaz a informação relativa ao Projecto e às actividades de preparação do Plano de Compensação. A apresentação foi feita de forma oral e resumida para melhor compreensão do público-alvo.

Depois da apresentação do Consultor, passou-se à sessão de perguntas e respostas onde os participantes colocaram várias questões, pedidos de esclarecimento, críticas, sugestões e comentários. Todas as questões levantadas bem como as respostas fornecidas pelo Consultor foram registadas em Acta e posteriormente assinadas pelo representante do Conselho Municipal do Dondo e pelas lideranças locais representantes das comunidades presentes na reunião. A acta da reunião encontra-se no Anexo 4 deste relatório.

De seguida retrata-se com mais detalhe a reunião realizada.

4.3.1. Detalhes da Reunião Comunitária

Abaixo é apresentada a tabela com os detalhes da reunião no Bairro de Macharote, acompanhada de registos fotográficos.

Tabela 5: Detalhes da reunião comunitária

Data	Hora	Local	Nº de Participantes	Nº de Intervenções
02-10-2020	09:40 – 11:45	Bairro Macharote	152	7
Participantes				
• Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes (CMD)				
• Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal do Dondo e Ponto Focal do Projecto				
• Técnico Agrónomo da Vereação de Economia Local e Transportes				
• Técnico Topógrafo da Vereação de Construção (Sector de Cadastro)				
• Líder Comunitário de 1º Escalão do Bairro de Macharote				
• Chefe da Povoação de Macharote				
• Chefe da Unidade Comunal D				
• Chefe do Quarteirão				
• Agregados familiares residentes no Bairro Cosito, Município do Dondo				
• Agregados familiares residentes no Bairro Nhamaiabue, Município do Dondo				
• Agregados familiares residentes no Bairro Macharote, Município do Dondo				
• Agregados familiares residentes na Cidade da Beira				
• Representantes de instituições da Acção Social				
• Representantes de instituições de ensino privadas				
• Representantes da Açucareira de Mafambisse				



Figura 19: Registo Fotográfico da Reunião Comunitária

5. PRINCIPAIS QUESTÕES COLOCADAS DURANTE A REUNIÃO COMUNITÁRIA

A sessão de debate da reunião comunitária foi marcada por questões e comentários levantados pelos participantes. Todas as questões foram respondidas pelo Consultor. As principais questões levantadas centraram-se nos seguintes aspectos apresentados abaixo. No Anexo 5 consta a Matriz com detalhes do participante, a questão colocada e a resposta dada.

- Data do início das obras de construção da central Solar Fotovoltaica;
- Possibilidade de as famílias continuarem a trabalhar nas suas machambas até à data de início da construção da Central;
- Tratamento para famílias que trabalham em terras emprestadas;
- Necessidade de se realizar o Censo e Inventário Patrimonial na área da Central Solar nesta fase, uma vez que houve outro censo no mesmo local em pouco espaço de tempo;
- Tratamento a dar às famílias afectadas caso o período de construção da Central coincida com a fase em que as culturas se encontram em fase de desenvolvimento e/ou maturação, uma vez que muitas das machambas se encontram em fase de limpeza ou lavoura na altura do Censo;
- Tratamento a dar a machambas localizadas nas proximidades do limite da área do Projecto e que possam ser afectadas na altura da construção pelo movimento da maquinaria e equipamentos;
- Sugestão para que o Projecto preveja todas as situações futuras de ocupação de terras das comunidades, principalmente se estiver previsto algum tipo de expansão;
- A quem contactar na fase de construção, caso famílias que não tenham sido registadas no Censo sejam afectadas nessa altura; e
- Tratamento a dar a machambas abandonadas.

6. RESULTADOS DA REUNIÃO COMUNITÁRIA

A reunião comunitária para apresentação do Projecto, anúncio do início do processo de elaboração do Plano de Compensação, e do Censo e Inventário Patrimonial às PIAs foi realizada de acordo com os objectivos traçados e em conformidade com a estratégia definida.

A reunião contou com uma boa representatividade do grupo-alvo. Abarcou as estruturas locais até ao nível de bairro, e partes afectadas devidamente representadas pelos diversos segmentos da comunidade.

Contou ainda com a participação de outros interessados no Projecto, na área de acção social, empresas privadas e instituições privadas de ensino.

De um modo geral, o retorno da audiência com relação à apresentação das actividades propostas foi positivo. As diversas PIAs tiveram a oportunidade de solicitar esclarecimentos e apresentar as suas questões, sugestões e comentários a respeito do Projecto e do Censo e Inventário Patrimonial.

Após o esclarecimento das questões colocadas pelos participantes, foi marcada em conjunto a data para o início do censo, e finalizado o pré-levantamento feito pelas lideranças locais, dando a oportunidades às comunidades afectadas de serem incluídas no processo. O debate relativo aos aspectos abordados na reunião encontra-se reflectido na Acta produzida e integrada no presente relatório como anexo.

De um modo geral, considera-se que os objectivos definidos para a reunião comunitária no âmbito do Plano de Compensação foram alcançados.

ANEXOS DO RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

ANEXO 1 – Lista de Partes Interessadas e Afectadas do Projecto

Projecto de Construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito do Dondo, Província de Sofala		
Lista de Partes Interessadas e Afectadas		
Instituição	Nome	Posição
NÍVEL CENTRAL - MAPUTO		
Governo Central		
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)	Ivete Maibaze	Ministra
Direcção Nacional do Ambiente (DINAB)	Guilhermina Amurane	Directora Nacional Interina
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNTDT)	Joaquim Langa	Director
NÍVEL PROVINCIAL - SOFALA		
CIDADE DA BEIRA		
Governo Provincial		
Serviço Provincial de Ambiente (SPA)	Ermelinda Maquenze	Directora
Serviços Provinciais de Infraestruturas (SPI)	Nome?	Director
NÍVEL DISTRITAL		
CIDADE DO DONDO		
Município do Dondo		
Conselho Municipal do Dondo (CMD)	Manuel Virade Chaparica	Presidente
Conselho Municipal do Dondo (CMD)	Marime Chivambo	Chefe do Gabinete
Vereação Salubridade Urbana e Meio Ambiente do CMD	Faruk Isac Mamad Gani	Vereador
Vereação de Construção, Urbanização e Infraestruturas do CMD	Mateus Taremba Mutongue	Vereador
Vereação da Saúde, Acção Social e Género do CMD	Maria Sande	Vereador
Vereação da Economia Local e Transportes do CMD	Ilídio Joaquim Covane	Vereador
Vereação da Administração e Desenvolvimento Institucional do CMD	Maria Waite Titos Juliasse	Vereador

Vereação da Educação, Cultura, Juventude e Desportos do CMD	Manuelinho Alfaced	Vereador
Vereação da Cooperação, Estudos e Projectos do CMD	Urbano Gil Duarte	Vereador
Vereação dos Planos, Finanças e Património do CMD	Anselmo Figueira	Vereador
CMD	Armando Mussagy	Chefe das Operações
Bairro Macharote	Peres Afonso	Secretário de Bairro
Localidade de Mandruzi	Ângelo Mário Cúa	Chefe da Localidade
Núcleo do Bairro Macharote	Sergio Manuel Afonso	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Tito Joao Pontence	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Jasse Fernando Nota	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Fernando Antonio	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Pedro Jaime Maconha	Representante
Líderes comunitários tradicionais de Macharote		Régulo / Líderes
Bairro Nhamainga	Ernesto Jemuce	Secretário
Bairro Canhadula	Henriques Paulo	Secretário
Bairro Nhamaiabwe	Rafael Jose	Secretário
Bairro Samora Machel	Gabriel Chamo	Secretário
Bairro Mandruzi	Jovenal Bero	Secretário
Bairro Consito	Joao Caetano	Secretário
Bairro Central	Afonso Lampiao	Secretário
Bairro Mafarinha	Filipe Tapera	Secretário
Bairro Thundane	Alberto Pensado	Secretário
Escola Secundária de Macharote	Alemão António	Director
Centro de Saúde		Director
Instituições religiosas do Bairro Macharote		Representante
Associação de Actividades Comerciais do Bairro Macharote		Representante
Associação de Agricultores e Camponeses do Bairro Macharote		Representante
Associação de Mulheres do Bairro Macharote		Representante

Associação de Jovens do Bairro Macharote		Representante
Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis do Bairro Macharote		Representante
Sector privado do Bairro Macharote		Representante
Empreendedora de Macharote	Joana Machado	Empreendedora
Quinta na área do projecto	Arnaldo Cumbane	Proprietário
Quinta Lúcia		Proprietário
Outras entidades influentes ou organizações do Bairro Macharote		
DISTRITO DO DONDO		
Governo Distrital do Dondo		
Administração do Distrito do Dondo	José Paulo M. Mutaroma	Administrador
Secretaria Distrital do Dondo	Carlos da Barca	Secretário Permanente
Secretaria Distrital do Dondo	Gabriel Malotane	Chefe do Gabinete
Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI)	Filipe Zotopera Jossefa	Director
Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)	Camilo Artur Zimbulane	Director
Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT)	Jacinta José Inácio Santiago	Director
Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDMAS)	Azarias António Manhenje	Director
Posto Administrativo do Dondo-Sede		Chefe do PA
Localidade do Dondo-Sede	Rosa Ernesto	Chefe da Local.
Localidade de Mafarinha	Alfredo Nhampossa	Chefe da Local.
Localidade de Nhamaibawe	Alberto Paiz Racune	Chefe da Local.
Localidade de Mandruzi	Augusto Eduardo	Chefe da Local.
Líderes Tradicionais de 1º, 2º e 3º escalão		Régulo / Líderes
Comando Distrital da PRM	Mario Moiane	Comandante
Empresas públicas (EDM, FIPAG, ANE, etc.)		Director
Sector privado local		Representantes

Associação de Actividades Comerciais		Representante
Associação de Mulheres e Jovens		Representante
Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis		Representante
Associação de Agricultores e Camponeses		Representante
Rádio Comunitária do Dondo	Amália	Directora
Rádio Água	Urbano Gil	Director
Jornal locais		Director
Televisão local		Director
ONG's activas locais		Representantes
Instituições de ensino e pesquisa locais		Representantes
Instituições religiosas da sede distrital		Representantes
Partidos políticos da sede distrital		Representantes
Outras entidades ou organizações influentes		Representantes
Outras Partes Interessadas		
CTA - Dondo	Jose Chico Botao	Director
Muzimbili lodge		Proprietário
Sociedade Civil	Jacinto Cingala	Pastor
Sociedade Civil	Domingos Parafino	Pastor
Sociedade Civil	Jeromino Cissito	Académico
Sociedade Civil	Manuel Nginga	Empresário
Sociedade Civil	Jose Leão	Artista

ANEXO 2 – Listagem de reuniões de marcação e mobilização para a Reunião Comunitária

Data do encontro	Local do encontro	Tópico de discussão/apresentação	Grupo-alvo	Grupo específico	Número de participantes
10-Sep-20	Conselho Municipal do Dondo - Bairro Central	Marcação da reunião comunitária para início do censo	Município do Dondo	Técnicos do CMD	5
10-Sep-20	SPA	Marcação da reunião comunitária para início do censo	SPA e DPTA	Directora do SPA e representante da DPTA	5
18-Sep-20	Conselho Municipal do Dondo - Bairro Central	Reunião com Técnicos do Município do Dondo para informar sobre a redução da área do projecto, demarcação da área.	Município do Dondo	Técnicos do CMD	4
21-Set-20	Conselho Municipal do Dondo - Bairro Central	Demarcação da área do projecto. Planificação das actividades	Município do Dondo & Liderança Local	Técnicos do CMD e lideranças Locais	9
02-Oct-20	Conselho Municipal do Dondo - Bairro Central	Anúncio do início do censo - Encontro prévio	Município do Dondo	Técnicos do CMD	3

ANEXO 3 – Lista de Participantes

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município do Dondo, Província de Sofala

PREPARACAO DO PLANO DE COMPENSACAO

Número do Encontro:
Data do Encontro: 02/10/2020
Local do Encontro: Bairro Mochore
Tópico do Encontro: Reunião de Anúncio do Com.

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
1. FELIZ PAIXA	CMD-CHP na Região do AFE	Feliz
2. MARLE CHAVANHO	CMD-Toca Loui	Marle
3. Mús Manuel Afonso	Cooper do Bairro	Mús Manuel Afonso
4. Pedro Jacinto Macanha	chefe políaco	P.J.M.
5. Fernanda santos	Secretaria municipal	Fernanda santos
6. Artur João Cravo	Assessor secretário de Finanças	Artur João Cravo
7. Alexandre Alberto Samuel	Engenheiro EPC Machate	Samuel
8. António João de Sá	chefe	António João de Sá
9. Sebastião Joaquim Rodriguez	Residente-Machate	Sebastião
10. Mónica Teresa	Residente Machate	Mónica

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
11. ROQUELINA MARQUEZ	ROQUELINA MARQUEZ	ROQUELINA MARQUEZ
12. JULIA VERTURA	MASANGATI TUBA	JULIA VERTURA
13. DUCIO JOAO PII	ESCOLA DEVIDANA DE DONDO	DUCIO JOAO PII
14. Dominga José Faria	Ação Social	Dominga José Faria
15. Antónia Silva Machate	Ação social	Antónia Silva
16. Affanete Pedro	Residente Machate	Affanete Vilanova
17. Gerito Manuel	Residente Machate	Gerito Manuel
18. João Lourenço	Residente machate	João Lourenço
19. Alberto Joaquim	residente machore	Alberto Joaquim
20. Amós Pedro Geane	Residente Nhamitanga	Amós Pedro Geane
21. Alberto Gonçalves Mendes	Comunidade Nhamitanga	Alberto Gonçalves Mendes
22. Ocideirous Leis	Comunidade	Ocideirous Leis
23. Vasco João Mule	Residente Nhamitanga	Vasco João Mule
24. Lúcia FLORINDO	Residente Nhamitanga	Lúcia Florindo
25. MANUEL SEBASTIAO BOCU	Vila do Casito	Manuel Sebastião Bocu

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARACAO DO PLANO DE COMPENSACAO

Número do Encontro:
Data do Encontro:
Local do Encontro:
Tópico do Encontro:

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
26. Maida Machava	Chefe de Agregado (CAF) Colectivo Mavimbane - CAF	Fátima Carriel
27. Dominga Rui Charte	Marta Manuel Nota	Domingas Rui Charte
28. Inês Joaquim Luis	João José Nota	Inês Joaquim Luis
29. Esperança Pedro Geane	Esperança Pedro Geane	Esperança Pedro
30. Florinda Pedro Geane	Florinda Pedro Geane	Esperança Pedro
31. Janelia Samuel Lina	Janelia Samuel Lina	Esperança Pedro
32. Respiro Pedro Vilanova	Respiro Pedro Vilanova	Esperança Pedro
33. Maria Inácio Paé	Costa Amade	Maria Inácio Paé
34. Lucia Florindo Orde	Lucas Verde	LUCIA FLORINDO
35. Teana José Nota	Benito José Nota	Teana José Nota

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
36. Lucia Florindo	Florindo Orde	LUCIA FLORINDO
37. Teana José Carreira	Teana José Carreira	Teana José Nota
38. Teana Romane	Victorino Amisk	Teana José Nota
39. Juana Cornelio	Evo Florindo	Juana Cornelio
40. Fatima Jose Cambana	Fátima Cambana	Fátima Cambana
41. Victoria José	Almeida Viageiro	Victoria José
42. Gina Jose Nota	Gina Jose Nota	Gina Jose Nota
43. Dorca Florindo	Florindo Orde Amisk	DORCA FLORINDO
44. Chica Beatriz	Chica Beatriz	Chica Beatriz
45. Beatriz Paulina	Beatriz Paulina	Beatriz Paulina
46. Domingos Paulino	Domingos Paulino	Domingos Paulino
47. Rui Joaquim	Rui Joaquim	Rui Joaquim
48. Marta Florindo	João José Mafungue	MARTA FLORINDO
49. Lucia Florindo		
50. Luisa Juma Carreira	Luisa Juma Carreira	Luisa Juma Carreira

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Lúcia Pedro	Lúcia Pedro	Lúcia Pedro
Traner Domingos	Martinho Júlio	
Maria Amélia António	Maria Amélia António	
Ana António Castigo	João Jorge Pedro	Ana A castigo
Helena Artur	Carla Marques	Helena Artur
Três António Miguel	Três António Miguel	Três António Miguel
Maria Luísa Miteia	Maria Luísa Miteia	Maria Luísa
Maria Francisco Gil	Maria Francisco Gil	
Cacilda Abílio Miao	Francisco Miotane	Cacilda Abílio Miao
Amélia Mangues	Francisco Miotane	

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
LINDA JEMUSSE ZAN	Chefe do agregado	
AVITA L. Sezar	Representante	
Julseta Marcelino	Jose Loganiva - CAF	
Veronica Jose	Aurelio Antonio - CAF	Veronica Jose
Pascoa Lombazua	Chefe do agregado	
Maria J. N'Cuandua	Chefe do agregado	
Amélia Atomo	Luis Sezar - Chefe A.F	
Quisita Saul Ruete	Lucas Amado CAF	
Maria Leonardo	Artur Citra - CAF	
Fátima Alvaro Jossa	Chefe do agregado	Fátima Alvaro Jossa

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Roberto Carlos	Ermino João - CAF	
Helena Maria	Chefe do agregado	Helena Maria
Tina Alvaro	Antonio vicente - CAF	Tina Alvaro
Esther vicente Luis	Alvaro Cipriano - CAF	Esther vicente
Luisa Jose ferando	Bento emilio santes CAF	
Zita Costa Almeida	Amendo Culasso - CAF	
Maria João chaves	Gerovane José	Maria João
Isabel Francisco	Domingo whate - CAF	
Tereza Minas	Chefe do agregado	
Alvaro B. Lima Josa	Chefe do agregado	Alvaro C J
Maria Antonio de oliveira	Chefe do agregado	Maria Antonio de oliveira
Virgínia Jaime Soares	Chefe do agregado	Virgínia Jaime Soares
ANA António Bandido	Domingos lombre	ANA António Bandido
Joana Namfoca joão	Benito Alberto	Joana Namfoca joão
Antonio João Namfoca	Chefe do agregado	

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Sara João Domingos	Chefe do agregado	Sara João Domingos
Ana Francisco	Representante	Ana Francisco
Zela Cesar	Agosto Amador - CAF	
Marta Elena Domingo	Representante	
Calomena N'Harande	Chefe do agregado	
Daclmho Joaquim	Antonio Joaquim - CAF	
Benilde Donal	Donal Navio - CAF	Benilde Donal Navio
Ara Maria Joss	Representante (filha)	Ara Maria José
Elsa Alberto	Representante (irma)	Elsa Alberto
Isabel Roque furtado	Antonio joão jose	Isabel Roque furtado
Julia Pasco zaima	Chefe do agregado	Julia Pasco zaima
Rosa Mabuxela	Luísa João Filha	
Almeida Ebe	Chefe do agregado	Almeida Ebe
Hermenegildo António	Representante (chabica)	Hermenegildo António
Áida Chabica	Chefe do agregado	Áida Chabica

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
Data do Encontro:
Local do Encontro:
Tópico do Encontro:

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
101 Jerónimo Mavele	tecnico de habitação	Yapude
102 Amos Samuel	Agricultor machardé	Amos
103 João Muli Bessou	residente Bairro 4 de Abril	
104 António Manuel Boavida	Residente NHAMAZA BWE	
105 Maria Luísa Francisco	Dondo - Consisto	
106 Cecília Manuel António	NHAMAZA BWE	
107 Isabel Bizegu	NHAMAZA BWE	
108 Ana Cerâmica Simão	NHAMAZA BWE	
109 António Luís	Machardé	António
110 Wlwan Clara Sacramento	inhambane	José Domingos

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
101 Maria Luísa Marcelino	Nhamaiakwe - Camponesa	Maria Luísa Marcelino
102 José Sadromu	Nhamaiakwe - Resid. en	
103 Paulo Alberto	Nhamaiakwe - Camponesa	Paulo Alberto Tenbe
104 Wailé photo	Nhamaiakwe - camponesa	Wailé abalto
105 Astor Manuel Simbe	consisto camponesa	Astor Manuel Simbe
106 FLORINDO ORTEGA DAVILA	NHAMAIKWE AGRICULTOR	FLORINDO ORTEGA DAVILA
107 Esperança Julião Amelara	Nhamaiakwe - camponesa	Esperança Julião Amelara
108 Elisa Albino	Nhamaiakwe - camponesa	
109 Inês Jacome Antonio	Beira - Camponesa	
110 Flora Artue	Nhamaiakwe - camponesa	
111 Ana Luísa Nunes	consisto / AEA	
112		
113		
114		
115		

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
126 Gilda Cabasso	marcos stano	
127 Angelina Joã António	chefe do agregado	
128 Anastácia Marcelino	chefe do agregado	
129 Tónica Joaquim	chefe do agregado	
130 Anja Francisco Tomo	chefe do agregado	
131 Belito João	representante República Democrática	
132 Estêvão Masses Sisto	chefe do agregado	
133 Luisa Elias Martins	chefe do agregado	
134 José Neta	chefe do agregado	José Neta
135		
136		

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
Data do Encontro: 02/10/2020
Local do Encontro: Sala de Sessões do Conselho Municipal de Dondo
Tópico do Encontro: Anúncio do Início do Curso «Inventário Patrimonial»

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
137 Tiago Joaquim Covane	Conselho Municipal - Dondo	Tiago
138 Maria José Oliveira	Conselho Municipal - Dondo	Maria José
139 José Macedo	participa	José Macedo
140		
141		
142		
143		
144		

ANEXO 4 – Acta da Reunião



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE SOFALA
GOVERNO DO DISTRITO DE DONDO

**PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO
MUNICÍPIO DE DONDO**

**Acta da 1ª Reunião de Consulta Comunitária - anúncio do início do
Censo e Inventário Patrimonial no âmbito da Preparação do Plano de
Compensação**

Bairro de Macharote

Em conformidade com o disposto no número 3 do art. 23 do Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto, o qual aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, realizou-se aos Dois Dias do Mês de Outubro do Ano de Dois Mil e Vinte, a Primeira Reunião de Consulta Comunitária no Bairro de Macharote, Unidade Comunal "D" zona de N'tenga, Cidade de Dondo, do anúncio do início do Censo e Inventário Patrimonial no âmbito das actividades de preparação do Plano de Compensação para o Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40 MW no Município de Dondo, Província de Sofala, tendo sido observada a seguinte agenda: _____

I. Sessão de Abertura e Apresentação dos Participantes _____

A reunião foi dirigida por Sr. Ilídio Covane, Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes no Município de Dondo e contou com a participação das seguintes entidades: _____

Outros participantes do Conselho Municipal de Dondo: Senhores Augusto Languane Sitole – Técnico do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes, Lúcio Raposo – Técnico do Pelouro de Construção e Urbanização e Marime Chivambo – Chefe de Gabinete e ponto focal do Projecto no Município de Dondo. _____

Das Lideranças Comunitárias: Senhores Pires Manuel Afonso – Líder Comunitário do Bairro de Macharote, Pedro João Maconha – Chefe da Povoação de Macharote, Fernando António – Chefe da Unidade Comunal "D" e António Viano Romão – Chefe do Quarteirão. _____

asf

Representantes do Provedor de Serviços (IMPACTO, Lda): Senhores José Macedo, Lara Sousa, Albertina Albino, Juvência Martinho, Rosa Zeca, Isaiás Mufunde, Michel Tivane, Teresa Adelino, Marques Jorge, Neutruda Raposo _____

Famílias afectadas: Estiveram presentes 134 (cento trinta e quatro) representantes dos agregados familiares afectados pelo Projecto, constantes nas folhas de presenças da reunião. _

A reunião teve início às nove horas e Quarenta minutos com Pires Manuel Afonso – Líder Comunitário do Bairro de Macharote, a saudar os presentes no encontro e de seguida fez apresentação dos membros da mesa de tribuna, convidou Ilídio Covane - Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes no Município de Dondo a dirigir o encontro. _____

Sr. Ilidio Covane – Vereador do Pelouro de Actividades Economicas e Transportes saudou os, presentes e fez uma breve contextualização do projecto, falou da sua importância no desenvolvimento socioeconómico local e do país em geral. _____

Falou sobre a necessidade de registo de bens e pediu aos presentes para que colaborassem fornecendo a informação necessária. Disse que o processo que está a iniciar é longo até a fase da implantação da Central de geração de energia. Pediu as famílias paciência e calma até a concretização do projecto. Recomendou vigilâncias para situações de oportunismo, registo de propriedades alheias e pediu aos líderes locais para o devido acompanhamento. E de seguida convidou a equipa da IMPACTO a apresentarem-se e tomar da palavra. _____

II. Apresentação dos Resultados do Censo e Inventário Patrimonial e das soluções propostas para a resolução dos problemas das terras de substituição agrícolas _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), começou por agradecer aos presentes e fez a apresentação do projecto, destacando os seguintes aspectos: o proponente do projecto, a fase em que projecto se encontra, os objectivos do projecto, a pertinência da realização do Censo e Inventário Patrimonial para a preparação do plano de compensações, a metodologia a ser usada no registo de bens, o critério de elegibilidades para efeitos de registo de bens, a delimitação da área do projecto, bem como os passos subsequentes nomeadamente produção e distribuição de resumos de bens, apresentação e discussão de direitos das famílias afectadas, criação de comités locais e por último falou dos mecanismos existentes para apresentação e resolução de reclamações. A apresentação foi feita em bilingue. _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), falou sobre as medidas de prevenção e contenção da COVID-19 durante o período do Censo e posterior ao censo de bens. _____



III. Sessão de Perguntas e Respostas

Terminada a apresentação, foi aberta a sessão de perguntas e respostas, onde os participantes apresentaram diversas questões, comentários e pedidos de esclarecimento sobre o que havia sido apresentado. Eis as inquietações apresentadas e as respectivas respostas. _____

1. Sra. Estar Amosse Sitole - camponesa, quis saber a data do início da Construção da Central Fotovoltaica e questionou se as famílias poderiam continuar a trabalhar nas suas machambas? _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), respondendo a questão colocada pela Sra. Estar Amosse Sitole disse que neste momento não existe datas precisas para o início da construção da Central Fotovoltaica. Nesta fase será feito o registo de todos bens como casas, machambas, árvores de frutas, túmulos e outras estruturas dentro da área para a elaboração do plano de compensação. O registo vai ajudar a proteger os direitos de todos aqueles que tem bens para que sejam compensados. O Censo patrimonial irá permitir a quantificação dos bens existentes dentro da área do projecto e identificar os legítimos proprietários. Enquanto as autoridades não formalmente informarem para transferirem-se para outro local deverão continuar a fazer suas machambas. _____

2. Sr. Florindo Ordem - camponês, disse que a maioria das famílias que praticam agricultura na área do projecto usam a terra na condição de machambas emprestadas. As terras pertencem proprietários das quintas não exploradas que por mútuo acordo ou por ocupação elas foram tomadas pelas famílias para desenvolverem suas actividades agrícolas. Questionou qual o tratamento que o projecto irá dar a estas famílias que trabalham há muitos anos em terras emprestadas? _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), para o caso das famílias que trabalham em machambas emprestadas há direitos que devem ser observados no processo de compensação. Aquele que trabalha na machamba o dono de culturas tem direito de ser compensado pelas culturas que irá perder a favor do projecto e o dono da machamba tem direito sobre em relação a terra que irá perder a favor do projecto. Para estes casos o registo será feito a pessoa que trabalha na machamba neste caso dono das culturas que terá que dizer durante a entrevista em que condição ocupa a machamba e referir o nome e contacto do dono da machamba. O Regulamento sobre Reassentamento resultante das actividades económicas define os mecanismos de compensação pela perda de terras e culturas. Para o caso de culturas a compensação é monetária calculada com base na tabela do Ministério da Agricultura e para o caso da perda de terra a família afectada recebe-se outras terras de substituição. _____

3. Sr. Almeida Chato – camponês, questionou o porquê da realização do censo e inventários de bens, se há meses foi feito outro levantamento pela EDM no mesmo local? _____

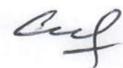


Sra. Lara Sousa (IMPACTO) disse que o Censo servirá para saber quem são as pessoas que possuem bens, tipos de bens para no futuro poder-se calcular as compensações que as famílias têm direito. _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), disse que o registo feito pela EDM e líder locais antes do anúncio do censo tinha por objectivo fazer o pré-alistamento de todas as pessoas com bens dentro da área do projecto, não incluía dados pessoais, informação sobre a machamba, tipo de culturas, dimensão das machambas, dados sobre produção e outra informação importante para o processo de compensação. Pediu aos presentes para que sejam pacientes porque projectos desta envergadura envolvem etapas que devem ser observadas até à sua implantação. O censo e inventário de bens não é um simples alistamento de pessoas com bens dentro da área do projecto, estuda-se a situação social, económica, faz-se o levantamento detalhado de todos os bens para salvaguardar os direitos das famílias no processo de compensação. O objectivo deste censo é entender o que existe, chegar mais ou menos a um valor indicativo de quanto que isto irá custar para o projecto em termos de compensação. Inicialmente a área do projecto era de 120 hectares e foi feito o primeiro pré-alistamento dentro dos 120 Hectares. A área foi reduzida para 80 e fez-se novo pré-alistamento para identificar as famílias dentro dos 80 Hectares. _____

4. Sr. Jerónimo - Técnico de Saúde, disse que o censo irá iniciar numa altura em que a maioria das famílias está a fazer limpeza e lavoura nas suas machambas, ou seja, machambas sem culturas. Questionou qual o tratamento que seria dado pelo projecto caso o período da construção do terminal coincide em que a cultura está na fase de desenvolvimento ou maturação? E o que acontecerá com as machambas situadas nas proximidades do limite da área do projecto caso sejam afectadas pelos movimentos das máquinas na fase de construção da central? _____

Sr. José Macedo (IMPACTO), o que não pode acontecer é tentativa de aproveitamento da situação, terminado o censo e inventário de bens as pessoas irão ocupar áreas que anteriormente não eram exploradas dentro da área do projecto para plantarem árvores, abrir machambas ou construir moradias a esperar de oportunidades de serem compensadas. O censo irá ajudar a perceber qual é a situação, o que existe na área, quem são as pessoas que possuem bens e a situação em que cada um desses bens se encontra. Se no momento do censo a machamba estiver sem cultura e na fase de implantação tiver cultura, tendo ela sido registada antes será avaliada no momento a cada caso. O mesmo acontecerá em relação às machambas situadas nas proximidades dos limites da área do projecto se forem afectadas pelos movimentos das máquinas serão compensadas. As compensações pelas perdas de culturas e de terras são tratadas com base no Regulamento Resultante das Actividades Económicas e na tabela de cálculo de culturas produzida pela Direcção Provincial de Agricultura. As famílias devem continuar a fazer machambas normalmente até uma ordem em contrário pelas autoridades governamentais. Após o término do censo as famílias registadas receberão o seu resumo de bens registados. _____



5. Sr. Jerónimo - Técnico de Saúde Disse que gostaria de salvaguardar alguns interesses da comunidade, sugeriu para que o projecto previsse todas situações futuras de ocupação de terras da comunidade. Como por exemplo o percurso das linhas de transmissão e outras situações. Disse que nesta fase existe comunidades vizinhas que não serão abrangidas pelo censo e inventário patrimonial e que poderá na fase de operação da central querer expandir para locais actualmente ocupados por estas comunidades. Poderá o projecto querer impedir a expansão destas comunidades alegando estar próximo da central por causa do risco que ela representa. Disse que existe casos semelhantes que aconteceram no Distrito no passado em projectos da EDM por exemplo no projecto de construção de uma linha de transmissão de alta tensão em que famílias não abrangidas pelo projecto na fase do censo acabaram sendo afectadas pelo projecto na fase de construção. Questionou a quem deveriam contactar caso isso aconteça. _____

Sr. José Macedo (IMPACTO) agradeceu pela sugestão e fica registada. Disse para este projecto a área inicial era 120 hectares. Foi feita uma avaliação em relação aos impactos e decidiu-se reduzir para 80 hectares. Caso esta situação verifique-se no futuro por necessidade de expansão do projecto será avaliada no momento. Após o censo e inventário de bens será criado a nível local e Distrital um Comité de Reassentamento composto por representantes das famílias afectadas, Município, Distrito para dialogarem com o proponente sobre o projecto. _____

6. Sra. Ana Luís Mussa – camponesa, disse que tem duas machambas (uma na zona alta e outra na zona baixa). Estava doente entre 2007 a 2012 e machamba foi ocupada, em 2019 retomou a machamba e devido a roubos na área desistiu de trabalhar na machamba. _____

José Macedo (IMPACTO), em relação a este caso iremos avaliar no momento, se haver indícios de machamba será registada como pousio se não haver culturas. Se estiver alguém a trabalhar nela, havendo culturas registaremos em nome da pessoa dono ou dona de culturas e o senhor terá direito de receber terra de substituição na futura área hospedeira. ____

José Macedo, IMPACTO: Agradeceu a preocupação e disse que os projectos de energia por si só são um benefício social porque a comunidade irá se beneficiar dela, mas que a preocupação havia sido registada. _____

IV. Encerramento _____

Agradeceu aos participantes pelas suas intervenções recordou aos todos que o censo e inventário iniciará no dia 03 de Outubro pelas 07h30, leu os nomes de todas que foram levantadas no pré-alistamento feito pelos Líder locais. Pediu a todos proprietários de bens cujos nomes não constavam na lista entregue pelos Líderes Locais para que os contactassem no final do encontro. _____

Não havendo mais questões por parte dos participantes, Ilídio Covane – Vereador de Actividades Económicas e Transportes agradeceu a todos presentes, incluindo a IMPACTO, por todas as



contribuições, e disse que o Município do Dondo continuaria a fazer o acompanhamento do projecto. _____

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião quando eram onze horas e Quarenta e Cinco minutos, tendo sido elaborada a presente Acta que vai ser assinada pelo representante da Comissão Distrital de Reassentamento. _____



ASSINATURAS:

Chefe de Quarteirão
<u>António Viano Romão</u> Sr. António Viano Romão
O Chefe da Unidade Comunal "D"
<u>Fernando António</u> Sr. Fernando António
Povoação de Macharote
<u>Pedro Jaime Maçanha</u> Sr. Pedro Jaime Maçanha - O Chefe de Povoação de Macharote
Liderança do Bairro de Macharote
<u>Pires Manuel Afonso</u> Sr. Pires Manuel Afonso - Líder Comunitário do Bairro de Macharote
O Município de Dondo
<u>Ilídio Joaquim Covane - Spráiz</u> Sr. Ilídio Covane - Vereador de Actividades Económicas e Transportes no Município de Dondo

Dondo, 02 de Outubro de 2020

ANEXO 5 – Matriz de Perguntas e Respostas

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO MUNICÍPIO DE DONDO

2ª REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

BAIRRO MACHAROTE, JUNHO DE 2022

Matriz de Questões e Respostas

NOME, INSTITUIÇÃO	QUESTÃO	RESPOSTA
Esta Amosse Sitole, camponesa	Quis saber a data do início da Construção da Central Fotovoltaica e questionou se as famílias poderiam continuar a trabalhar nas suas machambas.	José Macedo (IMPACTO) – disse que neste momento não existe datas precisas para o início da construção da Central Fotovoltaica. Nesta fase será feito o registo de todos bens como casas, machambas, árvores de frutas, túmulos e outras estruturas dentro da área para a elaboração do plano de compensação. O registo vai ajudar a proteger os direitos de todos aqueles que tem bens para que sejam compensados. O Censo patrimonial irá permitir a quantificação dos bens existentes dentro da área do projecto e identificar os legítimos proprietários. Enquanto as autoridades não informarem formalmente para transferirem-se para o outro local, deverão continuar a fazer suas machambas.
Florindo Ordem, camponês	Disse que a maioria das famílias que praticam agricultura na área do projecto usam a terra na condição de machambas emprestadas. As terras pertencem a proprietários de quintas não exploradas que por mútuo acordo ou por ocupação, elas foram tomadas pelas famílias para desenvolverem as actividades agrícolas. Questionou qual o tratamento que o projecto irá dar a estas famílias que trabalham há muitos anos em terras emprestadas?	José Macedo (IMPACTO) – para o caso das famílias que trabalham em machambas emprestadas, há direitos que devem ser observados no processo de compensação. Aquele que trabalha na machamba, o dono das culturas, tem direito de ser compensado pelas culturas que irá perder à favor do projecto e o dono da machamba tem direito sobre a terra que irá perder à favor do projecto. Para estes casos o registo será feito a pessoa que trabalha na machamba neste caso dono das culturas que terá de dizer durante a entrevista em que condição ocupa a machamba e referir o nome e contacto do dono da machamba. O Regulamento sobre Reassentamento resultante das actividades económicas define os mecanismos de compensação pela perda de terras e culturas. Para o caso de culturas a compensação

		é monetária calculada com base na tabela do Ministério da Agricultura e para o caso da perda de terra a família afectada recebe-se outras terras de substituição
Sr. Almeida Chato , camponês	Questionou o porquê da realização do censo e inventários de bens, se há meses foi feito outro levantamento pela EDM no mesmo local?	<p>Lara Sousa (IMPACTO) – Disse que o Censo servirá para saber quem são as pessoas que possuem bens, tipos de bens para no futuro poder-se calcular as compensações que as famílias têm direito.</p> <p>José Macedo (IMPACTO) – Disse que o registo feito pela EDM e líderes locais antes do anúncio do censo tinha por objectivo fazer o pré-alistamento de todas as pessoas com bens dentro da área do projecto, não incluía dados pessoais, informação sobre a machamba, tipo de culturas, dimensão das machambas, dados sobre produção e outra informação importante para o processo de compensação. Pediu aos presentes para que sejam pacientes porque projectos desta envergadura envolvem etapas que devem ser observadas até à sua implantação. O censo e inventário de bens não é um simples alistamento de pessoas com bens dentro da área do projecto, estuda-se a situação social, económica, faz-se o levantamento detalhado de todos os bens para salvaguardar os direitos das famílias no processo de compensação. O objectivo deste Censo é entender o quê que existe, chegar mais ou menos a um valor indicativo de quanto que isto irá custar para o projecto em termos de compensação. Inicialmente a área do projecto era de 120 hectares e foi feito o primeiro pré-alistamento dentro dos 120 Hectares. A área foi reduzida para 80 e fez-se novo pré-alistamento para identificar as famílias dentro dos 80 Hectares.</p>
Sr. Jerónimo , Técnico de Saúde	Disse que o censo irá iniciar numa altura em que a maioria das famílias está a fazer limpeza e lavoura nas suas machambas, ou seja, machambas sem culturas. Questionou qual o tratamento que seria dado pelo projecto caso o período da construção do terminal coincide em que a cultura está na fase de desenvolvimento ou maturação. E o que acontecerá com as machambas situadas nas proximidades do limite da área do projecto caso sejam afectadas pelos movimentos das máquinas na fase de construção da central.	<p>José Macedo (IMPACTO) – Explicou que o que não pode acontecer é tentativa de aproveitamento da situação, terminado o censo e inventário de bens as pessoas irem ocupar áreas que anteriormente não eram exploradas dentro da área do projecto para plantarem árvores, abrir machambas ou construir moradias a esperar por oportunidades de serem compensadas. O censo irá ajudar a perceber qual é a situação, o que existe na área, quem são as pessoas que possuem bens e a situação em que cada um desses bens se encontra. Se no momento do censo a machamba estiver sem cultura e na fase de implantação tiver cultura, tendo ela sido registada antes será avaliada no momento a cada caso. O mesmo acontecerá em relação às machambas situadas nas proximidades dos limites da área do projecto se forem afectadas pelos movimentos das máquinas serão compensadas. As compensações pelas perdas de culturas e de terras são tratadas com base no</p>

		Regulamento Resultante das Actividades Económicas e na tabela de cálculo de culturas produzida pela Direcção Provincial de Agricultura. As famílias devem continuar a fazer machambas normalmente até uma ordem em contrário pelas autoridades governamentais. Após o término do censo as famílias registadas receberão o seu resumo de bens registados.
Sr. Jerónimo, Técnico de Saúde	Disse que gostaria de salvaguardar alguns interesses da comunidade, sugeriu para que o projecto previsse todas situações futuras de ocupação de terras da comunidade. Como por exemplo o percurso das linhas de transmissão e outras situações. Disse que nesta fase existe comunidades vizinhas que não serão abrangidas pelo censo e inventário patrimonial e que poderá na fase de operação da central querer expandir para locais actualmente ocupados por estas comunidades. Poderá o projecto querer impedir a expansão destas comunidades alegando estar próximo da central por causa do risco que ela representa. Disse que existe casos semelhantes que aconteceram no Distrito no passado em projectos da EDM por exemplo no projecto de construção de uma linha de transmissão de alta tensão em que famílias não abrangidas pelo projecto na fase do censo acabaram sendo afectadas pelo projecto na fase de construção. Questionou a quem deveriam contactar caso isso aconteça.	José Macedo (IMPACTO) – Agradeceu pela sugestão e fica registada. Disse para este projecto a área inicial era 120 hectares. Foi feita uma avaliação em relação aos impactos e decidiu-se reduzir para 80 hectares. Caso esta situação verifique-se no futuro por necessidade de expansão do projecto será avaliada no momento. Após o censo e inventário de bens será criado a nível local e Distrital um Comité de Reassentamento composto por representantes das famílias afectadas, Município, Distrito para dialogarem com o proponente sobre o projecto.
Sra. Ana Luís Mussa, camponesa	Disse que tem duas machambas (uma na zona alta e outra na zona baixa). Estava doente entre 2007 e 2012 e machamba foi ocupada, em 2019 retomou a machamba e devido a roubos na área desistiu de trabalhar na machamba.	José Macedo (IMPACTO) – Explicou que em relação a este caso iremos avaliar no momento, se haver indícios de machamba será registada como pousio se não haver culturas. Se estiver alguém a trabalhar nela, havendo culturas registaremos em nome da pessoa dono ou dona de culturas e o senhor terá direito de receber terra de substituição na futura área hospedeira. Agradeceu a preocupação e disse que os projectos de energia por si só são um benefício social porque a comunidade irá se beneficiar dela, mas que a preocupação havia sido registada.

Anexo V – Relatório da 2ª CP e seus anexos



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJECTIVOS DA CONSULTA PÚBLICA.....	6
3. REQUISITOS LEGAIS E PADRÕES INTERNACIONAIS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	7
4. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A CONSULTA PÚBLICA	8
4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	8
4.2 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	10
4.2.1 <i>Notificação das Partes Interessadas e Afectadas e Disseminação de Informação.....</i>	<i>10</i>
4.3 REALIZAÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA	11
4.3.1 <i>Detalhes das Reuniões Realizadas.....</i>	<i>13</i>
5. PRINCIPAIS QUESTÕES COLOCADAS DURANTE A SEGUNDA CONSULTA PÚBLICA.....	16
5.1 NA REUNIÃO DE CP EM DONDO	16
5.2 NA REUNIÃO DE CP EM MACHAROTE.....	17
6. RESULTADOS DA SEGUNDA CONSULTA PÚBLICA.....	18

Lista de Tabelas

Tabela 1: Principais Partes Interessadas e Afectadas do Projecto	8
Tabela 2: Detalhes da segunda reunião de CP na cidade de Dondo	13
Tabela 3: Detalhes da segunda reunião de CP no bairro de Macharote	14

Lista de Figuras

Figura 1: Registo fotográfico da reunião em Dondo	14
Figura 2: Registo fotográfico da reunião em Macharote.....	15

Lista de Anexos

ANEXO 1 – Lista das Partes Interessadas e Afectadas do Projecto
ANEXO 2 – Anúncios publicados
ANEXO 3 – Modelos de Carta Informativa e Convite
ANEXO 4 – Documento de Discussão
ANEXO 5 – Registos dos Participantes
ANEXO 6 – Actas das Reuniões
ANEXO 7 – Matriz de Perguntas e Respostas

Lista de Acrónimos, Abreviaturas e Unidades

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
ARENE	Autoridade Reguladora de Energia
CMD	Conselho Municipal de Dondo
CP	Consulta Pública
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DNTDT	Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial
EDM	Electricidade de Moçambique, E.P.
IMPACTO	Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Limitada
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MW	Megawatt
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PP	Participação Pública
PPP	Processo de Participação Pública
PRM	Polícia da República de Moçambique
PROLER	Programa de Leilão de Energias Renováveis
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SPA	Serviço Provincial do Ambiente
SPI	Serviço Provincial de Infraestruturas
UE	União Europeia

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um Projecto-piloto (doravante referido por Projecto) que consiste na construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW e Linhas de Transmissão associadas, localizada no Dondo, na Província de Sofala.

O Projecto não implicará quaisquer situações de deslocação física (perda de locais de residência), não exigindo, assim, qualquer acção de reassentamento. Haverá, no entanto, situações de deslocação económica, nomeadamente perda de direitos de uso e ocupação de terrenos agrícolas e perda de algumas benfeitorias, o que induz a necessidade de preparar um Plano de Compensação e medidas de restauração dos meios de subsistência.

De acordo com a legislação sobre reassentamento e de acordo com as Políticas do Banco Mundial, devem ser realizadas consultas públicas com o objectivo de envolver as partes interessadas e afectadas no processo de preparação do Plano de Compensação.

Neste contexto, a IMPACTO, Lda. foi contratada pela EDM para elaborar e implementar o Plano de Compensação do Projecto, incluindo o Processo de Participação Pública (PPP), em conformidade com a Lei Moçambicana e as boas práticas internacionais.

Assim, como parte do PPP, no âmbito da elaboração do Plano de Compensação do Projecto, foi realizada a **Segunda Reunião de Consulta Pública** a nível distrital (com partes interessadas na cidade de Dondo) e a nível local (com as comunidades afectadas no bairro de Macharote), no dia 16 de Junho de 2022, para apresentação e discussão da área hospedeira agrícola e discussão do pacote de compensação por perda de terra, culturas, árvores e estruturas diversas.

Entretanto, a Primeira Reunião de Consulta Pública decorreu em Outubro de 2020, em formato de reunião comunitária, com as comunidades afectadas no bairro de Macharote, para anúncio do início do processo de elaboração do Plano de Compensação e para informar aos afectados e interessados sobre o Projecto, objectivos, pertinência, impactos e actividades relacionadas ao Plano de Compensação.

O presente relatório descreve o conjunto de acções desenvolvidas para a realização da segunda reunião de Consulta Pública, ocorrida na cidade de Dondo e no bairro de Macharote, no âmbito do Plano de Compensação, e os respectivos resultados.

O relatório está dividido em secções onde é apresentada a metodologia adoptada para a realização da Consulta Pública e os detalhes das reuniões realizadas, incluindo as principais questões levantadas pelas partes interessadas e afectadas do Projecto. No final do relatório estão incorporados todos os documentos relevantes que foram utilizados para garantir um resultado positivo. Estes documentos são constituídos por anúncios publicados, modelos de cartas e convites, registos dos participantes e actas das reuniões.

2. OBJECTIVOS DA CONSULTA PÚBLICA

No contexto da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), a Participação Pública (PP) implica o fornecimento de informação e auscultação a todas as Partes Interessadas e/ou Afectadas (PIAs), directa ou indirectamente, por uma actividade, podendo estas, por sua vez, solicitar esclarecimentos e apresentar sugestões e recomendações.

No presente caso, para além de assegurar que as PIAs sejam informadas sobre o Projecto, a Consulta Pública (CP) tem como principal objectivo auscultar as sensibilidades dos diferentes intervenientes sobre as actividades em curso relacionadas com o Projecto, proporcionando-lhes a oportunidade de expor as suas preocupações e expectativas, contribuindo desta forma para que as questões relevantes sejam consideradas durante a elaboração do Plano de Compensação. A CP constitui igualmente uma plataforma para a criação de um canal de comunicação entre o Público, o Consultor e o Proponente, permitindo que o processo de compensação seja levado a cabo de forma abrangente, aberto e transparente.

3. REQUISITOS LEGAIS E PADRÕES INTERNACIONAIS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O envolvimento das PIAs de um projecto é um dos princípios a ser cumprido e requisito fundamental, tanto da legislação nacional assim como das boas práticas internacionais.

A recente legislação moçambicana que rege o reassentamento estipula que a participação do público (ou seja, das comunidades locais e de outras partes interessadas) no processo de reassentamento é de carácter obrigatório. No entanto, faltam disposições específicas para gerir situações de deslocação física em pequena escala ou situações de deslocação económica sem deslocação física (como é o caso do presente Projecto).

Entretanto, um dos princípios orientadores do Plano de Compensação é o de realizar processos de consulta que garantam a participação gratuita e informada de pessoas e comunidades afectadas (incluindo as comunidades hospedeiras) na tomada de decisões relacionadas com o processo. De acordo com a legislação moçambicana e as boas práticas internacionais, é importante assegurar o envolvimento activo e informado das comunidades afectadas e das suas lideranças no processo de reassentamento/compensação.

Assim, no âmbito do PPP, foram consideradas os seguintes principais instrumentos legais:

- O Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro).
- A Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º. 130/2006, de 19 de Julho).
- O Regulamento para o Processo de Reassentamento Resultante das Actividades Económicas (Decreto n.º 31/2012 de 8 de Agosto).
- A Norma Ambiental e Social sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações (NAS10) do Banco Mundial.

4. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A CONSULTA PÚBLICA

Para a Segunda Consulta Pública foram obedecidos os critérios de organização, preparação e realização de reuniões de consulta pública descritas nas etapas abaixo.

4.1 Identificação das Partes Interessadas e Afectadas

As PIAs foram identificadas na altura da elaboração do Estudo de Pré-viabilidade ambiental e Definição do Âmbito e do Estudo de Impacto Ambiental para o Projecto, com base na experiência de trabalho da IMPACTO em projectos implementados na província de Sofala e em outros projectos envolvendo reassentamento e compensação, e com a publicação de anúncios para as reuniões de CP.

Os principais grupos de PIAs do Projecto identificados são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 6: Principais Partes Interessadas e Afectadas do Projecto

A Nível Central (MAPUTO)
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNTDT)
A Nível Provincial (SOFALA)
Serviço Provincial de Ambiente (SPA)
Serviço Provincial de Infraestruturas (SPI)
Ao Nível Municipal (DONDO)
Conselho Municipal de Dondo
Vereação de Salubridade Urbana e Meio Ambiente
Vereação de Construção, Urbanização e Infraestrutura
Vereação de Saúde, Acção Social e Género
Secretário do Bairro Samora Machel
Secretário do Bairro Nhamaiabwe
Secretário do Bairro Mandruzi
Secretário do Bairro Consito

Secretário do Bairro Central

Secretário do Bairro Mafarinha

Secretário do Bairro Nhamainga

Secretário do Bairro Canhadula

Ao Nível Distrital (DONDO)

Governo do Distrito de Dondo

Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI)

Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)

Chefe do Posto Administrativo de Dondo-Sede

Chefe da Localidade de Dondo-Sede

Chefe da Localidade de Mafarinha

Chefe da Localidade de Nhamaiabwe

Chefe da Localidade de Mandruzi

Líderes tradicionais da sede distrital

Representante do Comando Distrital da PRM

Representantes da Associação de Mulheres e Jovens

Representantes da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis

Representante do sector privado local

Representantes de partidos políticos da sede distrital

Representantes de instituições religiosas da sede distrital

Representantes de ONGs activas locais

Representantes de órgãos de informação local

Representantes de instituições de ensino e pesquisa da sede distrital

Representantes de instituições governamentais a nível local

Representantes de empresas públicas e privadas

Outras entidades ou organizações influentes da sociedade civil local

Público em geral

Ao Nível Local (BAIRRO MACHAROTE)

Secretário do Bairro Macharote
Chefe do Núcleo do Bairro Macharote
Régulo de Mafambisse – Líder de 1º Escalão
Sapandas – Líderes comunitários de 2º Escalão
Nfumos – Líderes comunitários de 3º Escalão
Comité Local de Reassentamento
Representantes dos agregados familiares afectados
Director da Escola Secundária de Macharote
Director do Centro de Saúde
Representantes de Instituições religiosas
Representante da Associação de Actividades Comerciais
Representante da Associação de Agricultores e Camponeses
Representante da Associação de Mulheres e Jovens
Representante da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis
Representante do sector privado
Empreendedores do Bairro Macharote
Proprietários de Quintas na área do projecto
Proprietário da Quinta Lúcia
Outras entidades influentes ou organizações do Bairro Macharote

A lista detalhada das PIAs do Projecto pode ser encontrada no Anexo 1 deste relatório.

4.2 Envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas

4.2.1 Notificação das Partes Interessadas e Afectadas e Disseminação de Informação

A transmissão de informação sobre as actividades de preparação do Plano de Compensação e o convite para as reuniões foram divulgados com recurso a diferentes estratégias para garantir a ampla participação das PIAs na segunda reunião de CP. As estratégias de divulgação utilizadas foram:

- Publicação de **Anúncios** nos órgãos de informação de maior abrangência nacional, quinze dias antes da realização das mesmas (como previsto no regulamento), nomeadamente no Jornal NOTÍCIAS (no dia 2 de Junho de 2022), e na RÁDIO MOÇAMBIQUE (Emissora Provincial de Sofala, nos dias 2 e 14 de Junho de 2022, em língua Portuguesa e em língua local, *Xisena*). No Anexo 2 apresenta-se uma cópia do anúncio de jornal, assim como o texto do anúncio da rádio;
- Envio de **Carta Informativa** sobre a segunda CP, no âmbito do Plano de Compensação do Projecto, à Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNTDT) e ao Serviço Provincial do Ambiente (SPA) de Sofala (ver as cartas informativas no Anexo 3);
- Distribuição de **Convites** via Governo Distrital e Conselho Municipal. Isto é, a nível do Município, o convite foi endereçado ao Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Dondo com indicação para convidar entidades a nível do Município, e a nível do Distrito, o mesmo foi endereçado à Administradora do Distrito de Dondo, igualmente com indicação para convidar entidades a nível do Distrito (ver os convites enviados no Anexo 3);
- Disponibilização de um **Documento de Discussão**, com as medidas de compensação propostas, para consulta e comentários pelos interessados na Internet, no portal da IMPACTO – (www.impacto.co.mz). Este documento pode ser encontrado no Anexo 4.
- **Mobilização das PAPs** via Comité Local de Reassentamento (CLR). Os membros do CLR foram responsáveis pela mobilização das famílias afectadas pelo Projecto através de chamadas telefónicas e mobilização porta-a-porta por cada Bairro e Unidade.

4.3 Realização da Segunda Reunião de Consulta Pública

A segunda reunião de CP teve como objectivo informar as PIAs sobre o Projecto e as actividades relacionadas com a preparação do Plano de Compensação do Projecto, discussão da área hospedeira agrícola e discussão do pacote de compensação por perda de terra, culturas, árvores e estruturas diversas.

Por forma a abranger uma vasta representatividade das PIAs, o PPP envolveu PIAs representativas de nível distrital e comunitário, a saber:

- A nível distrital – reunião com as partes interessadas do Município e Distrito de Dondo; e
- A nível comunitário – reunião com as autoridades locais, representantes dos agregados familiares afectados registados durante as actividades de Censo e Inventário Patrimonial na área da Central Solar e na área da Linha de Transmissão e partes interessadas do Bairro de Macharote.

A equipa de CP presente em ambas reuniões, era composta pelo Proponente do Projecto e pelo Consultor Ambiental representados por:

- Proponente (EDM, Beira): Seterio Mouzinho e Jouel Gobe;
- Consultor Ambiental (IMPACTO, Lda): José Macedo e Juvência Martinho.

As reuniões foram facilitadas pela IMPACTO, na qualidade de Consultor independente, e conduzidas em português, com tradução para as línguas locais (*Xisena* e *Xindau*), no bairro de Macharote, de forma a garantir que as comunidades directamente afectadas e as autoridades locais pudessem obter de forma eficaz a informação relativa ao Projecto e às actividades de preparação do Plano de Compensação.

A reunião na cidade de Dondo foi dirigida pelo Secretário Permanente do Distrito de Dondo, na qualidade de representante da Administradora Distrital. A reunião no bairro de Macharote foi dirigida pelo substituto do Secretário Permanente do Distrito.

No início das reuniões apresentou-se a equipa de CP, e de seguida os demais participantes. As folhas de registo dos participantes podem ser encontradas no Anexo 5 deste relatório.

O Consultor foi responsável por apresentar o Projecto e informação relativa às actividades de preparação do Plano de Compensação em ambas as reuniões. Na cidade de Dondo a informação foi apresentada por meio de uma apresentação em *Power Point* enquanto em Macharote foi feita de forma oral e mais resumida para melhor compreensão do público-alvo.

Depois da apresentação do Consultor, passou-se à sessão de perguntas e respostas. Em ambas as reuniões os participantes colocaram várias questões, tais como pedidos de esclarecimento,

críticas, sugestões e comentários. Todas as questões levantadas bem como as respostas fornecidas, tanto pelo Consultor como pelo Proponente, foram registadas em Actas e posteriormente assinadas pelos representantes da Comissão Distrital de Reassentamento e pelo Proponente do Projecto, presentes em cada reunião. As actas dos encontros realizados fazem parte do Anexo 6 deste relatório.

De seguida descreve-se em mais detalhe cada uma das reuniões realizadas.

4.3.1 Detalhes das Reuniões Realizadas

Abaixo são apresentadas tabelas (Tabelas 2 e 3) com os detalhes das reuniões realizadas na cidade de Dondo e no bairro de Macharote, acompanhadas de registos fotográficos (Figuras 1 e 2).

Tabela 7: Detalhes da segunda reunião de CP na cidade de Dondo

Data	Hora	Local	Nº de Participantes	Nº de Intervenções
16-06-2022	09:36 – 12:21	Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), Cidade de Dondo	29	10
Participantes				
• Secretário Permanente do Distrito de Dondo				
• Técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas				
• Técnico do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas				
• Técnica do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia				
• Vice-Presidente da Assembleia Municipal				
• Secretária de Mesa da Assembleia Municipal				
• Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes (CMD)				
• Vereador do Pelouro de Construção e Urbanização (CMD)				
• Líder Comunitário do Bairro de Macharote				
• Líder Comunitário do Bairro Samora Machel				
• Líder Comunitário do Bairro Nhamainga				
• Líder Comunitário do Bairro Consito				
• Líder Comunitário do Bairro de Mandruzi				

• Líder Comunitário do Bairro de Nhamaiabwe
• Líder Comunitário do Bairro de Canhandula
• Chefe da Localidade Municipal de Nhamaiabwe
• Chefe da Localidade Municipal de Mandruzi
• Chefe da Localidade de Consito
• Chefe da Povoação de Macharote
• Representantes da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA)
• Vice-Presidente do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário de Macharote
• Empreendedora de Dondo (sociedade civil)



Figura 20: Registo fotográfico da reunião em Dondo

Tabela 8: Detalhes da segunda reunião de CP no bairro de Macharote

Data	Hora	Local	Nº de participantes	Nº de Intervenções
16-06-2022	13:49 – 16:08	Escola Primária de Macharote, Bairro de Macharote	113, dos quais 96 PAPs	9
Participantes				
• Substituto do Secretário Permanente do Distrito de Dondo				
• Técnico do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas				
• Técnico no Pelouro de Actividades Económicas e Transportes				
• Técnico do Pelouro de Construção e Urbanização				

- Presidente do Comité Local de Reassentamento
- Vice-Presidente do Comité Local de Reassentamento
- Secretário do Comité Local de Reassentamento
- Líder Comunitário do Bairro de Macharote
- Chefe de Povoação de Macharote
- Chefe da Unidade Comunal D – Macharote
- Chefe de Quarteirão
- Vários outros membros do Comité Local de Reassentamento
- Vários representantes dos agregados familiares afectados pelo Projecto



Figura 21: Registo fotográfico da reunião em Macharote

5. PRINCIPAIS QUESTÕES COLOCADAS DURANTE A SEGUNDA CONSULTA PÚBLICA

As principais questões, relacionadas com o Projecto assim como com as actividades de preparação do Plano de Compensação, centraram-se nos seguintes aspectos apresentados abaixo. Detalhes sobre os participantes, perguntas colocadas e as respostas dadas são apresentados no Anexo 7.

5.1 Na Reunião de CP em Dondo

- Direitos ou benefícios dos proprietários das machambas alugadas pelas famílias afectadas;
- Quais foram as pessoas entrevistadas durante o Censo e se incluiu o dono das culturas, para pessoas que trabalham em machambas emprestadas ou alugadas;
- Início da construção da Central Fotovoltaica de Dondo;
- Início do trabalho das máquinas no local de implementação do Projecto;
- Conclusão dos estudos ambientais e da preparação do Plano de Compensação;
- Início da implementação do Plano de Compensação;
- Actualização do censo das culturas e estruturas, realizado em Outubro de 2020;
- Local de construção da Central Eólica prevista no âmbito do PROLER, para além das centrais fotovoltaicas de Dondo, Lichinga e Manje;
- Oportunidades que o Projecto oferece aos empreendedores locais;
- Preferência por apresentação da informação em tabelas;
- Sugestão de uso da tabela de compensações do SDAE;
- Envolvimento dos técnicos do SDAE na elaboração da tabela de compensações e na divulgação às comunidades para evitar dúvidas em relação ao processo de compensação;
- Sugestão de apresentação da tabela de compensações aos líderes locais pelos técnicos do Distrito para evitar reclamações no processo de compensação;
- A apresentação deveria incluir o número de encontros realizados com as comissões e famílias afectadas, para facilitar o entendimento sobre as actividades desenvolvidas pelo Projecto;

- Pessoa a receber o valor da compensação no caso de morte da pessoa afectada e inscrita;
- Benefícios sociais do Projecto para as comunidades vizinhas.

5.2 Na Reunião de CP em Macharote

- Aprovação da proposta de cada família identificar machambas de acordo com a sua conveniência, como alternativa para ultrapassar o problema de terras agrícolas de substituição;
- Proposta de um mecanismo de flexibilização de pagamentos, como a entrega do valor correspondente à compra de machambas aos afectados pelo Projecto, para evitar processos burocráticos no processo de desembolsos;
- Alerta para riscos de assaltos para as pessoas que vão receber as compensações, pois para as pessoas que possuem só uma machamba, caso o dinheiro seja extraviado ou perdido poderá complicar a vida da pessoa;
- Decisão de compra de machamba com os respectivos documentos de transmissão de direitos como a solução mais aceitável, cómoda e garantida;
- Método de compensação em caso de morte do chefe do agregado familiar com machamba registada e com filhos menores;
- Método de compensação da pessoa que possui duas machambas dentro da área de implementação do Projecto;
- Método de cálculo de compensação relativamente à terra de substituição, para quem possuir duas machambas dentro da área de implementação do Projecto;
- Desejo de ter uma machamba próxima ao seu local de residência por problemas de saúde e dificuldade para percorrer grandes distâncias;
- Agradecimento aos técnicos do Distrito pela ajuda no cálculo das compensações;
- Início, pelo Projecto, do anúncio do valor que cada pessoa tem a receber para que se faça a respectiva comparação.

6. RESULTADOS DA SEGUNDA CONSULTA PÚBLICA

As reuniões da segunda CP, programadas para apresentar o Projecto e discussão da área hospedeira agrícola e do pacote de compensação por perda de terra, culturas, árvores e estruturas diversas às PIAs foram realizadas de acordo com os objectivos traçados e em conformidade com a estratégia definida.

Nas reuniões houve, em geral, uma boa representatividade do grupo-alvo, que abarcou tanto as estruturas locais assim como as partes afectadas e interessadas pelo Projecto.

De um modo geral, o retorno da audiência com relação à apresentação das actividades em torno da preparação do pacote de compensação e ao esclarecimento de questões pela equipa de Consulta Pública foi positivo. As diversas PIAs tiveram a oportunidade de solicitar esclarecimentos e apresentar as suas questões, sugestões e comentários a respeito do Projecto e do Plano de Compensação.

Com base nos debates havidos nas reuniões, em relação ao Projecto, considera-se que as principais questões estiveram relacionadas com o início das obras de construção da central fotovoltaica e com os benefícios do Projecto para os proprietários das machambas alugadas pelas famílias afectadas, para os empreendedores locais e para as comunidades vizinhas. Em relação ao Plano de Compensação, foram colocadas várias dúvidas sobre o método de cálculo de compensação, isto é, em caso de morte do chefe do agregado familiar com machamba registada e com filhos menores, e terra de substituição para as pessoas que possuem duas machambas dentro da área de implementação do Projecto. Foi ainda sugerido que se usasse a tabela de compensações do SDAE e o envolvimento dos técnicos do SDAE, tanto na elaboração da tabela de compensações assim como na divulgação às comunidades, para evitar dúvidas e reclamações em relação ao processo de compensação. Entretanto, houve aprovação geral quanto à proposta de cada família identificar machambas de acordo com a sua conveniência. O debate relativo a estes e outros assuntos abordados nas reuniões de CP encontra-se reflectido na Acta produzida para cada uma das sessões de CP realizadas.

De um modo geral, considera-se que foram alcançados os objectivos definidos para a segunda CP no âmbito do Plano de Compensação.

ANEXOS DO RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

ANEXO 1 – Lista das Partes Interessadas e Afetadas do Projecto

Projecto de Construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala		
Lista de Partes Interessadas e Afetadas		
Instituição	Nome	Posição
NÍVEL CENTRAL - MAPUTO		
Governo Central		
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)	Ivete Maibaze	Ministra
Direcção Nacional do Ambiente (DINAB)	Guilhermina Amurane	Directora Nacional Interina
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNTDT)	Joaquim Langa	Director
NÍVEL PROVINCIAL - SOFALA		
CIDADE DA BEIRA		
Governo Provincial		
Serviço Provincial de Ambiente (SPA)	Ermelinda Maquenze	Directora
Serviços Provinciais de Infraestruturas (SPI)		Director
NÍVEL DISTRITAL		
CIDADE DE DONDO		
Município de Dondo		
Conselho Municipal de Dondo (CMD)	Manuel Virade Chaparica	Presidente
Vereação de Salubridade Urbana e Meio Ambiente do CMD	Faruk Gani	Vereador
Vereação de Construção, Urbanização e Infraestruturas do CMD	Mateus Taremba	Vereador
Vereação da Saúde, Acção Social e Género do CMD	Maria Sande	Vereador
Vereação da Economia Local e Transportes do CMD	Ilídio Covane	Vereador
Vereação da Administração e Desenvolvimento Institucional do CMD	Maria Waite Tito	Vereador
Vereação da Educação, Cultura, Juventude e Desportos do CMD	Manuelinho Alface	Vereador
Vereação da Cooperação, Estudos e Projectos do CMD	Urbano Gil Duarte	Vereador
Vereação dos Planos, Finanças e Património do CMD	Anselmo Figueira	Vereador
CMD	Armando Mussagy	Chefe das Operações
Bairro Macharote	Peres Afonso	Secretário de Bairro
Núcleo do Bairro Macharote	Sergio Manuel Afonso	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Tito Joao Pontence	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Jasse Fernando Nota	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Fernando António	Representante
Núcleo do Bairro Macharote	Pedro Jaime Maconha	Representante
Líderes comunitários tradicionais do Bairro Macharote		Régulo / Líderes

Bairro Nhamainga	Ernesto Jemuce	Secretário
Bairro Canhadula	Henriques Paulo	Secretário
Bairro Nhamaiabwe	Rafael Jose	Secretário
Bairro Samora Machel	Gabriel Chamo	Secretário
Bairro Mandruzi	Jovenal Bero	Secretário
Bairro Consito	Joao Caetano	Secretário
Bairro Central	Afonso Lampiao	Secretário
Bairro Mafarinha	Filipe Tapera	Secretário
Bairro Thundane	Alberto Pensado	Secretário
Escola Secundária de Macharote		Director
Centro de Saúde		Director
Instituições religiosas do Bairro Macharote		Representante
Associação de Actividades Comerciais do Bairro Macharote		Representante
Associação de Agricultores e Camponeses do Bairro Macharote		Representante
Associação de Mulheres do Bairro Macharote		Representante
Associação de Jovens do Bairro Macharote		Representante
Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis do Bairro Macharote		Representante
Sector privado do Bairro Macharote		Representante
Emprendedora de Macharote	Joana Machado	Emprendedora
Quinta na área do projecto		Proprietário
Quinta Lúcia		Proprietário
Outras entidades influentes ou organizações do Bairro Macharote		
DISTRITO DE DONDO		
Governo Distrital de Dondo		
Administração do Distrito de Dondo	Maria Bernardete Roque	Administradora
Secretaria Distrital de Dondo	Carlos da Barca	Secretário Permanente
Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI)	Filipe Jotopera	Director
Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)		Director
Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT)		Director
Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDMAS)		Director
Posto Administrativo de Dondo-Sede		Chefe do PA
Localidade de Dondo-Sede	Rosa Ernesto	Chefe da Local.
Localidade de Mafarinha	Alfredo Nhamossa	Chefe da Local.
Localidade de Nhamaiabwe	Alberto Paiz Racune	Chefe da Local.
Localidade de Mandruzi	Augusto Eduardo	Chefe da Local.

Líderes Tradicionais de 1º, 2º e 3º escalão		Régulo / Líderes
Comando Distrital da PRM	Mario Moiane	Comandante
Instituições governamentais a nível local		Director
Empresas públicas (EDM, FIPAG, ANE, etc.)	Paia	Director
Sector privado local		Representantes
Associação de Actividades Comerciais		Representante
Associação de Mulheres e Jovens		Representante
Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis		Representante
Associação de Agricultores e Camponeses		Representante
Rádio Comunitária de Dondo	Amália	Directora
Rádio Água	Urbano Gil	Director
Jornal locais		Director
Televisão local		Director
ONG's activas locais		Representantes
Instituições de ensino e pesquisa locais		Representantes
Instituições religiosas da sede distrital		Representantes
Partidos políticos da sede distrital		Representantes
Outras entidades ou organizações influentes		Representantes
Outras Partes Interessadas		
CTA - Dondo	José Chico Botão	Director
Muzimbili lodge		Proprietário
Sociedade Civil	Jacinto Cingala	Pastor
Sociedade Civil	Domingos Parafino	Pastor
Sociedade Civil	Jeromino Cissito	Académico
Sociedade Civil	Manuel Nginga	Empresário
Sociedade Civil	José Leão	Artista

ANEXO 2 – Anúncios publicados

Pg-22



**ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.**

**PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO DISTRITO DE DONDO,
PROVÍNCIA DE SOFALA**

Convite para reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar fotovoltaica de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala. A implantação da central e da linha de transmissão a ela associada implicará a perda de culturas e de terras agrícolas, perdas essas que terão de ser devidamente compensadas, nos termos da Lei Moçambicana e das boas práticas internacionais.

Assim, no âmbito do Processo de Participação Pública e com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas com a preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, a IMPACTO, Lda, informa que irá realizar uma reunião de Consulta Pública **no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas.**

As partes interessadas que desejem receber informação sobre o projecto ou estabelecer contacto com a equipa de Consulta Pública do projecto a respeito do Plano de Compensação em elaboração, poderão fazê-lo através dos meios abaixo indicados:

IMPACTO, Lda
Sector de Consulta Pública
Rua de Kassuende, N° 296, Maputo
Linha grátis de telemóvel (a partir de qualquer rede): +258 858381349
E-mail: consulta.publica@impacto.co.mz
Portal de Internet: www.impacto.co.mz



4858

ANÚNCIO DIVULGADO NA RÁDIO MOÇAMBIQUE – EMISSOR PROVINCIAL DE SOFALA



PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO DISTRITO DE DONDO, PROVÍNCIA DE SOFALA

Convite para reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um Projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar fotovoltaica de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala. A implantação da central e da linha de transmissão a ela associada implicará a perda de culturas e de terras agrícolas, perdas essas que terão de ser devidamente compensadas, nos termos da Lei Moçambicana e das boas práticas internacionais.

Assim, no âmbito do Processo de Participação Pública e com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas com a preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, a IMPACTO, Lda., informa que irá realizar uma reunião de Consulta Pública no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas.

As partes interessadas que desejem receber informação sobre o projecto ou estabelecer contacto com a equipa de Consulta Pública do projecto a respeito do Plano de Compensação em elaboração, poderão fazê-lo através dos meios abaixo indicados:

IMPACTO, Lda.
Sector de Consulta Pública
Rua de Kassuende, Nº 296, Maputo
Linha grátis de telemóvel (a partir de qualquer rede): +258 858381349
E-mail: consulta.publica@impacto.co.mz
Portal de Internet: www.impacto.co.mz



ANEXO 3 – Modelos de Carta Informativa e Convite



Ref. Impacto.C.077/2022
Maputo, 02 de Junho de 2022

Para:
Ministério da Terra e Ambiente
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNDDT)
Att: Exmo Sr. Joaquim Langa
Director Nacional
Maputo

Assunto: Informação sobre reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto de Construção da Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala

Exmo Sr. Director,

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala.

No âmbito da preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, e como parte do Processo de Participação Pública, a IMPACTO vem, por meio desta, informar que irá realizar uma reunião de consulta pública no Distrito de Dondo, com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas ao Plano de Compensação. A reunião terá lugar no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas.

Informamos que, no mesmo dia, será também realizada uma reunião na Escola Primária de Macharote, das 13:00 às 15:00 horas, com as partes afectadas do Bairro Macharote.

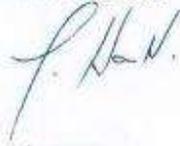


Para quaisquer esclarecimentos, queira por favor contactar a equipa de Consulta Pública através dos contactos indicados abaixo:

IMPACTO, Lda.
Att: Sector de Consulta Pública
Rua de Kassuende, Nº 296, Maputo
Linha de telemóvel grátis (a partir de qualquer rede): 858381349
E-mail consulta.publica@impacto.co.mz

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



John Hatton
Director Executivo

RUA DE KASSUENDE, 296 - +258 81 304 6650 - IMPACTO PROJECTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS
MAPUTO - MOÇAMBIQUE - +258 84 303 1395 - F +258 21 493 019 - IMPACTO@IMPACTO.CO.MZ - WWW.IMPACTO.CO.MZ



Ref. Impacto.C.078/2022
Maputo, 02 de Junho de 2022

Para:
Serviço Provincial do Ambiente (SPA)
Att: Exma Sra. Hermelinda Xavier Maquenze
Directora Provincial
Sofala

Assunto: Reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto de Construção da Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala

Exma Sra. Directora,

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala.

No âmbito da preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, e como parte do Processo de Participação Pública, a IMPACTO vem, por meio desta, informar que irá realizar uma reunião de consulta pública no Distrito de Dondo, com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas ao Plano de Compensação. A reunião terá lugar no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas.

Informamos que, no mesmo dia, será também realizada uma reunião na Escola Primária de Macharote, das 13:00 às 15:00 horas, com as partes afectadas do Bairro Macharote.



Para quaisquer esclarecimentos, queira por favor contactar a equipa de Consulta Pública através dos contactos indicados abaixo:

IMPACTO, Lda.
Att: Sector de Consulta Pública
Rua de Kassuende, nº 296, Maputo
Linha de telemóvel grátis (a partir de qualquer rede): 858381349
E-mail consulta_publica@impacto.co.mz

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



John Hatton
Director Executivo



RUA DE KASSUENDE, 296
MAPUTO - MOÇAMBIQUE
+358 84 304 6650
+358 21 495 036
+358 84 301 1955
IMPACTO PROJECTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS
IMPACTO@IMPACTO.CO.MZ
WWW.IMPACTO.CO.MZ
T +358 21 495 036
F +358 21 495 039



Ref. Impacto.C.079/2021
Maputo, 02 de Junho de 2021

Para:
Conselho Municipal da Cidade de Dondo (CMCD)
Att. Exmo Sr. Manuel Chaparica
Presidente do Município
Sofala

Assunto: Reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto de Construção da Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala

Exmo Sr. Presidente,

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala.

No âmbito da preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, a IMPACTO informa que irá realizar uma reunião de consulta pública no Distrito de Dondo, como parte do Processo de Participação Pública, com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas ao Plano de Compensação.

Deste modo, a IMPACTO tem o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião de consulta pública a ter lugar no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas.



Caso não possa participar, solicitamos que V. Excia designe um representante do Conselho Municipal do Dondo para o representar na referida reunião.

Solicitamos que V. Excia convide para o encontro as entidades abaixo descritas, nomeadamente:

- Vereador de Salubridade Urbana e Meio Ambiente do CMCD
- Vereador de Construção, Urbanização e Infraestruturas do CMCD
- Vereador da Saúde, Acção Social e Género do CMCD
- Vereador da Economia Local e Transportes do CMCD
- Secretário do Bairro Macharote
- Chefe do Núcleo do Bairro Macharote
- Líderes comunitários tradicionais do Bairro Macharote
- Director da Escola Secundária de Macharote
- Director do Centro de Saúde
- Representantes de Instituições religiosas do Bairro Macharote
- Representante da Associação de Actividades Comerciais do Bairro Macharote
- Representante da Associação de Agricultores e Camponeses do Bairro Macharote
- Representante da Associação de Mulheres do Bairro Macharote
- Representante da Associação de Jovens do Bairro Macharote
- Representante da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis (deficientes, etc.) do Bairro Macharote
- Representante do sector privado do Bairro Macharote
- Emprendedora de Macharote
- Proprietário da Quinta na área do projecto
- Proprietário da Quinta Lúcia
- Secretário do Bairro Samora Machel
- Secretário do Bairro Nhamaiabwe
- Secretário do Bairro Mandruzi
- Secretário do Bairro Consito
- Secretário do Bairro Central
- Secretário do Bairro Mafarinha
- Secretário do Bairro Nhamainga
- Secretário do Bairro Canhadula
- Outras entidades influentes ou organizações do Bairro Macharote

Informamos que, no mesmo dia, será também realizada uma reunião na Escola Primária de Macharote, das 13:00 às 15:00 horas, com as partes afectadas do Bairro Macharote. V. Excia está convidado a participar neste encontro, assim como as seguintes entidades:

- Vereador de Actividades Económicas e Transporte + 1 técnico (Sr. Augusto Languane)



- Vereador de Urbanização e Ambiente + 1 Técnico (Sr. Helton Rungo)

Em caso de dúvida queira por favor contactar a equipa de Consulta Pública através dos seguintes contactos:

IMPACTO, Lda.

Att: Sector de Consulta Pública

Rua de Kassuende, nº 296, Maputo

Linha de telemóvel grátis (a partir de qualquer rede): 858381349

E-mail consulta publica@impacto.co.mz

Agradecendo desde já a atenção e colaboração de V. Excia, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Sem mais de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



John Hatton
Director Executivo





Ref. Impacto.C.080/2022
Maputo, 02 de Junho de 2022

Para:
Governo do Distrito de Dondo
Att. Exma Sra. Maria Bernardete Roque
Administradora Distrital
Sofala

Assunto: Reunião de apresentação do Plano de Compensação do Projecto de Construção da Central Solar Fotovoltaica de 40 MW no Distrito de Dondo, Província de Sofala

Exma Sra. Administradora,

O Governo de Moçambique lançou oficialmente o programa PROLER (Programa de Leilão de Energias Renováveis) no dia 30 de Setembro de 2020. Este programa conta com o financiamento de um donativo do Fundo Fiduciário da União Europeia (UE) para África dedicado ao sector de infraestruturas, sob gestão da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). A EDM foi indicada como o agente implementador do programa a nível técnico em coordenação com a ARENE (Autoridade Reguladora de Energia) e o MIREME.

O objectivo do Programa PROLER é de desenvolver projectos de energias renováveis conectadas à rede eléctrica nacional, através de um mecanismo de licitação transparente e competitivo, de maneira a atrair o investimento do sector privado para projectos de energia renovável e obter tarifas de comercialização competitivas. No âmbito do PROLER está em desenvolvimento um projecto-piloto que consiste na construção de uma central solar de 40 MW, localizada no Município do Dondo, na Província de Sofala.

No âmbito da preparação do **Plano de Compensação do Projecto da Central Solar de Dondo**, a IMPACTO informa que irá realizar uma reunião de consulta pública no Distrito de Dondo, como parte do Processo de Participação Pública, com o objectivo de informar às partes interessadas e afectadas sobre o projecto e as actividades relacionadas ao Plano de Compensação.

Deste modo, a IMPACTO tem o prazer de convidar V. Excia a participar na reunião de consulta pública a ter lugar no dia 16 de Junho de 2022, no Salão do Restaurante Boavista (Só Luz), na Cidade do Dondo, das 08:30 às 11:00 horas. Caso não possa participar, solicitamos que V. Excia designe um representante do Conselho Municipal do Dondo para o representar na referida reunião.



Solicitamos ainda que V. Excia convide para o encontro as entidades abaixo identificadas:

- Secretário Permanente do Distrito de Dondo
- Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI)
- Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)
- Chefe do Posto Administrativo de Dondo-Sede
- Chefe da Localidade de Dondo-Sede
- Chefe da Localidade de Mafarinha
- Chefe da Localidade de Nhamaiabwe
- Chefe da Localidade de Mandruzi
- Líderes tradicionais da sede distrital
- Representante do Comando Distrital da PRM
- Representantes da Associação de Mulheres e Jovens
- Representantes da Associação de Idosos e Pessoas Vulneráveis
- Representante do sector privado local
- Representantes de partidos políticos da sede distrital
- Representantes de instituições religiosas da sede distrital
- Representantes de ONG's activas locais (CTA, etc.)
- Representantes de órgãos de informação local (Rádio Comunitária de Dondo, Rádio Águia, Jornais, Televisão)
- Representantes de instituições de ensino e pesquisa da sede distrital
- Representantes de instituições governamentais a nível local
- Representantes de empresas públicas (EDM, FIPAG, ANE, etc.)
- Representantes de empresas privadas
- Outras entidades ou organizações influentes da sociedade civil local.

Informamos que, no mesmo dia, será também realizada uma reunião na Escola Primária de Macharote, das 13:00 às 15:00 horas, com as partes afectadas do Bairro Macharote. V. Excia está convidada a participar neste encontro, assim como as seguintes entidades:

- Director do SDAE + 1 técnico (Sr. Jorge Vilanculos)
- Director do SDPI + 1 técnico (Sr. Elton Vita)

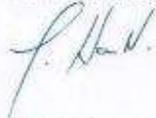
Em caso de dúvida queira por favor contactar a equipa de Consulta Pública através dos seguintes contactos:



IMPACTO, Lda.
Sector de Consulta Pública; Rua de Kassuende, nº 296, Maputo
Linha de telemóvel grátis (a partir de qualquer rede): 858381349; E-mail
consulta publica@impacto.co.mz

Agradecendo desde já a atenção e colaboração de V. Excia, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



John Hatton
Director Executivo



RUA DE KASSUENDE, 296 +358 84 304 66501 IMPACTO PROJECTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS
MAPUTO - MOÇAMBIQUE +358 84 304 3956 IMPACTO@IMPACTO.CO.MZ WWW.IMPACTO.CO.MZ
T +358 21 489 636 F +358 21 483 919

ANEXO 4 – Documento de Discussão



INFORMAÇÃO PRELIMINAR

A. Critérios de Elegibilidade

São elegíveis para medidas de Compensação:

- Proprietários que percam acesso à terra, com ou sem culturas e/ou árvores de fruta, a favor do Projecto, independentemente do local onde residam;
- Proprietários que percam estruturas auxiliares a favor do Projecto, independentemente do local onde residam;
- Indivíduos que percam acesso a terra emprestada ou alugada para fins agrícolas de autossustentação;
- Indivíduos que percam culturas e/ou árvores de fruto em terras alugadas ou emprestadas para cultivo;
- Indivíduos que percam estruturas auxiliares em terras alugadas ou emprestadas para cultivo; e
- Indivíduos que trabalhem para proprietários de terras (trabalhadores assalariados) cuja actividade económica seja afectada pela aquisição de terra pelo Projecto.

Para além das categorias acima indicadas, foi ainda identificada uma categoria restrita de afectados que não se enquadra no cenário de negociação comunitária. Este grupo obedece aos seguintes critérios:

- Perda de grandes extensões de terras detidas individualmente; e
- Perda de terras exploradas numa vertente comercial e não de autossustentação.

Esta categoria de afectados apresenta uma situação demasiado específica para ser eficazmente gerida através de um processo de negociação com bases comunitárias. Assim, e nestes casos, o processo de compensação será gerido através de um Acordo Negociado Directo entre os proprietários e o Proponente (EDM).

B. Resultados Preliminares do Censo e Inventário Patrimonial

O Censo e Inventário Patrimonial foi realizado:

- Na área de implantação da Central Solar;
- Na área da Linha de Transmissão:
 - O segmento aéreo da linha, incluindo a sua área de servidão legal de 50 m e um Corredor de Compensação de 8 m para cada lado, considerando a implementação do Projecto numa área urbana/perurbana;
 - O segmento subterrâneo, limitado pelas duas linhas da EDM já existentes.

Categoria de resultados		Central Solar	Corredor de Compensação de 8m do Segmento Aéreo da LT	Entre os 8m e os 50m do Segmento Aéreo da LT	Segmento Subterrâneo da LT	TOTAL
Agregados Familiares Afectados		163	4	2	70	239
Machambas afectadas		191	6	5	77	279
Posse	Próprias	109	3	1	52	165
	De outro membro do AF	12	3	3	6	24
	Alugada	17	0	0	2	19
	Emprestada	53	0	1	17	71
Estado	Cultivada	54	0	2	69	125
	Cultivada (por outro AF)	1	0	0	0	1
	Em preparação	72	0	0	0	72
	Pousio	64	6	3	8	81
Árvores afectadas		1262	0	8	285	1555
Estruturas afectadas		7	0	0	0	7

COMPENSAÇÕES PROPOSTAS

Todas as perdas registadas no Censo e Inventário Patrimonial deverão apresentar medidas de compensação. Assim, os princípios propostos para compensação das perdas são os seguintes:

- **Perda de Machambas** – atribuição de terra de substituição, de área e aptidão agrícola semelhantes às da terra perdida e assistência (incluindo todos os custos associados) para aquisição de DUAT para as novas áreas agrícolas.
- **Perda de Culturas** – compensação monetária com base nas tabelas de compensação do Ministério da Agricultura em vigor (validadas pela Vereação de Economia Local e Transporte do Conselho Municipal de Dondo). Compensação monetária por perturbação da actividade produtiva e pelo esforço empreendido no aproveitamento da terra.
- **Perda de Árvores** – compensação monetária com base nas tabelas de compensação do Ministério da Agricultura em vigor (validadas pela Vereação de Economia Local e Transporte do Conselho Municipal de Dondo) e atribuição de duas mudas por cada árvore perdida. Compensação monetária por perturbação da actividade produtiva.
- **Perda de Estruturas** – Reposição das estruturas, em termos a definir com os interessados.

PROCESSO NEGOCIAL

A. Terra Agrícola de Substituição

Entre Outubro de 2021 e Março de 2022, a Comissão Distrital de Reassentamento (composta por representantes da Administração do Distrito de Dondo e do Conselho Municipal de Dondo), procedeu a identificação de potenciais terras de substituição, nomeadamente, Milha 20, Nhampiripiri 2 e Nhamtiquite. Durante este período, decorreram visitas de avaliação e validação das potenciais áreas com o Comité Local de Reassentamento e com Representantes das famílias afectadas que culminaram na rejeição de todas as áreas propostas.

Os principais motivos invocados para essa rejeição são os seguintes:

- Excessiva distância dessas áreas em relação às suas actuais áreas de residência (mais de 30 Km);
- Mau estado das vias de acesso às áreas propostas;
- Inexistência de infraestruturas próximas que as comunidades consideram como primordiais para o seu estabelecimento na área (como por exemplo, acesso a água, mercados, saúde, segurança, entre outros);
- Impossibilidade de manter actividades domésticas e responsabilidades familiares derivado da distância das terras propostas; e
- Inexistência de condições para idosos e deficientes agravado pelo mau estado das vias de acesso.

Perante a rejeição de todas as áreas hospedeiras propostas pelas famílias afectadas e a impossibilidade de encontrar novas áreas que satisfizessem os critérios de aptidão agrícola e de razoável proximidade em relação às áreas de origem dos AF5 foi decidido, em Abril de 2022, procurar uma nova abordagem que permitisse desbloquear a situação, devendo essa abordagem garantir sempre a obrigação legal de atribuir terra de substituição aos agregados afectados.

Assim, foi elaborado o seguinte procedimento:

- i. Cada agregado deverá procurar uma machamba de área similar à da terra por ele perdida e que corresponda aos seus interesses. O valor de aquisição não deverá exceder a tabela preparada para o efeito pelo Conselho Municipal e Governo do Distrito do Dondo, a qual reflecte os valores de transmissão de direitos de uso e ocupação de terra agrícola actualmente praticados.
- ii. O Projecto procederá à aquisição das machambas assim identificadas e garantirá a emissão de DUATs em nome dos beneficiários.

B. Apresentação e Discussão do Quadro de Direitos

Uma vez definidas as categorias de PAPs elegíveis para medidas de compensação, são criados quadros de direitos específicos para o processo de negociação com as famílias afectadas. O quadro de direitos tem como principal objectivo o de estabelecer os requisitos legais para a atribuição de compensações. Cada quadro de direitos estabelece as metodologias que o Projecto deve usar para compensar perdas, indicando os tipos e níveis de compensação a ser pagas e a matriz de direitos que determina formas de assistência e compensação dependente dos critérios de elegibilidade.

A apresentação e discussão do Quadro de Direitos está em curso desde o início de Maio de 2022, tendo seguido a seguinte ordem:

- 1º Comissão Distrital de Reassentamento
- 2º Comité Local de Reassentamento
- 3º Agregados Familiares afectados

ANEXO 5 – Listas de Registo dos Participantes

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
 Data do Encontro: 16-06-22
 Local do Encontro: Cidade de Dondo
 Tópico do Encontro: II Reunião de Consulta Pública -

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
MANUEL CAMBES Sim	CTA	
Maxime ps	CHD	
Maria Passo	Macharote	Maria Passo
Alfredo Carlos Henrique	Mafatinha	
Manuelinho Joao Henrique	CHD	
Haroldo Gomes Fernandes Sousa	CHD	
João Manoel Machado	IMPACTO	João Manoel

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
 Data do Encontro: 16-06-22
 Local do Encontro:
 Tópico do Encontro:

	Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição ou Nº Cartão	Assinatura
1	Olivia Vicente	SIBET	
2	Miguel Marques	B. Macharote	Miguel Marques
3	Paulo Jaime Macaluso	chefe. povoação	P. J. M.
4	Janeteiro Lomba	chefe de Município	
5	Rafael J. Zak	D. Ngassimbebe Lider	
6	Tito Lobo Antonio	Macharote	Tito Lobo
7	Calisto J. Xavier da Boça	vice President Boçato Boça	Calisto Boça
8	Fernando Gam	UCET	Fernando Gam
9	Jovenal Beso	Lider	
10	Juvenia Martinho	IMPACTO	

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro: _____
 Data do Encontro: 16-06-22
 Local do Encontro: Cidade de Dondo
 Tópico do Encontro: II Reuniões de Consulta Pública

	Nome e Apelido	Instituição e/ou Posição ou Nº Cartão	Assinatura
1	Uito João Pontes	Vice-Presidente - Nider	[Assinatura]
2	Guilherme Soares, Chico	Líder de S. M. de S. de S.	[Assinatura]
3	Luís Manuel Afonso	Líder de Macdassete	[Assinatura]
4	Ernesto Genuisen	Líder de Nhamatanga	[Assinatura]
5	Alberto José Pimenta	C/Localidade Nhamatanga	[Assinatura]
6	Augusto Lourenço	Secção Regional	AUGUSTO LOURENÇO
7	Augusto Lourenço	C 70	Augusto
8	Álvaro Gual	CMD	[Assinatura]
9	Ángelo Mar. Cui	Localidade op. D. S.	[Assinatura]
10	José Vilanova	SOAE	[Assinatura]

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro: _____
 Data do Encontro: 16-06-22
 Local do Encontro: Cidade de Dondo
 Tópico do Encontro: II Reuniões de Consulta Pública

	Nome e Apelido	Instituição e/ou Posição ou Nº Cartão	Assinatura
1	Filomena Zito	SDPI - Dondo - Topógrafo	[Assinatura]
2	Joana Rosa Ines da Silva	Empreendedora	[Assinatura]
3	João Serrão de Góes	E.D.M - Ase Beira	[Assinatura]
4	SETEMIÁ MOURIZATO	EDM - Ase - Beira	[Assinatura]
5	Luís Manuel Afonso	A.M. vice- Presidência	[Assinatura]
6	Angela Ina Manuel Manaveto	A.M. Secretária da Mesa	[Assinatura]
7	Rosa Pedro Ernesto	chefe de d. m. e. com. m.	[Assinatura]
8	JOÃO CAETANO	Líder - Concelho	[Assinatura]
9	Henrique Paulo	Líder comunitário	[Assinatura]
10	José Chico Botov	CTA	[Assinatura]

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
 Data do Encontro: 16.06.2022
 Local do Encontro: Escola Primária de Machorote
 Tópico do Encontro: II Reunião de Consulta Pública

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Augusto Sibilu	CHD	[Assinatura]
Jorge Vilanculo	SPAC	[Assinatura]
Hosni Carlos Ferreira Buzão	CHD	[Assinatura]
Juvenia Martinho	IMPACTU	[Assinatura]
MARINHA JOSÉ CHIVAMBO	CHD	[Assinatura]
Jose Maria Macaulo	IMPACTU	[Assinatura]

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
 Data do Encontro:
 Local do Encontro: Escola Primária de Machorote
 Tópico do Encontro: II Reunião de Consulta Pública - Reunião com Comunidade

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Domingo Walter Nhale	0161	[Assinatura]
Pedro Jaime Kerandi	chef de policia	P. J. M.
António Viário Romão	0045 secretário de segurança	António Viário Romão
João Lampião	0491	João Lampião
Eva Sangata	0129	Eva Sangata
Simão Charles	0173	Simão Manuel Charles
Francisco Muchitane	0181	Francisco Muchitane
Francisco Cambu	chefe de quartelão	[Assinatura]
Edmundo Salazar	0702	Edmundo Salazar
Elton Zita	SDFI-Dondo - Topografo	[Assinatura]

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Pascal Anjoela	Comite Local	Pascal Anjoela
Fernando Neto Jaca	0329	Fernando Neto Jaca
Isaque Chano Maia	0185	Isaque Chano Maia
Deliz Demate Manjor	0426	Deliz Demate Manjor
Luis Ulrico Pouro	0182	Ulrico Pouro
Bernardo Antonio Lampene	0263	Bernardo Antonio Lampene
Manuel Simbe	0092	Manuel Simbe
Domingos Luis	0288	Domingos Luis
Alberto Cadiciro	0001	Julie Alberto Sangubre
Lucrecia Chavier	0070	Lucrecia Chavier
Leinda Yemusse Zamba	0084	Leinda Yemusse Zamba
Domingos Albio	0091	Luis
ESPERANCA Ambewane	0089	
Elisa Albino	0090	Albino

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Aida Chalaco J. Fundice	0096	Aida Chalaco J. Fundice
Isabel Roque Fundice	0099	Isabel Roque Fundice
Basilda Abicilia	0077	Basilda Abicilia miao
Maria Luiza B. Nkuia	0141	Maria Luiza B. Nkuia
Ismael Antimio	0083	Ismael Antimio
Ana Lucia Nussa	0097	Ana Lucia Nussa
Maria Francisco Guate	0148	Maria Francisco Guate
Rosa Luis	0117	Rosa Luis
Geniba Francisco	0262	Geniba Francisco
Leocadia Chash	0003	Leocadia
Luisa Elias	0125	Luisa Elias
ESTA SITAL	0134	ESTA
Maria Inacio	0046	
Ilona Amabela	0257	Ilona Amabela
Ana Ousao Sousa	0326	

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Sónia Charles João	0287	Sónia Charles João
Maria Amélia Paixão	MCL - 0057	Maria Amélia Paixão
Maria Luísa Francisco	0764	
Almeida A Samuel	MCL	Almeida A Samuel
Mariana Francisco Niza	0061	
Margarida Francisco Niza	0059	Margarida Francisco
Catarina Sifa Mucari	0854	Catarina Sifa Mucari
Aster Manuel Simbe	0165	Aster Manuel Simbe
Virginia Francisco	0082	Virginia Francisco
Miguel Pita	0160	Miguel Pita
Helena Maria Bonda	0120	Helena Maria Bonda
Maria Memusa	0446	Maria Memusa
Horácio João	0049	Horácio João
Ariaba Saimone	0251	
Isabel Inácio Paro	0721	

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
João Anibal Saíze	0062	João Anibal Saíze
Fernando António	0046	Fernando António
António Ndifene Sesar	0266	António Ndifene Sesar
Lúcia Domingos	0765	Lúcia Domingos
Braun de João Loubo	0259	Braun de João Loubo
Fernando Andela	0093	Fernando Andela
Gilda Caballo	0107	Gilda Caballo
Leta Asmaldo	0155	Leta Asmaldo
Belito Longanivo	0025	Belito Longanivo
Honezio Abílio	0138	Honezio Abílio
Anastácia Marcelino	0056	Anastácia Marcelino
Margarida João	0044	Margarida João
Julietta Pereira	0220	Julietta Pereira
Alcibina Roque	0277	Alcibina Roque
Filippa Tese	0303	Filippa Tese

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Tina Semubhe	0345	
Mariana Bugalia	0305	
Teresinha macho Brata	0142	
Roberto Manuel Dias	0285	
Filipe Gonçalves Vicente	0328	
Abico Patricia Gimo	0260	
Luciana Xavier	0070	
Teresa Lúcia	0330	
Julia Ventura Rodrigues	0199	
Juliana Luis	0190	
Catarina Ndagande	0139	
DEOLINDA Teófilo	0045	DEOLINDA
Deana Dorcas	0302	
Hugobina Patricia		

Nome e Apellido	Instituição e/ou Posição	Assinatura
Flora João Rufus	0283	
Albactina Manuel	0257	
Nsany Nhamitambo	0328	
Quirita Azenio	0100	Quirita Azenio
Uma Azenio	0132	Uma Azenio
Mariana Latibo	0356	
Lúcia Jorge Azeite	0312	
Navide Simbi	0250	
Martha Madeira	0335	
Leana Lealim	0209	
Lealim João	0261	

Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40MW no Município de Dondo, Província de Sofala

PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

Número do Encontro:
Data do Encontro:
Local do Encontro:
Tópico do Encontro:

Nome e Apelido	Instituição a/ou Posição	Assinatura
Tiago Aguiar	CM	Tiago Aguiar
Jacobs Neto Tebua	CM 4	Jacobs Neto Tebua
Sebastião Joaquim Pundzua	012	Sebastião Joaquim Pundzua
Joslene Castigo	0150	Joslene Castigo
Tomás Simbe	0110	Tomás Simbe
Alberto Campino Mafunda	0290	Alberto Campino Mafunda
Jamurão Gualiter Jamurão	0256	Jamurão Gualiter
Cecidiana Luis	0029	Cecidiana Luis
Fátima José Sembo	0319	Fátima José Sembo
Antonio Castano	0280	

ANEXO 6 – Actas das Reuniões



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE SOFALA
GOVERNO DO DISTRITO DE DONDO

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO
MUNICÍPIO DE DONDO

Acta da 2ª Reunião de Consulta Pública no âmbito da Preparação
do Plano de Compensação

Cidade do Dondo

Em conformidade com o disposto no número 3 do art. 23 do Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto, o qual aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, realizou-se aos Dezasessis Dias do Mês de Junho do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois, a Segunda Reunião de Consulta Pública na Cidade de Dondo, no âmbito das actividades de preparação do Plano de Compensação para o Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40 MW no Município de Dondo, Província de Sofala, tendo sido observada a seguinte agenda: _____

I. Sessão de Abertura e Apresentação dos Participantes _____

A reunião foi dirigida por Augusto Sande Chico, Secretário Permanente do Distrito de Dondo, em representação da Administradora do Distrito, e contou com a participação das seguintes entidades: _____

Membros da Comissão Distrital de Reassentamento: Augusto Sande Chico – Secretário Permanente, Jorge Vilanculos – Representante do Director do Serviço Distrital de Actividades Económicas, Elton Zita – Representante do Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, Ilídio Covane – Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes, em representação do Presidente do Conselho Municipal de Dondo, Faruk Gani – Vereador do Pelouro de Construção e Urbanização, Augusto Languane – Técnico no Pelouro de Actividades Económicas e Transportes, Helton Rungo – Técnico do Pelouro de Construção e Urbanização, Marime Chivambo – Chefe de Gabinete e ponto focal do Projecto no Município de Dondo. _____

Membros do Comité Local de Reassentamento: Pires Manuel Afonso – Líder Comunitário do Bairro de Macharote, Pedro João Maconha – Chefe da Povoação de Macharote. _____

Membros do Governo do Distrito de Dondo: Otilia Vicente – Representante do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia. _____

Membros da Assembleia Municipal de Dondo: Telmo Benedito Paulino – Vice-Presidente da Assembleia Municipal, Ângela Manuel – Secretária de Mesa da Assembleia Municipal. _____



Membros do Conselho Municipal de Dondo: Alberto Pais Racuene – Chefe da Localidade Municipal de Nhamaiabue, Ângelo Mário Cua – Chefe da Localidade Municipal de Mandruze, Rosa Pedro Ernesto – Chefe da Localidade de Consito. _____

Das Lideranças Comunitárias: Gabriel Geremias – Líder Comunitário do Bairro Samora Machel, Ernesto Jemuze – Líder Comunitário do Bairro Nhamaiga, Pires Manuel Afonso – Líder Comunitário do Bairro de Macharote, João Caetano – Líder Comunitário do Bairro Consito, Henriques Paulo – Líder Comunitário do Bairro de Mandruze, Rafael José – Líder Comunitário do Bairro de Nhamaiabue, Jovenal Bero – Líder Comunitário do Bairro de Canhandula. _____

Representantes do Proponente do Projecto (EDM, Beira): Seterio Mouzinho e Jouel Gobe. _____

Representantes do Provedor de Serviços (IMPACTO, Lda): José Macedo e Juvência Martinho. _____

Representantes da Sociedade Civil e Associações: Manuel Cambezo Jr. – CTA, José Chico – CTA, Tito João Pontece – Vice-Presidente do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário de Macharote, Joana Rosa da Silva – Empreendedora. _____

A reunião teve início às Nove horas e trinta e seis minutos com o moderador da reunião a convidar aos membros da mesa de tribuna a se apresentarem, nomeadamente o representante da IMPACTO, Lda, o representante do Presidente do Conselho Municipal de Dondo e o representante da EDM, para tecerem breves considerações sobre o encontro, solicitando, de seguida, aos demais participantes a se apresentarem.

Terminada a apresentação dos participantes, o moderador convidou Augusto Sande Chico, Secretário Permanente do Distrito de Dondo, em representação da Administradora do Distrito de Dondo, para proceder à abertura da reunião. _____

Augusto Sande Chico, Secretário Permanente do Distrito de Dondo, deu as boas-vindas aos presentes e falou da importância do Projecto e da escolha do Distrito de Dondo para o lançamento do projeto-piloto de Construção de uma Central Fotovoltaica de 40 MW, referindo a necessidade de diversificação de fontes energéticas sustentáveis. Depois, convidou todos os participantes para participarem activamente no encontro, declarando, de seguida, aberta a Segunda reunião de Consulta Pública no âmbito da preparação do Plano de Compensação.

Terminada a saudação feita pelo Secretário Permanente do Distrito, o moderador convidou José Macedo da IMPACTO para proceder à apresentação da Segunda Reunião de Consulta Pública no âmbito da preparação do Plano de Compensação. _____

II. Apresentação dos Resultados do Censo e Inventário Patrimonial e das soluções propostas para a resolução dos problemas das terras de substituição agrícolas

José Macedo (IMPACTO), começou por cumprimentar e agradecer a presença dos presentes e procedeu depois à apresentação do Relatório dos Resultados do Censo e Inventário Patrimonial e das actividades desenvolvidas pelo Projecto, que foi feita através de projecção em *power point*. Os principais pontos abordados foram: a descrição do Projecto, as actividades realizadas, nomeadamente o Censo e inventário patrimonial, os resultados do Censo, a resolução de casos de sobreposição de terras, a produção e distribuição de resumos de bens. _____

José Macedo falou da criação do Comité Local, do processo de identificação de áreas hospedeiras agrícolas, das visitas realizadas às potenciais áreas hospedeiras pelas famílias afectadas e da rejeição destas áreas pelas famílias. Falou das alternativas discutidas e aprovadas para a resolução do assunto de terras de substituição. _____

Por fim, falou sobre os critérios de elegibilidade para compensações, as tabelas e os mecanismos de cálculos de compensações pelos Técnicos do SDAE e do Município. _____

III. Sessão de Perguntas e Respostas _____

Terminada a apresentação, foi aberta a sessão de perguntas e respostas, onde os participantes apresentaram diversas questões, comentários e pedidos de esclarecimento sobre o que havia sido apresentado. Eis as inquietações apresentadas e as respectivas respostas. _____

1. Rosa Ernesto, Chefe da Localidade Municipal de Consito: Disse que quanto aos critérios de elegibilidade, para efeito de compensação, o Censo mapeou 3 ou 4 grupos de afectados. Disse ainda que muitas famílias trabalham em machambas alugadas, pedindo por fim esclarecimentos quanto aos direitos ou benefícios que o dono da machamba teria com base no quadro de direito apresentado. _____

José Macedo, IMPACTO: Agradeceu pela questão colocada e disse que nos casos de machambas alugadas, estão envolvidas duas pessoas, a primeira, é o dono da machamba, e a segunda, o dono das culturas que foram registadas durante o Censo. Com a implantação do Projecto, o dono da machamba irá perder definitivamente as suas terras e a Lei obriga ao Governo do Distrito a alocar outra terra de substituição, com as mesmas características e dimensão, para que a pessoa continue a exercer as suas actividades em outro local. Isto é, o dono da machamba tem direito de receber terras de substituição. E se nessa machamba o dono da machamba tiver árvores de frutas e estruturas também irá ser compensado pela perda das mesmas. _____

Para a segunda pessoa que foi registada como dono de culturas, esta será compensada apenas pela perda de culturas. A compensação será monetária e não receberá terras de substituição. _____

Disse que durante o Censo e inventário de bens, o assunto foi acautelado, e existe na base de dados do Consultor o registo dos nomes dos donos das machambas, em todos os casos em que o entrevistado declarou que trabalhava em machamba alugada ou emprestada. _____

2. Telmo Bernardo, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Dondo: Quis saber quem foi entrevistado durante o Censo e inventário de bens, e se o dono da machamba, ou o dono de culturas, trabalha em machamba emprestada ou alugada? _____

José Macedo, IMPACTO: Disse que no Censo e inventário de bens foi entrevistada a pessoa que está a trabalhar na machamba, ou seja, o dono de culturas. Durante a entrevista o inquiridor perguntou quem era o dono da machamba, onde o senhor(a) trabalha e em que condição trabalha. Houve casos em que os dois registaram a mesma machamba. Para estes casos descobertos, e após esclarecimento, foi recolhido o cartão do Censo e o registo foi anulado. _____

3. Marime Chivambo, Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal de Dondo: Quis saber quando iniciará a construção da Central Fotovoltaica de Dondo? E quando é que as máquinas estarão a trabalhar no local de implantação do Projecto? _____

José Macedo, IMPACTO, solicitou ao representante da EDM para responder à questão. ___

Jouel Gobe, EDM: Disse que a expectativa em relação ao início de construção da Central é alta, quer a nível interno (EDM), como externo. Disse que, há dois dias havia participado numa reunião realizada no Conselho Municipal de Dondo, onde esteve presente o empreiteiro selecionado, os colegas da direção de energia renováveis, a nível central, para discussão de vários assuntos relacionados com o Projecto. ___

Referiu que um projecto, antes de ser implementado, passa por várias etapas, e uma delas era a presente, a da realização do Estudo de Impacto Ambiental e preparação do Plano de Compensação, estando estes na recta final, pelo que se espera fechar o documento até final de Julho. ___

Entre Outubro e Novembro do corrente ano, existindo fundos para o pagamento das obras, a construção da Central irá iniciar entre Fevereiro e Março de 2023, e o início da operação da Central será em 2024. ___

4. Ilídio Covane, Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes: Quis saber quando é que terminam os estudos ambientais e a preparação do Plano de Compensação? Depois perguntou quando irá iniciar a implementação do Plano de Compensação? ___

Disse ainda que o Censo e inventário de bens foi realizado em Outubro de 2020, e foi com base nesses dados que os Técnicos do Distrito e do Município calcularam as compensações. Disse que a vida é dinâmica e que as culturas registadas em 2020 foram colhidas na mesma época agrícola, podendo haver novas culturas e estruturas. Questionou se as famílias seriam compensadas com base nas culturas registadas em 2020 ou se haverá actualização do Censo? ___

José Macedo, IMPACTO: Agradeceu pela contribuição, e em relação à data para a finalização do Plano de Compensação, disse que a IMPACTO pretende, até o dia 30 de Julho de 2022, realizar a terceira e última Consulta Pública, para depois submeter o plano final às autoridades para análise e aprovação. Disse que em última instância é o Distrito que aprova o Plano de Compensação. ___

José Macedo disse que todas as medidas que são propostas no Plano de Compensação, e que foram apresentadas na presente reunião, são do conhecimento das Comissões e acordadas com as famílias afectadas. Disse que na terceira reunião pretende-se trazer o rascunho do Plano de Compensação para discussão e recolha de comentários, sendo estes depois incorporados no documento final. ___

Disse que a implementação do Plano de Compensação seria falada após a aprovação pelas autoridades competentes, neste caso, pelo Distrito de Dondo, que é a autoridade responsável pela aprovação do Plano. ___

Em relação à necessidade de actualização do Censo, agradeceu a questão colocada, e disse que compreende a preocupação, mas que a decisão de realizar a actualização ou não dos dados do Censo, iria depender dos processos de mobilização de fundos pela EDM. Disse que os custos de compensação são altos, e se o processo de mobilização de recursos for demorado poderá haver necessidade de realizar a actualização do Censo, mas se não for demorado, as partes envolvidas poderão analisar o caso, observando a Lei. ___

5. Otilia Pedro Vicente, representante do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia: Disse que o projecto prevê construir centrais fotovoltaicas em Dondo, Lichinga e Manje, perguntando depois em que local será construída a Central Eólica? _____

José Macedo, IMPACTO: Disse que a Central Eólica será construída na Província de Inhambane. _____

6. Manuel Cambezo Júnior, representante da CTA: Quis saber que oportunidades o Projecto oferece aos empreendedores locais? _____

José Macedo, IMPACTO: Disse que no momento não podia avançar com detalhes sobre que oportunidades o Projecto irá oferecer aos empreendedores locais, mas que todas as preocupações levantadas pelos participantes haviam sido registadas. Sugeriu que a CTA entrasse em contacto com a EDM para melhor se informar sobre as oportunidades que o Projecto oferece. _____

7. Augusto Sande, Secretário Permanente do Distrito de Dondo: Agradeceu todas as contribuições fornecidas pelos participantes, e disse que gostaria que a informação nos *slides* fosse apresentada em tabelas. Referiu que durante a apresentação falou-se de tabelas de compensações, disponibilizadas pelo Ministério de Agricultura, mas sugeriu que, pela variação de preços de um local para outro, seria melhor que fosse usada a tabela local, a ser fornecida pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), assim como envolver os seus técnicos no processo de compensações. Disse ainda que era necessário que a tabela de compensações fosse apresentada aos Líderes locais pelos técnicos do Distrito para evitar reclamações no processo de pagamento de compensações. _____

José Macedo, IMPACTO: Disse que existe um Comité Distrital de Reassentamento onde participam Directores e técnicos dos Serviços Distritais de Infraestruturas, Actividades Económicas, vereadores e técnicos do Município de Dondo. A nível Local existe um Comité Local de Reassentamento composto por representantes das famílias afectadas e pela liderança local, onde são discutidos vários assuntos relacionados com o Projecto. Saliu que, no âmbito do Projecto, foram realizados mais de cem encontros de consulta a nível das comissões e das famílias afectadas, com o objectivo de recolher contribuições para a elaboração do Plano de Compensação. _____

Macedo explicou depois que todas as medidas apresentadas no encontro, para a mitigação dos impactos do projecto, foram igualmente apresentadas e discutidas a nível das comissões e famílias afectadas. A tabela de compensações, referida na apresentação, foi elaborada no Distrito e homologada pela Comissão Distrital de Reassentamento e apresentada pelos técnicos do SDAE e do Município às famílias afectadas. _____

Por fim, disse que o Projecto remeteu a cópia dos resumos de bens de todas as famílias registadas à Comissão Distrital de Reassentamento e ao SDAE, e foi essa a base usada para o cálculo de compensações, feito pelos técnicos do SDAE e do Município. Os mesmos técnicos reuniram-se com as famílias afectadas, em pequenos grupos, para apresentar a tabela de compensações e ensinar o método de cálculo de compensações.

8. Augusto Sande, Secretário Permanente do Distrito de Dondo: Disse que, para facilitar o entendimento sobre as actividades desenvolvidas pelo Projecto, deveria constar o número de encontros realizados com as comissões e famílias afectadas, porque essa informação era importante. Deveria ter sido referido também o envolvimento dos técnicos do Distrito na elaboração da tabela e sua divulgação às comunidades, porque a não divulgação

dessas informações poderia suscitar dúvidas e levar o Projecto para a quarta Consulta Pública, apenas para o esclarecimento de dúvidas que poderiam ser esclarecidas com a apresentação dessa informação na presente reunião de Consulta Pública. _____

9. Marime Chivambo, Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal de Dondo: Questionou se de 2020 até ao presente houvesse um caso de morte de uma pessoa afectada, quem iria receber o valor de compensação? _____

José Macedo, IMPACTO: Disse esperar que tal não viesse a acontecer, mas que a Lei estabelece os mecanismos de sucessão. Isto é, a família poderá apresentar por escrito essa informação ao Comité Local, e a situação averiguada a nível local, a Comissão Distrital poderá emitir o seu parecer sobre o assunto. Disse ainda que a morte de um chefe de família afectada pelo Projecto não invalida o seu registo e a família terá direito às devidas compensações. _____

10. Faruk Gani, Vereador de Construção e Urbanização: Quis saber que tipo de benefícios sociais do Projecto estavam previstos para as comunidades vizinhas? _____

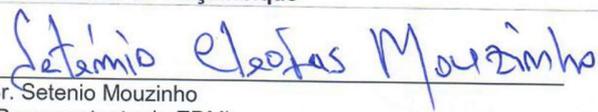
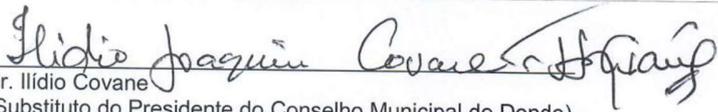
José Macedo, IMPACTO: Agradeceu a preocupação e disse que os projectos de energia por si só são um benefício social porque a comunidade irá se beneficiar dela, mas que a preocupação havia sido registada. _____

IV. Encerramento _____

Não havendo mais questões por parte dos participantes, o Secretário Permanente agradeceu a todos presentes, incluindo a IMPACTO e a EDM, por todas as contribuições, e congratulou pelo facto do Distrito ser o pioneiro na implantação de um projecto de energias renováveis. _

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião quando eram Doze horas e vinte e um minutos, tendo sido elaborada a presente Acta que vai ser assinada pelo representante da Comissão Distrital de Reassentamento. _____

ASSINATURAS:

Electricidade de Moçambique  Sr. Setenio Mouzinho (Representante da EDM)
Conselho Municipal de Dondo  Sr. Ilídio Covane (Substituto do Presidente do Conselho Municipal de Dondo)
Comissão Distrital de Reassentamento - Dondo  Sr. Augusto Sande Chico (Secretário Permanente do Distrito de Dondo)


Dondo, aos 17 de Junho de 2022



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE SOFALA
GOVERNO DO DISTRITO DE DONDO

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO
MUNICÍPIO DE DONDO

Acta da 2ª Reunião de Consulta Pública no âmbito da Preparação
do Plano de Compensação

Bairro de Macharote

Em conformidade com o disposto no número 3 do art. 23 do Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto, o qual aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, realizou-se aos Dezanove Dias do Mês de Junho do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois, a Segunda Reunião de Consulta Pública na Cidade de Dondo, no âmbito das actividades de preparação do Plano de Compensação para o Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de 40 MW no Município de Dondo, Província de Sofala, tendo sido observada a seguinte agenda: _____

I. Sessão de Abertura e Apresentação dos Participantes _____

Samuel Alemão Alberto, Presidente do Comité Local de Reassentamento, foi o moderador da reunião, que depois de saudar todos os presentes, falou dos objectivos da reunião e, de seguida, convidou Jorge Vilanculos, em representação do Secretário Permanente do Distrito de Dondo, a tomar a palavra. _____

Jorge Vilanculos, na qualidade de Representante do Secretário Permanente do Distrito de Dondo, e acompanhado por Elton Zita, Representante do Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, dirigiu a reunião, que contou com a participação das seguintes entidades: _____

Membros da Comissão Distrital de Reassentamento: Jorge Vilanculos – em representação do Secretário Permanente, Elton Zita - Substituto do Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, Augusto Languane – Técnico no Pelouro de Actividades Económicas e Transportes do Conselho Municipal de Dondo, Helton Rungo – Técnico do Pelouro de Construção e Urbanização do Conselho Municipal de Dondo e Marime Chivambo – Chefe de Gabinete do Conselho Municipal de Dondo e ponto focal do Projecto no Município de Dondo. _____

Membros do Comité Local de Reassentamento: Alemão Alberto – Presidente do Comité Local de Reassentamento; Laurinda Charles – Vice-Presidente do Comité Local de Reassentamento; Fernando Luficiande – Secretário do Comité, Pires Manuel Afonso – Líder Comunitário do Bairro de Macharote, Pedro Jaime Maconha – Chefe de Povoação de Macharote, Fernando António – Chefe da Unidade Comunal D – Macharote, António Romão

Viano – Chefe de Quarteirão, Domingos Waite Charles, Isabel Roque Fundice, João Lampião, Jordão Neto Tebuka, Maria Amélia António, Pascoal Andela Nhavoto, Sebastião Joaquim, Tiago Debazo, Guidione Luis Chiziane, Zuca Tangata, Aida Chataica Fundice, Maria Francisco Guente. _____

Representantes do Provedor de Serviços (IMPACTO, Lda): José Macedo e Juvência Martinho. _____

Outros participantes: Estiveram presentes vários representantes dos agregados familiares afectados pelo Projecto, constantes nas folhas de presenças da reunião. _____

A reunião teve início às Treze horas e quarenta e nove minutos, tendo o moderador convidado José Macedo da IMPACTO para proceder à apresentação da Segunda Reunião de Consulta Pública no âmbito da preparação do Plano de Compensação. _____

II. Apresentação dos Resultados do Censo e Inventário Patrimonial e das soluções propostas para a resolução dos problemas das terras de substituição agrícolas ____

José Macedo, IMPACTO, começou por cumprimentar e agradecer os presentes, apresentando depois os Resultados do Censo e Inventário Patrimonial, as actividades desenvolvidas pelo Projecto e os acordos alcançados ao longo de todo o processo. _____

Falou depois da criação do Comité Local, do processo de identificação de áreas hospedeiras agrícolas, das visitas realizadas às potenciais áreas hospedeiras pelas famílias afectadas e da rejeição dessas áreas pelas famílias. Falou ainda das alternativas discutidas e aprovadas para a resolução do assunto de terras de substituição. _____

Por fim, falou dos critérios de elegibilidade para compensações, das tabelas e dos mecanismos de cálculos de compensações pelos Técnicos do SDAE e do Município. _____

III. Sessão de Perguntas e Respostas _____

Terminada a apresentação, foi aberta a sessão de perguntas e respostas, onde os participantes apresentaram diversas questões, comentários e pedidos de esclarecimento sobre o que havia sido apresentado. Eis as inquietações apresentadas e as respectivas respostas. _____

1. Tomás Simbe (família afectada): Disse que concordava com a proposta de cada família identificar machambas de acordo com a sua conveniência, para o Projecto adquirir e transmitir os direitos para os beneficiários, como alternativa identificada para ultrapassar o problema de terras de substituição agrícolas. Disse que gostaria de propor um mecanismo de flexibilização de pagamentos, isto é, o Projecto deveria entregar aos afectados o valor correspondente à compra de machambas, para evitar processos burocráticos no processo de desembolsos, o que, de certa maneira, poderá propiciar a perda de machambas identificadas à favor de outros que de imediato poderão adquirir. _

Augusto Languana, Técnico na Vereação de Actividades Económicas e Transportes: Explicou que não se podia retroceder nos consensos alcançados nas reuniões realizadas com todos, para a divulgação dos critérios de elegibilidade e divulgação das tabelas e métodos de cálculos de compensações. Disse que ficou acordado que o valor correspondente à compra de machambas não pertencia às famílias, mas que servia de garantia que o Projecto e o Governo ofereciam para que as famílias tenham condições de continuar a desenvolver suas actividades agrícolas nos novos locais. Se a decisão de entregar o valor em mão aos beneficiários for tomada, nem todos irão comprar machambas para continuarem a produzir comida, e se isso não acontecer vai complicar

a vida das famílias. Fez recordar que durante as reuniões falou-se de outros incentivos que foram considerados para aumentar o valor da compensação, nomeadamente a taxa de perturbação e a taxa de esforço. _____

José Macedo, IMPACTO: Fez ver aos presentes que, se reparassem com atenção para o resultado do Censo, existem muitas famílias que estão a trabalhar em machambas emprestadas ou alugadas porque não têm terras próprias para machambas ou porque não têm terras suficientes para desenvolverem as suas actividades. Se a opção de entregar o dinheiro em mão for tomada, poderá agravar essa situação, pois alguns irão distrair-se e usar o dinheiro para outros fins e complicarem a sua situação de se alimentar no futuro. _____

2. Alemão Alberto, Presidente do Comité Local de Reassentamento: Recordou aos presentes que, durante o Censo, os inquiridores perguntaram quantas machambas o agregado familiar possuía, e muitos declararam que possuíam uma única machamba. Outros disseram que trabalhavam em machambas emprestadas ou alugadas porque não tinham machambas próprias. Para aqueles que possuem uma única machamba, se receberem o valor em mão, e por algum motivo perder ou o valor ser extraviado, poderá complicar a vida dessa pessoa. Recordou aos presentes que se estava na presença de um processo de compensação, e que os ladrões também têm acompanhado o processo e sabem quem são as pessoas visadas. Disse que a decisão de compra de machamba com os respectivos documentos de transmissão de direitos é a solução mais aceitável, cómoda e garantida. _____
3. Maria Jemusse (família afectada): Disse que tinha participado nas reuniões do Projecto e que concordava com as medidas de cada família identificar sua machamba de acordo com a sua conveniência. Disse que nos últimos meses a sua situação de saúde complicou-se, e que, por isso, tinha dúvidas se ia continuar a desenvolver actividades agrícolas. _____

José Macedo, IMPACTO: Reconheceu a situação que a senhora Maria Jemusse havia apresentado, pois alguns casos poderão ser analisados no devido momento pela equipa que estará a trabalhar com o assunto, mas fez notar que as medidas que estavam a ser acordadas estavam de acordo com a Lei. Disse que o Projecto não podia entregar o dinheiro destinado para a compra de machambas em mão, uma vez que não se pretende agravar as condições de vida das famílias por causa do Projecto, antes pelo contrário, pretende-se melhorar. _____

4. Maria Elisa Francisco (família afectada): Disse que perdeu um dos seus parentes, cuja machamba foi registada pelo Projecto, e quis saber que tratamento seria dado a casos desta natureza, em que o beneficiário deixa menores? _____

José Macedo, IMPACTO: Recomendou que a senhora fosse expor o caso ao Comité Local e ao Líder Comunitário, e o Comité, por sua vez, iria informar ao Projecto, e no final, o Projecto e a Comissão Distrital de Reassentamento iriam analisar o caso. Disse que o registo do falecido continuava válido e a família deveria procurar fazer-se representar nos encontros com o Projecto. Disse ainda que, enquanto não houvesse pronunciamento a nível da Comissão Distrital e das autoridades competentes, o nome do falecido iria manter-se nos registos do Consultor, até que, oficialmente, fosse indicado alguém como representante da família. _____

5. Fernando Andela (família afectada): Disse que possuía duas machambas dentro da área de implantação do Projecto e quis saber se as duas machambas seriam compensadas? E quanto à terra de substituição, quis saber com a área de qual das machambas o valor será calculado? _____

6. Ana Luís (família afectada): Disse que a questão colocada pelo senhor Fernando Andela havia provocado a reação dos demais presentes, porque o senhor Fernando não participava nas reuniões do Projecto. Depois explicou que o cálculo de compensações era feito por machamba e que o limite do valor para a aquisição de machambas era equivalente à área das suas duas machambas. _____
7. Aninha Zemude (família afectada): Disse que tinha problemas de saúde e dificuldade para percorrer grandes distâncias, pelo que desejava ter a machamba próxima do seu local de residência. _____
8. Ana Luís (família afectada): Disse que a questão colocada pela senhora Aninha Zemude também havia suscitado a reação dos demais presentes, porque também ela não tem participado nas reuniões do Projecto. Depois disse que quem vai procurar machamba não é o Projecto mas eles mesmos, pois cada pessoa procura a sua machamba, de acordo com a sua conveniência e distância, e depois o Projecto iria efectuar o pagamento. _____

Alemão Alberto, Presidente do Comité Local de Reassentamento: Chamou atenção a todos os presentes para que evitassem enviar filhos, empregados ou familiares para os representarem nos encontros com o Projecto ou nas reuniões com o Comité Local. Disse que existem outras pessoas que não participam nos encontros e não procuram informar-se com os outros. _____

9. Ana Luís (família afectada): Disse agradecer o exercício feito pelos técnicos do Distrito, por tê-los ensinado a calcular as suas compensações, apelando para que, em casa, fizessem o exercício de comparar o valor que consta na folha do Projecto. Depois questionou quando é que o Projecto irá anunciar o valor que cada pessoa tem a receber para que possam fazer a comparação? _____

José Macedo, IMPACTO: Agradeceu a questão colocada e disse que nos próximos meses o Projecto irá divulgar o valor que cada pessoa tem direito, e nessa altura poderiam comparar, e caso houvesse dúvidas ou erros, estes seriam esclarecidos. _____

Maria Amélia, membro do Comité Local de Reassentamento: Disse que havia sido contactada pela senhora Madalena Fole, e por uma outra conhecida, que disseram que ainda não haviam recebido os respectivos resumos de bens. _____

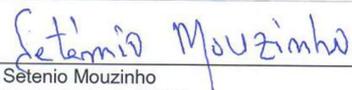
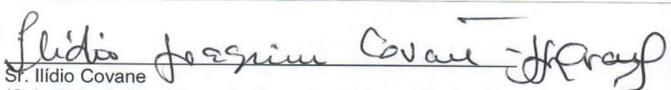
José Macedo, IMPACTO: Pediu à senhora Maria para que contactasse as pessoas que ainda não receberam os seus resumos de bens e comunicassem os técnicos da IMPACTO. _____

IV. Encerramento _____

Não havendo mais questões, Jorge Vilanculos, em representação do Secretário Permanente, agradeceu a todos presentes por todas as contribuições fornecidas. _____

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião quando eram Dezasseis horas e oito minutos, tendo sido elaborada a presente Acta que vai ser assinada pelo representante da Comissão Distrital de Reassentamento. _____

ASSINATURAS:

Electricidade de Moçambique  Sr. Setenio Mouzinho (Representante da EDM)
Conselho Municipal de Dondo  Sr. Ilidio Covane (Substituto do Presidente do Conselho Municipal de Dondo)
Comissão Distrital de Reassentamento – Dondo  Sr. Augusto Sande Chico (Secretário Permanente do Distrito de Dondo)

Dondo, aos 17 de Junho de 2022



ANEXO 7 – Matriz de Perguntas e Respostas

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO MUNICÍPIO DE DONDO

2ª REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

CIDADE DO DONDO

Junho de 2022

Matriz de Questões e Respostas

NOME, INSTITUIÇÃO	QUESTÃO	RESPOSTA
Rosa Ernesto, Chefe da Localidade Municipal de Consito	Disse que quanto aos critérios de elegibilidade, para efeito de compensação, o Censo mapeou 3 ou 4 grupos de afectados. Disse ainda que muitas famílias trabalham em machambas alugadas, pedindo por fim esclarecimentos quanto aos direitos ou benefícios que o dono da machamba teria com base no quadro de direito apresentado	Nos casos de machambas alugadas, estão envolvidas duas pessoas, a primeira, é o dono da machamba, e a segunda, o dono das culturas que foram registadas durante o Censo. Com a implantação do Projecto, o dono da machamba irá perder definitivamente as suas terras e a Lei obriga ao Governo do Distrito a alocar outra terra de substituição, com as mesmas características e dimensão, para que a pessoa continue a exercer as suas actividades em outro local. Isto é, o dono da machamba tem direito de receber terras de substituição. E se nessa machamba o dono da machamba tiver árvores de frutas e estruturas também irá ser compensado pela perda das mesmas. Para a segunda pessoa que foi registada como dono de culturas, esta será compensada apenas pela perda de culturas. A compensação será monetária e não receberá terras de substituição. Disse que durante o Censo e inventário de bens, o assunto foi acautelado, e existe na base de dados do Consultor o registo dos nomes dos donos das machambas, em todos os casos em que o entrevistado declarou que trabalhava em machamba alugada ou emprestada.
Telmo Bernardo, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia	Quis saber quem foi entrevistado durante o Censo e inventário de bens, e se o dono da machamba, ou o dono de culturas, trabalha em machamba emprestada ou alugada	Disse que no Censo e inventário de bens foi entrevistada a pessoa que está a trabalhar na machamba, ou seja, o dono de culturas. Durante a entrevista o inquiridor perguntou quem era o dono da machamba, onde o senhor(a) trabalha e em que condição trabalha. Houve casos em que os dois registaram a mesma machamba. Para estes casos

Municipal de Dondo		descobertos, e após esclarecimento, foi recolhido o cartão do Censo e o registo foi anulado.
Marime Chivambo , Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal de Dondo	Quis saber quando iniciará a construção da Central Fotovoltaica de Dondo? E quando é que as máquinas estarão a trabalhar no local de implantação do Projecto	A expectativa em relação ao início de construção da Central é alta, quer a nível interno (EDM), como externo. Disse que, há dois dias havia participado numa reunião realizada no Conselho Municipal de Dondo, onde esteve presente o empreiteiro selecionado, os colegas da direção de energia renováveis, a nível central, para discussão de vários assuntos relacionados com o Projecto. Referiu que um projecto, antes de ser implementado, passa por várias etapas, e uma delas era a presente, a da realização do Estudo de Impacto Ambiental e preparação do Plano de Compensação, estando estes na recta final, pelo que se espera fechar o documento até final de Julho. Entre Outubro e Novembro do corrente ano, existindo fundos para o pagamento das obras, a construção da Central irá iniciar entre Fevereiro e Março de 2023, e o início da operação da Central será em 2024.
Ilídio Covane , Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Transportes	Quando é que terminam os estudos ambientais e a preparação do Plano de Compensação? Depois perguntou quando irá iniciar a implementação do Plano de Compensação? O Censo e inventário de bens foi realizado em Outubro de 2020, e foi com base nesses dados que os Técnicos do Distrito e do Município calcularam as compensações. Disse que a vida é dinâmica e que as culturas registadas em 2020 foram colhidas na mesma época agrícola, podendo haver novas culturas e estruturas. Questionou se as famílias seriam compensadas com base nas culturas registadas em 2020 ou se haverá actualização do Censo	em relação à data para a finalização do Plano de Compensação, disse que a IMPACTO pretende, até o dia 30 de Julho de 2002, realizar a terceira e última Consulta Pública, para depois submeter o plano final às autoridades para análise e aprovação. Disse que em última instância é o Distrito que aprova o Plano de Compensação. Disse que a implementação do Plano de Compensação seria falada após a aprovação pelas autoridades competentes, neste caso, pelo Distrito de Dondo, que é a autoridade responsável pela aprovação do Plano. Em relação à necessidade de actualização do Censo, agradeceu a questão colocada, e disse que compreende a preocupação, mas que a decisão de realizar a actualização ou não dos dados do Censo, iria depender dos processos de mobilização de fundos pela EDM. Disse que os custos de compensação são altos, e se o processo de mobilização de recursos for demorado poderá haver necessidade de realizar a actualização do Censo, mas se não for demorado, as partes envolvidas poderão analisar o caso, observando a Lei
Otília Pedro Vicente , representante do Serviço Distrital	Disse que o projecto prevê construir centrais fotovoltaicas em Dondo, Lichinga e Manje, perguntando depois em que local será construída a Central Eólica.	Disse que a Central Eólica será construída na Província de Inhambane.

de Educação, Juventude e Tecnologia		
Manuel Cambezo Júnior, representante da CTA	Quis saber que oportunidades o Projecto oferece aos empreendedores locais?	Disse que no momento não podia avançar com detalhes sobre que oportunidades o Projecto irá oferecer aos empreendedores locais, mas que todas as preocupações levantadas pelos participantes haviam sido registadas. Sugeriu que a CTA entrasse em contacto com a EDM para melhor se informar sobre as oportunidades que o Projecto oferece.
Augusto Sande, Secretário Permanente do Distrito de Dondo	Agradeceu todas as contribuições fornecidas pelos participantes, e disse que gostaria que a informação nos slides fosse apresentada em tabelas. Referiu que durante a apresentação falou-se de tabelas de compensações, disponibilizadas pelo Ministério de Agricultura, mas sugeriu que, pela variação de preços de um local para outro, seria melhor que fosse usada a tabela local, a ser fornecida pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), assim como envolver os seus técnicos no processo de compensações. Disse ainda que era necessário que a tabela de compensações fosse apresentada aos Líderes locais pelos técnicos do Distrito para evitar reclamações no processo de pagamento de compensações	Disse que existe um Comité Distrital de Reassentamento onde participam Directores e técnicos dos Serviços Distritais de Infraestruturas, Actividades Económicas, vereadores e técnicos do Município de Dondo. A nível Local existe um Comité Local de Reassentamento composto por representantes das famílias afectadas e pela liderança local, onde são discutidos vários assuntos relacionados com o Projecto. Salientou que, no âmbito do Projecto, foram realizados mais de cem encontros de consulta a nível das comissões e das famílias afectadas, com o objectivo de recolher contribuições para a elaboração do Plano de Compensação. explicou depois que todas as medidas apresentadas no encontro, para a mitigação dos impactos do projecto, foram igualmente apresentadas e discutidas a nível das comissões e famílias afectadas. A tabela de compensações, referida na apresentação, foi elaborada no Distrito e homologada pela Comissão Distrital de Reassentamento e apresentada pelos técnicos do SDAE e do Município às famílias afectadas. Por fim, disse que o Projecto remeteu a cópia dos resumos de bens de todas as famílias registadas à Comissão Distrital de Reassentamento e ao SDAE, e foi essa a base usada para o cálculo de compensações, feito pelos técnicos do SDAE e do Município. Os mesmos técnicos reuniram-se com as famílias afectadas, em pequenos grupos, para apresentar a tabela de compensações e ensinar o método de cálculo de compensações.
Augusto Sande, Secretário Permanente do Distrito de Dondo	Disse que, para facilitar o entendimento sobre as actividades desenvolvidas pelo Projecto, deveria constar o número de encontros realizados com as comissões e famílias afectadas, porque essa informação era importante. Deveria ter sido referido também o envolvimento dos técnicos do Distrito na elaboração da tabela e sua divulgação às comunidades, porque a não	Comentário registado.

	divulgação dessas informações poderia suscitar dúvidas e levar o Projecto para a quarta Consulta Pública, apenas para o esclarecimento de dúvidas que poderiam ser esclarecidas com a apresentação dessa informação na presente reunião de Consulta Pública	
Marime Chivambo , Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal de Dondo	Questionou se de 2020 até ao presente houvesse um caso de morte de uma pessoa afectada, quem iria receber o valor de compensação?	Disse esperar que tal não viesse a acontecer, mas que a Lei estabelece os mecanismos de sucessão. Isto é, a família poderá apresentar por escrito essa informação ao Comité Local, e a situação averiguada a nível local, a Comissão Distrital poderá emitir o seu parecer sobre o assunto. Disse ainda que a morte de um chefe de família afectada pelo Projecto não invalida o seu registo e a família terá direito às devidas compensações
Faruk Gani , Vereador de Construção e Urbanização	Quis saber que tipo de benefícios sociais do Projecto estavam previstos para as comunidades vizinhas?	Agradeceu a preocupação e disse que os projectos de energia por si só são um benefício social porque a comunidade irá se beneficiar dela, mas que a preocupação havia sido registada.

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DE 40 MW NO MUNICÍPIO DE DONDO

2ª REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PLANO DE COMPENSAÇÃO

BAIRRO MACHAROTE

Junho de 2022

Matriz de Questões e Respostas

NOME, INSTITUIÇÃO	QUESTÃO	RESPOSTA
Tomás Simbe, Chefe de família afectada	Disse que concordava com a proposta de cada família identificar machambas de acordo com a sua conveniência, para o Projecto adquirir e transmitir os direitos para os beneficiários, como alternativa identificada para ultrapassar o problema de terras de substituição agrícolas. Disse que gostaria de propor um mecanismo de flexibilização de pagamentos, isto é, o Projecto deveria entregar aos afectados o valor correspondente à compra de machambas, para evitar processos burocráticos no processo de desembolsos, o que, de certa maneira, poderá propiciar a perda de machambas identificadas à favor de outros que de imediato poderão adquirir.	<p>Explicou que não se podia retroceder nos consensos alcançados nas reuniões realizadas com todos, para a divulgação dos critérios de elegibilidade e divulgação das tabelas e métodos de cálculos de compensações. Disse que ficou acordado que o valor correspondente à compra de machambas não pertencia às famílias, mas que servia de garantia que o Projecto e o Governo ofereciam para que as famílias tenham condições de continuar a desenvolver suas actividades agrícolas nos novos locais. Se a decisão de entregar o valor em mão aos beneficiários for tomada, nem todos irão comprar machambas para continuarem a produzir comida, e se isso não acontecer vai complicar a vida das famílias. Fez recordar que durante as reuniões falou-se de outros incentivos que foram considerados para aumentar o valor da compensação, nomeadamente a taxa de perturbação e a taxa de esforço.</p> <p>Fez ver aos presentes que, se reparassem com atenção para o resultado do Censo, existem muitas famílias que estão a trabalhar em machambas emprestadas ou alugadas porque não têm terras próprias para machambas ou porque não têm terras suficientes para desenvolverem as suas actividades. Se a opção de entregar o dinheiro em mão for tomada, poderá agravar essa situação, pois alguns irão distrair-se e usar o dinheiro para outros fins e complicarem a sua situação de se alimentar no futuro.</p>
Alemão Alberto, Presidente do	Recordou aos presentes que, durante o Censo, os inquiridores perguntaram quantas machambas o agregado familiar possuía, e muitos	-

Comité Local de Reassentamento	<p>declararam que possuíam uma única machamba. Outros disseram que trabalhavam em machambas emprestadas ou alugadas porque não tinham machambas próprias. Para aqueles que possuem uma única machamba, se receberem o valor em mão, e por algum motivo perder ou o valor ser extraviado, poderá complicar a vida dessa pessoa. Recordou aos presentes que se estava na presença de um processo de compensação, e que os ladrões também têm acompanhado o processo e sabem quem são as pessoas visadas. Disse que a decisão de compra de machamba com os respectivos documentos de transmissão de direitos é a solução mais aceitável, cómoda e garantida</p>	
Maria Jemusse, Chefe de família afectada	<p>Disse que tinha participado nas reuniões do Projecto e que concordava com as medidas de cada família identificar sua machamba de acordo com a sua conveniência. Disse que nos últimos meses a sua situação de saúde complicou-se, e que, por isso, tinha dúvidas se ia continuar a desenvolver actividades agrícolas.</p>	<p>Reconheceu a situação que a senhora Maria Jemusse havia apresentado, pois alguns casos poderão ser analisados no devido momento pela equipa que estará a trabalhar com o assunto, mas fez notar que as medidas que estavam a ser acordadas estavam de acordo com a Lei. Disse que o Projecto não podia entregar o dinheiro destinado para a compra de machambas em mão, uma vez que não se pretende agravar as condições de vida das famílias por causa do Projecto, antes pelo contrário, pretende-se melhorar</p>
Maria Elisa Francisco, Chefe de família afectada	<p>Disse que perdeu um dos seus parentes, cuja machamba foi registada pelo Projecto, e quis saber que tratamento seria dado a casos desta natureza, em que o beneficiário deixa menores?</p>	<p>Recomendou que a senhora fosse expor o caso ao Comité Local e ao Líder Comunitário, e o Comité, por sua vez, iria informar ao Projecto, e no final, o Projecto e a Comissão Distrital de Reassentamento iriam analisar o caso. Disse que o registo do falecido continuava válido e a família deveria procurar fazer-se representar nos encontros com o Projecto. Disse ainda que, enquanto não houvesse pronunciamento a nível da Comissão Distrital e das autoridades competentes, o nome do falecido iria manter-se nos registos do Consultor, até que, oficialmente, fosse indicado alguém como representante da família</p>
Fernando Andela, Chefe de família afectada	<p>Disse que possuía duas machambas dentro da área de implantação do Projecto e quis saber se as duas machambas seriam compensadas? E quanto à terra de substituição, quis saber com a área de qual das machambas o valor será calculado?</p>	-

Ana Luís, Chefe de família afectada	Disse que a questão colocada pelo senhor Fernando Andela havia provocado a reação dos demais presentes, porque o senhor Fernando não participava nas reuniões do Projecto. Depois explicou que o cálculo de compensações era feito por machamba e que o limite do valor para a aquisição de machambas era equivalente à área das suas duas machambas.	
Aninha Zemude, Chefe de família afectada	Disse que tinha problemas de saúde e dificuldade para percorrer grandes distâncias, pelo que desejava ter a machamba próxima do seu local de residência.	-
Ana Luís, Chefe de família afectada	Disse que a questão colocada pela senhora Aninha Zemude também havia suscitado a reação dos demais presentes, porque também ela não tem participado nas reuniões do Projecto. Depois disse que quem vai procurar machamba não é o Projecto mas eles mesmos, pois cada pessoa procura a sua machamba, de acordo com a sua conveniência e distância, e depois o Projecto iria efectuar o pagamento.	-
Alemão Alberto, Presidente do Comité Local de Reassentamento	Chamou atenção a todos os presentes para que evitassem enviar filhos, empregados ou familiares para os representarem nos encontros com o Projecto ou nas reuniões com o Comité Local. Disse que existem outras pessoas que não participam nos encontros e não procuram informar-se com os outros.	-
Ana Luís, Chefe de família afectada	Disse agradecer o exercício feito pelos técnicos do Distrito, por tê-los ensinado a calcular as suas compensações, apelando para que, em casa, fizessem o exercício de comparar o valor que consta na folha do Projecto. Depois questionou quando é que o Projecto irá anunciar o valor que cada pessoa tem a receber para que possam fazer a comparação	Agradeceu a questão colocada e disse que nos próximos meses o Projecto irá divulgar o valor que cada pessoa tem direito, e nessa altura poderiam comparar, e caso houvesse dúvidas ou erros, estes seriam esclarecidos.
Maria Amélia, membro do Comité Local de Reassentamento	Disse que havia sido contactada pela senhora Madalena Fole, e por uma outra conhecida, que disseram que ainda não haviam recebido os respectivos resumos de bens.	Pediu à senhora Maria para que contactasse as pessoas que ainda não receberam os seus resumos de bens e comunicassem os técnicos da IMPACTO.

Anexo VI – Relatório da 3ª CP e seus anexos

A SER INCLUÍDO APÓS A CONSULTA PÚBLICA